COLECÇÃO FILOSOFIA & ENSAIOS

ARISTÓTELES

ORGANON

V

Tópicos

GUIMARÃES EDITORES • LISBOA

ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, que funciona qual aritmética da matemática pura, ainda hoje a humanidade não dispõe de outro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

A presente tradução visa preencher uma grave lacuna da literatura portuguesa na área das ciências filosóficas, porquanto, apesar de ser considerado mestre primeiro da nossa tradição escolástica, o *Organon* só agora fica, na íntegra, ao alcance de todos os leitores.

ORGANON

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

ARISTÓTELES

ORGANON

V

Tópicos

Tradução e Notas
de
PINHARANDA GOMES

LISBOA
GUIMARÃES EDITORES, LDA.
1987

Autor: ARISTÓTELES

Título: ORGANON (ὌΡΓΑΝΟΝ)

V. *Tópicos*

Tradução: *Pinharanda Gomes*

1.ª edição: 1987

ORGANON

V

TÓPICOS

(Τοπικῶν — *Topicorum*)

ORGANON

TOPICOS

(T[illegible])

LIVRO I

1

A pragmática deste tratado [1] é a invenção 100 a
de um método que nos ensine a argumentar acerca de todas as questões propostas, partindo de premissas prováveis, e a evitar, quando defendermos um argumento, dizer seja o que for que lhe seja contrário. Cumpre-nos, em primeiro lugar, definir o que é um silogismo e quais as suas variedades, a fim de entendermos o que é o silogismo dialéctico, uma vez que ele será o objecto da nossa investigação no tratado que se segue.

O silogismo [2] é um argumento em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente, pela simples presença das proposições aduzidas. O silogismo é uma demonstração quando parte de premissas evidentes e primeiras [3], ou de premissas tais que, o conhecimento que delas temos, radica nas premissas primeiras e evidentes. É dialéctico

o silogismo que conclui a partir de premissas
100 b prováveis [4]. São evidentes e primeiras as coisas que garantem a sua certeza, não por outras, mas por elas mesmas, porque, nos princípios da ciência, não devemos inquirir o porquê fora deles, mas cada um destes princípios deve achar garantia em si mesmo. Prováveis são as opiniões recebidas por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios, e, entre estes últimos, pelos mais notáveis e pelos mais ilustres. Erístico [5] é o silogismo que assenta em opiniões que, na aparência prováveis, na realidade não são, e também o silogismo que só na aparência conclui a partir de opiniões prováveis, ou de aparência provável. Nem tudo o que parece provável é provável, pois nada do que se considera provável apresenta à primeira vista uma garantia de falsidade, como se verifica com os princípios erísticos, porque nestes a falácia é de imediata revelação, e isto a maior parte das vezes, mesmo para os espíritos dotados de medíocre entendimento. Por isso, dos
101 a silogismos erísticos, a que acabámos de nos referir, também designamos o primeiro por silogismo, mas o outro designamo-lo por silogismo erístico e não simplesmente por silogismo, pois ele parece concluir, embora não conclua.

Além dos silogismos mencionados, há ainda os paralogismos, que se formam com

premissas próprias de algumas ciências, como na Geometria e nas ciências congéneres. Esta forma de silogismo parece diferir dos silogismos antes enumerados. Quem, por exemplo, desenhe figuras falsas não conclui, nem a partir de premissas evidentes e primeiras, nem a partir de premissas prováveis, não é abrangido pela nossa definição, uma vez não assumir as proposições recebidas, seja por todos, seja pela maioria, seja pelos sábios, e, entre estes, seja por todos, seja pela maioria, seja pelos mais ilustres; mas efectua um silogismo baseado em proposições que, embora adequadas à ciência em causa, não são evidentes. Ele raciocina, ou descrevendo erroneamente os semicírculos, ou traçando certas linhas de uma forma indevida, cometendo assim paralogismo. Aceitemos por isso, e mantendo-nos nos limites de um esboço, que as diferentes variedades de silogismos são exactamente as mencionadas [7]. Quanto ao que diz respeito a todos os silogismos que indicámos, e aos que adiante referiremos, podemos findar aqui as nossas distinções. O nosso propósito não é o de dar uma rigorosa definição de cada um deles, pois desejamos efectuar apenas uma descrição sumária, e estimamos que seja bastante, para o método que adoptámos, o sermos capazes de reconhecer de alguma maneira cada um deles.

2

Prosseguindo, cumpre-nos enumerar e descrever as utilidades que se podem extrair deste tratado. Por três formas é útil: como exercício, nos encontros quotidianos casuais, e nas ciências filosóficas [8]. Que seja útil como exercício é por si mesmo óbvio, pois que o domínio deste método nos capacitará mais para argumentar acerca do tema proposto. É também útil nos fortuitos encontros do dia a dia, porque, uma vez inventariadas as opiniões do vulgo, poderemos confrontar-nos com ele no campo das suas próprias opiniões, e não no campo dos dogmas [9], que lhe são estranhos, deitando abaixo todo o argumento que nos não pareça bem fundamentado. Quanto ao estudo das ciências filosóficas, a possibilidade de trazer os argumentos pró e contra às diaporias [10] levar-nos-á a descobrir com maior facilidade a verdade e o erro em cada caso. Outra utilidade ainda, quanto aos princípios primeiros de cada ciência: é impossível sujeitá-los a discussão a partir dos mesmos princípios da ciência particular em causa, posto que os princípios são os elementos ante-
101 b riores a tudo o mais; estes devem discutir-se à luz e em virtude das opiniões prováveis relativas a cada um deles, e esta tarefa é própria,

ou mais apropriada, à dialéctica porque, em virtude da sua natureza indagatriz [11], ela nos abre o caminho aos princípios de todo o método.

3 [12]

Dominaremos o método na perfeição, quando estivermos numa posição análoga da que temos face à Retórica, à Matemática e a outras faculdades [13] deste género, quer dizer, fazer o que temos de fazer com a ajuda dos meios disponíveis. Não é de qualquer maneira que o retórico persuadirá, ou que o médico curará, mas se não for omitida nenhuma das possibilidades disponíveis, diremos que domina correctamente a sua arte.

4

Temos de considerar, em primeiro lugar, quais as partes do nosso método [14]. Se conseguíssemos apreender, por um lado, o número e a natureza das coisas às quais se aplicam os raciocínios dialécticos, bem como os factores em que eles assentam, e, por outro lado, de que modo podemos possuí-los em abundância, teríamos deveras conseguido o propósito a que nos decidimos.

Os factores a partir dos quais os argumen-

tos dialécticos se constituem são iguais em número e idênticos aos sujeitos sobre os quais se argumenta. Os argumentos dialécticos derivam de proposições, enquanto os silogismos constituem problemas. Toda a proposição e todo o problema indicam, já o próprio, já o género, já o acidente, porque também a diferença, porque é da natureza do género, deve ser colocada junto do género. Embora o próprio tanto signifique como não signifique a quididade do sujeito, dividamos o próprio nestas duas partes acima mencionadas — uma, a que significa a essência, chamar-se-á definição, e a outra chamar-se-á próprio, conforme ao nome commumente dado a estas noções. Quanto dissemos mostra bem que, de acordo com a nossa presente diarése, os elementos obtidos são quatro: o próprio [15], a definição [16], o género [17] e o acidente [18]. Que não se suponha que com isto pretendemos dizer que cada um deles é por si mesmo uma proposição ou um problema; queremos dizer que é destas noções que se formam os problemas e as proposições [19]. A diferença entre problema e proposição decorre da arquitectura da frase, por exemplo; se dizemos *animal-pedestre-bípede é a definição de homem, não é?* ou *animal é o género de homem, ou não?*, temos uma proposição; se, diversamente, dizemos: *animal-pedestre-bípede é ou não é a definição de ho-*

mem? temos um problema, e de modo análogo se verifica nos demais casos. Portanto, o número de problemas e de proposições é igual, pois de toda a proposição podemos formular um problema, bastando modificar o modelo da frase.

5

Chegou o momento de declararmos o que é a definição, o género, o próprio e o acidente. A definição é uma oração que significa o que é o sujeito. Ela apresenta-se, já na forma de uma frase em vez de um termo, ou de uma frase em vez de outra frase, pois 102 a
certos sujeitos significados por uma frase podem também ser definidos por um termo. Quando se explica o sujeito a definir mediante um simples termo, é evidente que isso não constitui a definição do sujeito, atendendo a que uma definição é sempre uma oração de uma determinada espécie. O próprio da definição deve todavia ser reconhecido em casos como *o honesto é belo* ou ainda como na questão — *a sensação e a ciência são o mesmo ou distintos?,* porque, nas definições, ocupamo-nos sobretudo do aspecto da identidade ou da diferença. Numa palavra, podemos conceder o carácter de definição a tudo quanto se situa no campo de pesquisa como as defi-

nições. Ora, todos os exemplos indicados possuem esta propriedade, como é evidente. Se formos capazes de arguir que dois sujeitos são idênticos ou diferentes, também seremos capazes de achar abundantes argumentos em vista das definições; quando tivermos demonstrado que os sujeitos não são idênticos, teremos destruído a definição. Registemos, por conseguinte, que não há reciprocidade para a regra acabada de expor, porque não basta, para construir a definição, demonstrar a identidade de dois sujeitos, enquanto que, para destruir a definição, basta demonstrar que não são idênticos.

O próprio é o que, sem exprimir a essência do sujeito [20], só a este pertence, de maneira que é com ele convertível, por exemplo, é próprio do homem a capacidade de aprender gramática, porque, se A é homem, é capaz de aprender gramática, e se é capaz de aprender gramática, é homem. Nunca chamamos próprio ao que pode pertencer a outro, por exemplo, quanto ao homem, dormir, ainda que isto possa ocorrer numa dada altura que somente a ele corresponda. Quer dizer, se uma definição deste género pode ser designada como próprio, ela seria chamada próprio não em absoluta acepção, mas numa acepção temporária ou relativa, pois, estar à direita é um próprio na acepção de tempo, enquanto bí-

pede é designado próprio em acepção relativa. Quanto ao homem, é-o relativamente ao cavalo e ao cão. Nada do que é pertença de qualquer outro sujeito, que não seja o seu sujeito, é recíproco deste, pois não se segue necessariamente que, se um ser dorme, ele seja um homem.

O género é o que se predica por essência de múltiplos sujeitos que diferem em espécie e cumpre haver como predicados essenciais todos os termos, de uma forma tal, que se adequem com propriedade à questão: — *Que é o sujeito que está na nossa frente?* Por exemplo, no caso do homem, se perguntamos quem é, a resposta com propriedade é que *é um animal.* A pergunta: *está algo no mesmo género que outro ou está num género diferente?* é também uma pergunta relativa ao género, pois uma pergunta como essa situa-se no mesmo âmbito de pesquisa do género. Uma vez demonstrado, na controvérsia, que animal é o género de homem, e também de boi, teremos demonstrado que ambos pertencem ao mesmo género, mas se mostrarmos que 102 b
animal é o género de um, e não de outro, teremos demonstrado que eles não são do mesmo género.

O acidente é o que, não sendo nada de quanto precede, nem definição, nem próprio, nem género, todavia é característico do su-

jeito; ou melhor, é o que pode ser ou não característico de um só e mesmo sujeito, seja ele qual for, como, por exemplo: *estar sentado* pode dizer-se ou não se dizer de um determinado sujeito, e o mesmo acontece com *branco,* pois nada obsta a que o mesmo sujeito seja, ou branco, ou não-branco. Destas duas definições de acidente, a segunda é a mais perfeita, porque, se adoptarmos a primeira, é necessário que, se a quisermos compreender, conheçamos já o que é a definição, o próprio e o género, enquanto a segunda se basta a si mesma para nos dar o conhecimento exacto do significado do termo. Podemos referir também ao acidente todas as comparações de sujeitos entre eles, pois, ocorram elas como ocorram, dizemos que são originadas por acidente. É o caso destas perguntas: *é preferível o belo ou o útil?* e *qual é mais agradável — a vida virtuosa ou a vida gozosa?* e de todo o problema que seja enunciável de forma análoga. Em todos os casos deste tipo, o que perguntamos é: *a qual dos dois termos o predicado em causa se aplica com rigor?* É evidente que nada obsta a que o acidente se assuma um próprio temporário ou relativo; assim, estar sentado, que é um acidente, pode, sempre que só o homem está sentado, ser um próprio temporário, enquanto que se não for só o homem a estar sentado, pode ser um

próprio relativo aos que não estão sentados. Nada se opõe a que o acidente seja um próprio relativo, ou um próprio temporário, mas nunca será, em acepção simples, um próprio.

6

Não podemos ignorar que tudo quanto dissemos acerca do próprio, do género e do acidente, é também aplicável às definições. Uma vez termos demonstrado que o predicado em questão não se predica unicamente do termo definido — tal como, aliás, fazemos no caso do próprio — ou que o género expresso na definição não é o verdadeiro género, ou que um dos elementos mencionados na definição não pertence ao definido — o que também é assinalável por acidente — teremos destruído a própria definição, de modo que, de acordo com a explicação anterior, todas as noções enumeradas poderiam, num certo sentido, ser da essência da definição.

Para tanto, não precisamos de indagar um único método universalmente aplicável a todas estas noções, pois não é fácil achá-lo e, mesmo se o achássemos, esse método seria de total obscuridade e de fraco recurso para o nosso presente tratado. Todavia, se definirmos um método próprio para cada um dos géneros distinguidos [21], nesse caso, partindo

de regras apropriadas a cada noção, a explo-
103 a ração do nosso sujeito será certamente mais fácil. Assim, tal como já dissemos atrás [22], teremos de nos limitar a uma divisão esquemática, e, quanto às nossas questões, teremos de as juntar à questão que naturalmente mais lhe convenha, referindo-as como questões relativas à definição e ao género. Refiro-me às questões que foram já aditadas a cada um dos seus diversos ramos.

7

Em primeiro lugar, cumpre-nos definir quais as significações do termo idêntico. De um modo simples, poderíamos pensar que idêntico se divide em três espécies: geralmente entendemos, por idêntico, uma identidade, ou numérica, ou de espécie, ou genérica. A identidade é numérica no caso de haver várias denominações, mas apenas um sujeito, por exemplo: *túnica* e *vestido*. É de espécie, quando há vários sujeitos que não apresentam nenhuma diferença segunda a espécie, por exemplo, um homem é idêntico a um homem, um cavalo a um cavalo, pois os sujeitos que pertencem à mesma espécie são ditos idênticos, em função da espécie. Também são idênticos segundo o género os sujeitos que pertencem ao mesmo género, tais como o cavalo e o homem.

Poderia parecer que o sentido em que a água de uma mesma fonte se chama a mesma água é algo distinto dos casos anteriores, mas, na verdade, uma identidade deste tipo deve ser colocada na mesma categoria das coisas que são, de um modo ou de outro, chamadas idênticas, em virtude da unidade da espécie, porque essas coisas são, todas, segundo parece, da mesma família, e muito vizinhas umas das outras. Toda a água se diz especificamente idêntica de toda a outra água, por apresentar uma certa similitude com ela, e a única diferença que há, no caso citado da água que brota da mesma fonte, é o de a semelhança ser mais enfática. Eis porque não a colocamos fora das coisas que, de um modo ou de outro, se chamam idênticas, em função da espécie.

Supõe-se que o termo idêntico é de preferencial utilização na identidade numérica, mas, apesar disso, é utilizável em múltiplas acepções. No seu significado literal e primeiro, o idêntico expressa-se por um nome ou por uma definição, por exemplo: quando *manto* é idêntico a *túnica*, e *animal-pedestre-bípede* a *homem*. Um segundo significado é quando a identidade se expressa pelo próprio, por exemplo: quando o capaz de receber a ciência é idêntico a homem, e o que naturalmente se orienta para cima é o fogo. Um terceiro signi-

ficado é quando o idêntico se extrai do acidente, por exemplo: quando, quem, ou está sentado, ou é músico, é idêntico a Sócrates. Em todos estes casos o que pretendemos significar é a unidade numérica. Que o exposto é verdadeiro pode ver-se melhor numa forma em que uma apelação é substituída por outra. Muitas vezes, quando ordenamos que se chame uma das pessoas que estão sentadas, indicando-a pelo seu nome, mudamos a apelação da mesma, quando a pessoa a quem damos a ordem não nos entende; entender-nos-á melhor, julgamos, se a apelarmos por algum acidente, e lhe dizemos que nos chame o homem que está sentado, ou que está a discutir, supondo, como é óbvio, que significamos o mesmo predicando, ao mesmo sujeito, quer o nome, quer o acidente.

8

103 b Por isso, o termo idêntico apresenta-se, como afirmámos [24], tripartido. Que os elementos acima indicados são aqueles a partir dos quais se constituem os argumentos dialécticos, pelos quais eles procedem, e aos quais eles se aplicam, temos um modo de nos convencer — é pela indução [25]. Se examinarmos as proposições e as questões uma por uma, veremos que cada uma delas provém, seja da definição

de um sujeito, seja do próprio, seja do género, seja do acidente. Um outro modo de nos convencermos é por raciocínio. De facto, todo o predicado de um sujeito é necessariamente recíproco ou necessariamente não-recíproco com o sujeito. Se for recíproco, é porque ele é, ou a sua definição, ou o seu próprio: a definição, se exprimir a essência, o próprio, se não a exprimir, pois, como dissemos, um próprio é recíproco com o sujeito sem, não obstante, lhe exprimir a essência. Se, pelo contrário, o predicado não for recíproco com o sujeito, é, ou não é, um dos termos contidos na definição do sujeito; se for um dos termos compreendidos na definição, será um género ou uma diferença, porque a definição se compõe de género e de diferenças, enquanto que, se não estiver compreendido na definição, será um acidente, uma vez designarmos por acidente o que, não sendo, nem definição, nem próprio, nem género, todavia se predica do sujeito.

9

Continuando, importa distinguir os géneros de categorias nos quais se acham os quatro predicáveis [26] de que falámos.

As categorias são dez: essência, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado,

hábito, acção e paixão [27]. O acidente, o género, o próprio e a definição estarão sempre em uma destas categorias, pois todas as proposições formadas por estas quatro noções significam, já a essência, já a qualidade, já a quantidade, já uma das outras categorias. É por si mesmo evidente que, significar a essência de algo significa, já a essência, já a qualidade [28], já uma das outras categorias.

Quando nos encontramos perante um homem, e dizemos que isso que está perante nós é um homem, ou um animal, indicamos o que isso é, e significamos a essência, mas, quando estamos perante uma cor branca e dizemos que isso é branco, ou que é uma cor, indicamos o que isso é, e significamos uma qualidade. Se estivermos perante uma grandeza de um côvado, dizemos que isso que está perante nós é uma grandeza de um côvado, pelo que indicaremos o que ela é e, portanto, significamos uma quantidade. Situações análogas ocorrem nas demais categorias: por cada uma destas noções, se, de uma dada noção, afirmamos, já o sujeito em si mesmo, já o género, exprimimos a essência; se, pelo contrário, tivermos em mente outra coisa que não o próprio sujeito, não indicamos a essência, antes predicamos a quantidade, a qualidade, ou uma das outras categorias. Esses, e em tal número [29], são os sujeitos e os elementos [30] dos

argumentos dialécticos. Quanto ao modo da 101 a
sua aquisição, e aos meios de os adquirir em abundância, é quanto vamos dizer adiante.

10

Em primeiro lugar, definamos o que é uma proposição dialéctica [a1] e o que é um problema dialéctico [a2]. Não devemos considerar que toda a proposição é dialéctica, ou que todo o problema é dialéctico, pois nenhum homem prudente postularia algo que não é admitido por ninguém, nem poria em dúvida o que é evidente a todas ou à maioria das pessoas; no segundo caso, não há dificuldade, e, no primeiro, ninguém daria a sua concordância.

A proposição dialéctica é uma interrogação provável, já por toda a gente, já pela maioria, já pelos sábios, e, entre estes, já por todos, já pela maioria, já pelos mais notáveis; esta interrogação não pode ser paradoxal, pois é admissível que o admitido pelos sábios não seja necessariamente contrário às opiniões comuns. Proposições dialécticas são também as opiniões prováveis, e bem assim as proposições contraditórias dos contrários das opiniões havidas como prováveis, e todas as opiniões que concordam com o que é ensinado pelas artes reconhecidas. Se é opinião que a ciência dos contrários é uma e a mesma, en-

tão parecerá também provável que a sensação dos contrários é uma e a mesma. Se é opinião provável que gramática é numericamente una, parecerá provável também que a arte de tocar a flauta é numericamente una, mas se for opinião provável que há várias ciências gramaticais, parecerá também provável que há várias artes de tocar flauta. Todas estas opiniões parecem análogas e afins. As proposições que contradizem os contrários das opiniões prováveis parecerão, também elas, prováveis. Se é opinião provável que é preciso ser bondoso para com os amigos, é também opinião provável que não é preciso ser maldoso para com eles. Ora, a proposição *é preciso ser maldoso para com os amigos* é contrária à opinião pública, e a proposição *não é preciso ser maldoso* contradiz esta proposição contrária. Se é preciso ser bondoso para os amigos, não é preciso ser bondoso para os inimigos — também isto contradiz as opiniões comuns, pois a opinião contrária é a de que é preciso ser bondoso com os inimigos, e analogamente ocorre nos demais casos. Também na comparação parecerá conforme à opinião comum que o predicado contrário se diga do sujeito contrário, por exemplo: se é preciso ser bondoso com os amigos, é preciso ser maldoso com os inimigos. Pode parecer que ser bondoso com os amigos é contrário de

ser maldoso com os inimigos, mas o saber se de facto assim é, ou não é, constituirá o tema da nossa discussão acerca dos contrários [33]. Por fim, é óbvio que todas as opiniões concordantes com os ensinamentos das artes são proposições dialécticas, uma vez estarmos dispostos a aceitar as opiniões sustentadas pelos doutos nestas artes, por exemplo: acerca da medicina, opinaremos como o médico, sobre questões de geometria como o geómetra, e assim por diante.

11

Um problema dialéctico é um teorema [34] 104 b
que tende, ou a escolher, ou a evitar, ou a verdade e o conhecimento, e que faz isso, ou por si mesmo, ou como adjuvante, na solução de qualquer problema deste género. Tem de ser algo acerca do qual o vulgo não tem qualquer opinião, nem num sentido, nem noutro, ou tem uma opinião contrária à dos sábios, ou em que os sábios opinam contrariamente ao vulgo, ou, enfim, acerca do qual há discordância, já entre os sábios, já entre o vulgo. Há certos problemas cujo conhecimento é útil para se fazer, ou uma escolha, ou uma rejeição, por exemplo, se é preciso ou não escolher o prazer. Pelo contrário, quanto aos outros problemas, a utilidade envolve o puro conheci-

mento, por exemplo, saber se o cosmos é eterno ou não-eterno. Outros, finalmente, não são úteis, nem em si mesmos, nem por si mesmos, para nenhum destes problemas, constituindo meros adjuvantes em qualquer problema deste género: há muitas coisas que não desejamos conhecer, nem em si mesmas, nem por si mesmas, mas apenas em vista de outras, de modo a conhecermos, por seu intermédio, outra coisa.

Os problemas incluem também as questões acerca das quais há juízos contrários, — consistindo a dificuldade em saber se tal ou tal coisa é assim ou não é assim, uma vez podermos aduzir argumentos convincentes em ambos os casos; e também as questões acerca das quais não dispomos de argumento, por serem muito extensas, e acharmos dificuldade na exposição das nossas razões. Se, por exemplo, o cosmos é ou não eterno, pois também é possível teorizar sobre questões deste género.

Os problemas e as proposições devem ser definidos como dissemos. Tese [35] é um juízo contrário à opinião comum, emitido por alguém famoso na filosofia, por exemplo, que não há contradição possível, como sustentava Antístenes [36], ou que tudo é móvel [37], segundo Heraclito, ou que o Ser é uno [38], como afirma Melisso. Digo famoso, pois constituiria uma estultícia o preocuparmo-nos com estas opi-

niões, contrárias às comuns, se professadas por qualquer arrivista. A tese também pode constituir uma asserção justificável por um juízo contrário às opiniões comuns, por exemplo: que tudo o que é não é, nem gerado, nem eterno, como dizem os Sofistas, porque, afirmam, um músico que é gramático é assim, sem se ter gerado gramático, e sem que o seja eternamente. Esta asserção, mesmo que não a aceitemos, poderia ser aceite desde que razoavelmente demonstrada. A tese é também um problema, mas nem todo o problema é uma tese, porque há problemas de uma natureza tal que, nesse caso, não temos qualquer opinião acerca dele. Que a tese possa ser também um problema é evidente, pois tanto resulta necessariamente de quanto dissemos, — ou que o vulgo discorda dos sábios, ou que os sábios discordam entre eles, ou que o próprio vulgo discorda, visto que a tese é um juízo contrário à opinião comum. Na prática damos hoje o nome de teses a todos os problemas dialécticos, mas seja qual for o termo, pouco importa, pois o nosso escopo não é o de criar uma nomenclatura, ao efectuarmos estas diferenciações, antes não queremos perder de vista que diferenças são pos- 105 a
síveis entre ambas as noções.

Não é necessário analisar, nem toda a tese, nem todo o problema. Basta que se faça a aná-

lise quando a dificuldade proposta pode dificultar alguma das que necessitam argumento, e não as que pedem um castigo, ou para as quais basta ter os olhos bem abertos. Quem proponha a questão de saber, por exemplo, se é preciso ou não louvar os deuses e amar os pais, não pede mais do que uma boa correcção, e quem pergunta se a neve é branca ou não, só têm que abrir os olhos. A controvérsia nunca se deve criar, nem acerca de assuntos cuja demonstração é próxima, nem acerca de assuntos cuja demonstração é longínqua. No primeiro caso, não há qualquer dificuldade e, no segundo, as aporias são muito grandes para um simples exercício disputativo.

12

Efectuadas estas distinções, temos agora de distinguir quantas são as espécies de argumenos dialécticos. Por um lado, temos a epapoge [39] e, por outro, o silogismo. Sobre o silogismo já acima dissemos [40]. Quanto à indução, é a passagem dos particulares ao universal. Se o piloto mais hábil é o que sabe, e se a regra vale também para o cocheiro, então, de um modo geral, é o homem que sabe que, em cada um dos casos, é o melhor. A indução é um método mais convincente e mais claro, mais facilmente conhecível mediante a sensa-

ção, e por conseguinte, acessível ao vulgo, mas o silogismo é mais forte e mais eficaz para enfrentar os antilógicos [41].

13

Os géneros aos quais os argumentos dialécticos se aplicam, e a partir dos quais se constroem, devem ser divisíveis, como já indicámos acima [42]. Os meios que nos fornecerão maior abundância de silogismos e de indução são quatro: um, a aquisição de proposições; dois, a capacidade de distinguir em quantas acepções uma expressão particular pode considerar-se; três, a descoberta das diferenças; e, quatro, consideração da identidade. Estes três últimos meios são também, em certo sentido, proposições, pois podemos fazer, para cada um deles, uma proposição por exemplo: o desejável tanto pode ser o belo, como o gozoso, como o útil; a sensação difere da ciência, porque esta pode recuperar-se uma vez perdida, enquanto a primeira não é recuperável; e, por fim, o são está para a saúde como o vigoroso para o vigor. A primeira destas proposições é tirada da diversidade de significados do mesmo termo, a segunda, das diferenças e, a terceira, das identidades.

14

As proposições são seleccionáveis de tantos modos quantos os que equivalem às espécies de proposição. Podemos considerar as opiniões comuns, ou da maioria, ou as dos sábios, e, entre estes, as de todos, ou as da maioria, ou as dos mais famosos; e também as opiniões contrárias às que parecem comum-
105 b mente aceites; ou todas as opiniões conformes ao ensinamento das artes. Também podemos considerar como proposições as opiniões contraditórias das opiniões contrárias às que parecem comummente aceites, tal como indicámos atrás [13]. Também é útil considerar na nossa selecção de proposições, tanto as opiniões prováveis, como as que se lhes assemelham, por exemplo: que a sensação dos contrários é uma e a mesma, pois também a ciência dos contrários é uma e a mesma, e que a visão é recepção de algo em nós, e não a emissão vinda de nós, pois o mesmo sucede com as outras sensações, pelo que a audição é a recepção de algo em nós, e não uma emissão ida de nós, e o mesmo se verifica no gosto e nos outros sentidos. As proposições que parecem evidentes em todos os casos e na maior parte dos casos também devem ser consideradas em princípio, como tese admitida por to-

dos, pois são propostas pelos opositores, que não se apercebem da excepção que aí possa haver. Podemos também efectuar a selecção nas recolhas de argumentos escritos, elaborando listas para cada género, e colocando-os em capítulos separados, tais como *Do Bem,* ou *Do Animal*, devendo *Do Bem* ser considerado na generalidade, a começar pela sua essência. Também deveremos anotar à margem as opiniões [44] de cada filósofo: por exemplo, que, segundo a doutrina de Empédocles, os elementos dos corpos são quatro [45], uma vez podermos dar o nosso assentimento à asserção de uma autoridade considerada.

Abarcando a questão num simples esboço, dizemos haver três espécies de proposições e de problemas. As proposições são, umas, proposições éticas, outras, proposições físicas, e outras, proposições lógicas. Proposições éticas são as proposições como: *deve obedecer-se antes aos pais ou às leis, no caso de haver discordância entre os dois?* proposições lógicas, como: *a ciência dos contrários é, ou não, uma e a mesma?* e proposições físicas, como: *o cosmos é eterno ou não?* A divisão é a mesma para os problemas. A natureza de cada uma das espécies susoditas não é facilmente dada por definição; temos somente de reconhecer cada uma delas mediante a indução,

examinando-as à luz dos paradigmas acima mencionados.

Em filosofia é necessário estudar estes temas segundo a evidência[16], mas em dialéctica basta atermo-nos à opinião. Todas as proposições devem ser assumidas na sua forma mais universal, tirando várias de uma, por exemplo: dizemos que a ciência dos contrários é uma e a mesma; a seguir, que ela é a mesma para os contrários e para os relativos. De igual modo, estas duas últimas proposições devem, por sua vez, ser divididas tão extensamente quanto possível. Diremos, por exemplo, que é uma e a mesma a ciência do bem e do mal, ou do branco e do preto, ou do frio e do calor, e assim por diante. Sobre a escolha das proposições, o que dissemos é suficiente.

15

106 a Quanto à pluralidade de significados de um termo, importa, quer estudar os termos que apresentam diferentes significados, quer tentar elaborar definições deles. Acabamos de dizer não somente que a justiça e a coragem[17] se dizem ser bem numa acepção, e o vigoroso e o são noutra, mas também que as primeiras destas noções são assim designadas por exprimirem uma certa qualidade intrínseca, e as últimas por produzirem um certo resul-

tado, e não porque exprimam em si mesmas uma certa qualidade. Analogamente também nos demais casos.

Se um termo é assumido por definição em várias acepções, ou em uma só, ele deve ser considerado da seguinte maneira. Em primeiro lugar, verificar se o contrário do termo tem vários significados, quer a diferença seja especial, seja apenas nominal. Em alguns casos, a diferença revela-se de imediato nos nomes, por exemplo: o agudo, no caso do canto, tem por contrário grave, e no caso de um sólido, tem por contrário obtuso. Sendo assim, agudo terá vários significados, pois a cada um dos precedentes termos equivale um diferente contrário. Não é o mesmo o significado de agudo como contrário de obtuso e de grave, ainda que, em ambos os casos, agudo seja o termo contrário. Por sua vez, o grave no canto tem por contrário agudo, mas no caso de um sólido o contrário é leve, de modo que grave tem vários significados, tal como o seu contrário. O mesmo é dizível de belo, que, aplicado a um animado, tem por contrário feio, e, aplicado a uma casa, tem por contrário ruinoso, uma vez que belo é um homónimo.

Em alguns casos, não há qualquer diferença de nomes, mas uma diferença específica entre eles revela-se de imediato, sendo o

caso de claro e de escuro. De uma voz dizemos que é clara ou escura, e o mesmo dizemos da cor. Quanto a estas coisas não há diferença de nomes, mas uma diferença de espécie que nelas se revela de imediato, pois a cor não se diz clara pelo mesmo motivo que se diz clara a voz. Também isto é evidente na sensação, pois, de coisas que são em espécie as mesmas, temos a mesma sensação, embora não julguemos a claridade pela mesma sensação no caso do som e da cor, pois, enquanto no segundo caso é pela vista, no primeiro caso é pelo ouvido. O mesmo se diz de agudo e de obtuso nos casos do sabor e dos sólidos, pois, neste último caso, é pelo tacto e, no primeiro, pelo gosto. Ainda aqui não há diferença entre os nomes, nem quanto aos termos originais, nem quanto aos seus contrários, uma vez nominarmos obtuso o contrário aos dois significados de agudo.

Há que ver, além disso, se um significado do termo tem contrário, enquanto que outro significado o não tem. Por exemplo, o prazer de beber tem por contrário o sofrimento de ter sede, mas o prazer de ver que a diagonal
106 b é incomensurável com o lado não tem nenhum contrário. Por isso, prazer reveste-se de vários significados. Outro exemplo: na acepção de estado de ânima, amar tem um contrário, odiar, mas, concebido no signifi-

cado de coito, não tem contrário, pelo que se torna evidente como amar é um homónimo. Quanto aos termos intermédios, importa ver se alguns significados e os seus contrários têm intermédio, enquanto outros o não têm, ou se, em ambos os casos, há um, embora não seja o mesmo, por exemplo: claro e obscuro [18], a respeito da cor, têm um intermédio, o cinzento, mas na voz não há intermédio, ou se houver um intermédio é rouco, pois há quem pretenda que rouco é um intermédio. Por isso, claro é um homónimo, tal como escuro. Além disso, cumpre ver se alguns destes significados têm mais de um intermédio, embora haja outros que o não têm, como se vê em claro e escuro. Nas cores há vários intermédios, mas na voz não há mais de um, o rouco.

No caso da oposição contraditória, temos de ver se o termo apresenta vários significados. Se tiver vários, o seu oposto terá vários, por exemplo, não ver entende-se de vários modos: um, é não ter a faculdade de ver, outro, não fazer acto de visão; mas se não ver for tomado em várias acepções, segue-se de imediato que ver também se toma em várias acepções, pois a cada um dos significados de não ver equivale um oposto, por exemplo: não ter a faculdade de ver tem por oposto ter a faculdade de ver, e não fazer acto de visão, fazer acto de visão.

Por outro lado, importa verificar o caso dos termos opostos segundo a privação e a possessão. Se um dos termos tiver vários significados, o termo restante também os terá, por exemplo, se sentir tem vários significados, conforme se refere ao ânimo ou ao corpo, não sentir também terá vários significados, conforme se aplique ao ânimo ou ao corpo. É evidente que a oposição entre os termos a que nos referimos, é entre a privação e a possessão, pois os seres animados possuem naturalmente cada uma das duas espécies de sensações, tanto no ânimo como no corpo. Também importa atentar nas inflexões das palavras. Se *justamente* se assume em várias acepções, também *justo* terá várias acepções, pois a cada uma das acepções de *justamente* equivale um significado de *justo,* por exemplo: se justamente se diz tanto do acto de julgar segundo o critério próprio como segundo o dever, o mesmo ocorrerá com justo. Também, se *são* tem vários significados, *sãmente* também os terá, por exemplo: se são é simultaneamente o que produz a saúde, o que a conserva e o que a anuncia, sãmente também significará de um modo que produz, ou de um modo que conserva, ou de um modo que anuncia a saúde. O mesmo se passa em outros casos, quando o termo original tem vários
107 a significados, também a derivação que dele se

forma terá vários significados. Inversamente, se a inflexão tiver vários significados, o termo original terá vários significados.

Também temos de considerar os géneros da categoria às quais o termo se refere, e de verificar se são os mesmos em todos os casos. Se não forem os mesmos, o termo é homónimo. Por exemplo: o bem, no caso do alimento, é agente de prazer, e, em medicina, agente de saúde, mas, se referido à alma, significa uma certa qualidade, como moderado, corajoso, justo; e o mesmo se diz, se referido a homem [19]. Por vezes, *bem* é categoria de tempo; por exemplo: bem que chega no momento oportuno. Muitas vezes é a categoria de quantidade, quando o bem se refere a uma justa medida, pois a justa medida é também chamada um bem. Por isso, bem é um termo homónimo. O mesmo se diz de claro que, referido ao corpo, é uma cor, e, referido à voz, significa o que é fácil de ouvir e entender. O agudo está pouco mais ou menos no mesmo caso, pois o mesmo termo não tem o mesmo significado em todas as aplicações. Assim, uma voz aguda é uma voz rápida, como garante a teoria matemática da Harmonia, enquanto um ângulo agudo é um ângulo menor do que um ângulo recto, e um sabre agudo é um sabre de ponta afiada.

Há que observar também os géneros rela-

tivos ao mesmo nome, e ver se são diferentes, sem serem subordinados, por exemplo, o nome *burro* [10], que ao mesmo tempo significa *animal* e *engenho,* uma vez que a definição do nome é diferente em ambos os casos — num, dir-se-á de um animal de uma certa espécie, noutro, de um engenho de uma certa espécie, mas se os géneros forem subordinados um ao outro, não é necessário que as definições sejam diferentes. Animal é género de corvo, e ave também. Se dizemos que corvo é ave, logo dizemos que é uma espécie de animal, de modo que ambos os géneros são dele predicados. Quando dizemos que corvo é um *animal-alado-bípede,* dizemos que é ave, por isso que, também neste caso, ambos os géneros são afirmados de corvo, assim como as suas definições. Quanto aos géneros não-subordinados, isto não acontece — quando designamos uma coisa por máquina não a chamamos animal, nem quando designamos um animal o chamamos máquina.

Há que atender ainda se os géneros são diferentes não sendo subordinados, tanto no que respeita ao termo proposto, como no que respeita ao seu contrário. Se o contrário for atendido em várias acepções, é evidente que o mesmo deve suceder com o termo proposto.

É igualmente útil avaliar a definição do termo composto, por exemplo, *corpo claro*

ou *voz clara.* Se abstrairmos o próprio de cada caso, deverá ficar uma mesma definição. Ora, tal não acontece nos homónimos que acabámos de citar. O primeiro será definido 107 b como um corpo de uma dada cor, mas o segundo será uma voz fácil de ouvir e entender. Se abstrairmos de corpo e de som, o que fica não é idêntico em cada caso. Se claro fosse sinónimo, seria necessário que tivesse a mesma definição em ambos os casos. Muitas vezes, é nas próprias definições que a homonímia desliza imprevistamente, sendo por esta razão que também importa analisar as definições. Se, por exemplo, definirmos o que anuncia e o que produz a saúde como isso que se refere em justa medida à saúde, não devemos rejeitar esta definição, mas ver em que acepção o termo *em justa medida* foi utilizado em cada um dos casos, por exemplo: se, no último caso, significa o quantitativamente capaz de produzir a saúde, e, no primeiro, o que é qualitativamente capaz de indicar o estado do sujeito.

Além disso, há que ver se os termos incomparáveis segundo o grau de mais, de menos e de igualdade, como no caso de uma voz clara e de um manto claro, dum gosto acre e duma voz aguda. Estas coisas não podem ser ditas claras ou agudas, nem no mesmo grau, nem uma mais que a outra. O claro e o agudo

são, por isso, termos homónimos, e os sinónimos são sempre comparáveis, pois deles sempre diremos que são do mesmo grau, ou que um é mais do que outro.

E como dos géneros diferentes não subordinados as diferenças são também diferentes na espécie, por exemplo, as de animal e de ciência — pois as diferenças destas noções são diferentes — cumpre ver se os significados compreendidos na mesma denominação são diferenças de géneros diferentes não subordinados, como o agudo é uma diferença da voz e do sólido. Uma voz difere de uma voz por ser aguda, e um sólido de um sólido, por ser agudo, de onde resulta que agudo é um termo homónimo, pois constitui diferenças de géneros diferentes, não subordinados entre eles.

Também há que ver se os significados compreendidos na mesma denominação têm eles mesmos distintas diáforas [51], por exemplo, a cor nos corpos, e a cor nas melodias, pois as diferenças de cor são, no corpo, distinguíveis e comparáveis pela vista, enquanto nas melodias as diferenças não são as mesmas, de onde resulta que cor é um homónimo, pois os idênticos têm as mesmas diferenças. Quanto ao mais, como a espécie nunca é uma diferença, cumpre examinar se, das acepções compreendidas no mesmo nome, uma é espécie,

e, outra, diferença, como, por exemplo, *claro* que, referido a corpo, é uma espécie de cor, e, referido a uma voz, é uma diáfora, pois uma voz distingue-se de outra por ser clara.

16

Os diferentes significados de um termo devem ser examinados através dos meios indicados e por outros de análogo valor.

As diferenças que as coisas nos apresentam umas relativamente às outras têm de ser consideradas dentro do mesmo género, por 108 a
exemplo: é preciso inquirir porque razão a justiça difere da fortaleza e a prudência da temperança [52], pois tudo isto pertence ao mesmo género. E também de um género a outro, desde que não se achem excessivamente afastados, como, por exemplo, se inquirirmos porque a sensação difere de ciência. Quanto aos que estão muito afastados uns dos outros, as diferenças são deveras conspícuas.

17

A semelhança deve ser antes de mais estudada nos sujeitos de géneros diferentes, do seguinte modo: o que um termo é para um segundo, um terceiro é-o para um quarto, por exemplo: o que a ciência é para o seu sujeito,

a sensação é-o para o sensível. E, como um termo está num segundo, também um terceiro está num quarto, por exemplo, se a vista está nos olhos, a razão está na alma [33], e se a calma está no mar, o silêncio dos ventos está no ar [34]. É sobretudo nos termos muito afastados um do outro que é preciso exercitar a procura das analogias, porque, nos demais casos, podemos descobrir facilmente os pontos semelhantes. Também será necessário ver os sujeitos do mesmo género para verificar se um predicado idêntico pertence a todos, ao homem, ao cavalo e ao cão, por exemplo, pois é na medida em que eles têm um predicado idêntico que são semelhantes.

18

É útil ter-se feito o exame do número de acepções de um termo, tanto pela clareza da discussão — uma vez podermos conhecer melhor o que afirmamos, pois esclarecemos a diversidade dos significados — como por causa de termos a certeza de que os nossos juízos se aplicam ao próprio sujeito, e não apenas ao seu nome. Caso falhemos em ver com clareza quantos os sentidos de um termo, pode acontecer que o respondente, tal como o interrogante, não considere o mesmo termo. Pelo contrário, uma vez postas a claro as dife-

rentes acepções de termo, e uma vez sabermos acerca do qual o interlocutor propõe a sua asserção, o que interroga pareceria ridículo se não aplicasse o seu argumento ao sentido proposto. Este estudo é-nos útil, tanto para não sermos enganados, como para não enganarmos os outros através de paralogismos. Conhecido o número de significações de um termo, nunca seremos enganados por paralogismos, e veremos se o interrogante não orienta o seu juízo para o mesmo ponto; e se formos nós o interrogante, poderemos enganar o outro com paralogismos, a menos que o respondente não conheça todos os significados do termo. Isto não é sempre possível, só quando os diferentes sentidos são, uns, verdadeiros e, outros, falsos. Esta espécie de argumentação não é, aliás, própria da dialéctica. Os dialécticos devem evitar a todo o custo este género de polémica verbal, a menos que se seja absolutamente incapaz de discutir o sujeito proposto de outra forma.

O descobrimento das diferenças serve para os juízos sobre a identidade e a diferença, e bem assim para o conhecimento da essência de cada particular. Que isto nos ajuda ao silogismo sobre o que se refere à identidade e à 108 b
diferença, é evidente, pois, uma vez achada uma diferença, seja ela qual for, entre os sujeitos propostos, logo teremos demonstrado

que os sujeitos não são um e o mesmo. Além disso, é útil por causa do conhecimento da essência, pois distinguimos logo o que é próprio da essência de cada sujeito, mediante as diferenças deste sujeito.

A teoria dos semelhantes é útil, tanto para os argumentos indutivos como para os silogismos hipotéticos, e também para formular definições. É útil para os argumentos indutivos, uma vez ser pela epagoge dos casos particulares semelhantes que concluímos o universal, não sendo fácil induzir sem conhecer as semelhanças. É também útil para os silogismos hipotéticos, pois costuma admitir-se que o verdadeiro de um dos casos semelhantes é também de todos os outros. Se, pois, acerca de cada uma destas coisas, estivermos bem providos de argumentos para a discussão, garantiremos a aceitação de um conceito preliminar — o de que, o que vale para um caso, vale também para o caso em questão. Uma vez demonstrado o primeiro, teremos por isso mesmo provado, pela hipótese, o caso proposto, porque, tendo admitido por hipótese que tudo o que vale para este caso vale também para o caso em questão, já efectuámos a demonstarção solicitada. A procura das semelhanças também é útil para a formulação de definições, uma vez que, sendo capazes de perceber o que é idêntico em cada caso, não

teremos de sofrer a indagar a que género temos de referir o sujeito em questão, quando o definirmos, pois, entre os predicados comuns, o que mais pertence à essência é o género. Quando os sujeitos estiverem muito afastados um do outro, o estudo das semelhanças é útil, por causa das definições, por exemplo, a calma no mar é o mesmo que a calma do vento no ar — sendo ambos uma forma de quietude — e o ponto na linha o mesmo que a unidade no número, porque ponto e unidade são ambos um princípio. Se expressarmos como género o comum a todos os casos, não estaremos a formular, ao que parece, uma definição imprópria. É um pouco assim que, quem define, formula ordinariamente as definições, pois diz que a unidade é o princípio do número, e que o ponto é o princípio da linha. É evidente que se põe como género o comum a cada uma destas noções.

Tais são os órgãos pelos quais se efectuam os silogismos. Quanto aos tópicos em vista dos quais os órgãos descritos são úteis, são os seguintes.

LIVRO II

1

Os problemas são, uns, universais, outros particulares[55]. Universais são os do tipo *todo o prazer é bom*, e *nenhum prazer é bom*; particulares são: *algum prazer é bom* e *algum prazer não é bom*. Os lugares que servem 109 a
para confirmar ou refutar o universal são comuns a estes tipos de problemas, porque, uma vez provada uma predicação universal afirmativa, logo teremos, por isso mesmo, demonstrado a predicação particular afirmativa, e o mesmo ocorre quando, tendo demonstrado uma predicação universal negativa, logo teremos demonstrado a predicação particular negativa.

Em primeiro lugar, temos de falar dos tópicos que servem para refutar uma proposição universal, porque esses são comuns tanto aos problemas universais como aos problemas particulares, e também porque, como o interlo-

cutor põe habitualmente mais teses afirmativas do que teses negativas, quem argumenta tem de proceder à sua refutação. Em todo o caso, a conversão da denominação própria tirada do acidente é muito difícil, pois só nos casos dos acidentes algo pode ser verdadeiro de um certo modo, mas não no modo universal. As denominações assentes na definição, no próprio e no género, são necessariamente convertíveis, por exemplo: se ser animal-pedestre-bípede for predicado de algum sujeito, será verdadeiro afirmar, por conversão, que este sujeito é um animal-pedestre-bípede. O mesmo se diz quando a denominação se baseia no género: se ser animal é um predicado de algum sujeito, este sujeito é um animal. Igual afirmação equivale ao caso da denominação extraída do próprio: se ser capaz de aprender Gramática se diz de algum sujeito, este sujeito será capaz de aprender Gramática. Nenhum destes predicados é predicável ou não-predicável do sujeito de modo relativo, mas a predicação ou não-predicação é absoluta. Já no caso dos acidentes, nada obsta a que um predicado, por exemplo, a brancura, ou a justiça, não se predique acidentalmente do sujeito, pois não basta demonstrar que a brancura ou a justiça são predicados de homem para demonstrar que homem é branco, ou é justo, pois isto se presta à discussão e

podemos dizer, somente por acidente, que o homem é branco, ou que o homem é justo. Por isso, não há necessária conversão para os acidentes.

Cumpre definir ainda os erros que podem emergir dos problemas. São eles de duas espécies: ou nos enganamos, ou transgredimos a terminologia tradicional [56]. Quem se engana e diz que isso que não se predica de um sujeito se predica, comete um erro, e quem denomina os sujeitos pelos nomes de outros (chamando, por exemplo, *plátano* a um ho*mem*) transgride a denominação aceite na terminologia comum.

2

Um primeiro tópico é o de observar se o interlocutor predicou de um sujeito, por acidente, um predicado que se diz do sujeito por outra causa. Este erro comete-se principalmente quanto aos géneros, por exemplo, se disséssemos que branco é uma cor por acidente, pois não é por acidente que branco é uma cor, já que cor é o género de branco. Pode acontecer que o propositor da tese defina o predicado empregando a denominação derivada do acidente, dizendo que é por aci- 109 b
dente que a justiça é uma virtude. Amiúde, mesmo sem esta definição, é evidente que se

tomou o género por acidente; se dissemos que brancura é colorida, ou que passear está em movimento. O predicado derivado do género nunca é, na sua forma derivada, afirmado da espécie, pois os géneros predicam-se das respectivas espécies, sempre por sinonímia, recebendo, as espécies, o nome e a definição dos respectivos géneros [37]. Se, portanto, dissermos que o branco é colorido, não assumimos colorido como género, pois utilizámos uma forma derivada, nem o assumimos como próprio ou como definição, pois definição e próprio só se predicam do sujeito, enquanto há muitas coisas para além do branco que se dizem coloridas, a madeira, a pedra, o homem, o cavalo, sendo evidente que o predicado é expresso como acidente.

Outro tópico é o de examinar todos os casos em que um predicado foi afirmado ou negado universalmente de um sujeito. Há que considerá-los espécie por espécie e não na multidão infinita, porque, aí, a pesquisa será elaborada por via mais rigorosa, e através de fases menos numerosas. E cumpre proceder a este exame começando pelos grupos primeiros, descendo progressivamente até às espécies indivisíveis. Se o interlocutor afirmou que há uma e a mesma ciência dos opostos, cumpre verificar se, nos relativos, contrários, opostos pela privação e pela possessão, e nos opostos

segundo a contradição, a ciência é também uma e a mesma. E se nestes últimos casos não atingirmos qualquer resultado, cumpre sujeitá-los também a divisão, até atingirmos casos que já não sejam passíveis de divisão, por exemplo: verificar se isso mesmo ocorre com justo e injusto [58], dobro e metade [59], cegueira e vista [60], ser e não-ser [61]. E se, num destes casos, foi demonstrado que a ciência não é uma e a mesma, teremos assim refutado o problema? O mesmo acontece quanto à predicação universal negativa. Este tópico emprega-se reciprocamente, tanto para construir uma asserção como para a destruir, porque, se alguma vez exigimos uma divisão, o predicado parece manter-se em todos ou em grande número de casos, e podemos, então, exigir ao interlocutor que afirme a asserção na universal, e, caso contrário, que dê um exemplo negativo, para mostrar em que caso a regra não se verifica, porque, se não fizer, nem uma coisa, nem outra, parecerá absurdo que recuse a tese.

Outro tópico é o de formular definições do acidente e do sujeito de que o acidente se predica, ou de ambos em separado, ou de um deles apenas, e ver a seguir se um elemento não-verdadeiro foi assumido como verdadeiro nas definições, por exemplo, se o problema for: *é possível injuriar a Deus* [62]?, perguntare-

mos. — *Que é injuriar*? Se for causar dano deliberadamente, é claro que não se pode injuriar a Deus, pois é impossível causar dano a Deus. Outro exemplo: se o interlocutor propuser que *o homem virtuoso é invejoso*, perguntamos — *que é invejoso, e que é a inveja*? Se a inveja for um sentimento de tristeza causado pela felicidade de alguém honrado, é claro que o homem virtuoso não é invejoso, pois, se o fosse, seria indigno. Outro exemplo: se *o homem que se indigna é invejoso*, perguntaremos o que significa cada uma
110 a dessas coisas, de modo a vermos se o juízo é falso ou verdadeiro. Se o invejoso é o que se amofina com o sucesso dos bondosos, e o homem que se indigna é o que se amofina com o sucesso dos maldosos, resulta que o homem que se indigna não pode ser um invejoso. Podemos ainda substituir os termos contidos nas definições pelas próprias definições, e nunca parar, até conseguirmos um termo conhecido porque, muitas vezes, formulada a definição por inteiro, ainda não nos apercebemos se o problema é verdadeiro ou falso, mas se um dos termos contidos na definição for substituído pela própria definição, a solução procurada logo se tornará patente.

Um problema é apresentável como uma proposição, contra a qual dirigiremos as nossas objecções, pois que a objecção será um argu-

mento contra a tese [63]. Este tópico é quase o mesmo dos casos em que um predicado se afirma ou nega universalmente, havendo a única diferença quanto à formulação do argumento.

Importa definir também que espécies convém, e que espécies não convém nominar como são nominados pelo comum dizer, sendo esta definição útil, tanto para construir como para destruir um problema. Podemos, assim, dizer que importa distinguir os sujeitos pela distinção das nominações comuns, mas quando nos interrogamos que sujeitos são ou não são de tal espécie, não nos acomodaremos aos tópicos vulgares. Por exemplo: é preciso afirmar que o são é o agente da saúde tal como toda a gente sabe, mas quanto a saber se tal ou tal sujeito é ou não é agente de saúde, não o podemos aduzir pelos termos do vulgo, mas segundo os termos do médico.

3

Se um termo se emprega em várias acepções, e se tivermos proposto que ele se predica ou não se predica de um sujeito, necessário se torna demonstrar uma das duas diferentes acepções, caso não possamos efectuar a demonstração de ambas. Convém que nos sirvamos deste tópico sempre que a homonímia está oculta, pois se não se ignorar que o

termo dispõe de várias acepções, o interlocutor argumentará não ter sido este o significado posto em discussão, mas outro. Este tópico serve tanto para a construção como para a destriução de um problema. Se quisermos enunciar uma tese, mostraremos como, em um dos seus significados, o predicado se diz do sujeito, embora o não possamos fazer em ambos os significados; se, pelo contrário, tratamos de uma refutação, mostraremos como, em um dos dois sentidos, o predicado não se predica do sujeito, quando não pudermos fazer a demonstração quanto aos dois sentidos. Só no caso da refutação não é necessário levar a discussão a depender de uma concessão do opositor, quer a tese proponha uma predicação universal afirmativa, quer uma predicação universal negativa, pois, se pudermos provar que, em um caso qualquer, o predicado não se predica do sujeito, teremos desde logo destruído a predicação universal afirmativa, e o mesmo teremos conseguido se mostrarmos que, pelo menos em um caso, o predicado se diz do sujeito, pois aí teremos refutado a predicação universal negativa. Em contrapartida, quando enunciamos uma tese, temos de admitir previamente com o opositor que, seja em que caso for, se o predicado se diz do sujeito, este será dele universal, supondo que se tem em vista um postulado plausível. Na demons-

tração de uma predicação universal não basta 110 b
considerar um único caso, por exemplo: não basta demonstrar que a alma do homem é imortal para afirmar que toda a alma é imortal; por conseguinte, é preciso acordar previamente que, se qualquer alma é imortal, toda a alma é imortal. Isto, porém, não se deve fazer sempre, mas apenas onde e quando não pudermos facilmente construir um argumento comum a todos os casos, ao modo do geómetra, quando este afirma que o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos. Além disso, se os diferentes significados de um termo não forem ocultos, cumpre distinguir os seus diferentes significados antes de construir ou de destruir a tese. Admitamos que o dever é útil ou honesto. Importa fazer um esforço para afirmar ou para refutar as duas asserções para o sujeito proposto, mostrando, por exemplo, que ele é honesto e útil, ou que ele não é, nem honesto, nem útil. Se não pudermos provar simultaneamente as duas acepções, importa provar ao menos uma delas, advertindo que o sujeito proposto é verdadeiro em um dos dois sentidos, falso em outro. A regra é a mesma, mesmo quando o número de acepções no qual o sujeito se divide é mais de dois.

Há ainda a considerar as expressões com vários significados, resultantes, não da homonímia, mas de algum outro modo, por exem-

plo: *a ciência de muitas coisas é só uma.* Aqui, *muitas coisas* pode significar, ou o fim e os meios de atingir este fim, como a Medicina é uma ciência que ao mesmo tempo produz a saúde e o regime; ou ambas as coisas assumidas como fins, como dizemos, por exemplo, que a ciência dos contrários é só uma, pois um dos contrários não é mais fim do que outro; ou ainda no caso de um predicado essencial e de um acidental, como, por exemplo, o predicado essencial que o triângulo tem os ângulos iguais a dois rectos, e o predicado acidental que a figura do equilátero tem os ângulos assim, pois é acidente o triângulo equilátero ser um triângulo, mas sendo por isto que sabemos que os seus ângulos são iguais a dois rectos. Se em nenhuma das acepções do termo é possível que a ciência de muitas coisas seja só uma, podemos dizer ser absolutamente impossível que a ciência de muitas coisas seja só uma: ou, se numa destas acepções ela for só uma, é evidente podermos afirmar que a ciência de muitas coisas é só uma. Importa fazer a divisão em tantas acepções quantas as úteis. Se queremos enunciar uma tese, temos de evidenciar todos os significados que a tese envolve, e dividir somente os necessários à enunciação; se, pelo contrário, pretendemos refutar, produziremos todas as acepções susceptíveis de desacordo com a

tese, pondo tudo o mais de lado. E temos de fazer isto também quando não vislumbramos em quantas acepções o termo é proposto. Por outro lado, mediante os mesmos tópicos, cumpre saber que uma coisa se diz ou não se diz de uma outra, por exemplo, que tal ciência é de tal coisa particular, seja assumida como fim, ou como meio para atingir este fim, seja como acidente; ou, na inversa, que tal coisa não é de tal coisa segundo alguma das formas indicadas. Esta mesma regra também se aplica ao desejo e a tudo o que se diz de várias coisas. O desejo de uma coisa pode significar o desejo da coisa enquanto fim em si mesma — 111 a
veja-se o desejo da saúde — ou da coisa enquanto meio para conseguir o fim, veja-se o desejo de se tratar, ou da coisa enquanto acidente, como se vê no caso do vinho, em que o amador das doçuras deseja o vinho, não enquanto vinho, mas enquanto doce. O que ele deseja é o doce, desejando vinho só por acidente, pois, se o vinho for seco, já não o deseja. É de facto por acidente que o deseja. Este tópico também é útil para os termos relativos, pois os casos deste tipo são quase todos de termos relativos[64].

4

Portanto, convém transitar de um termo para outro mais familiar, por exemplo, num

juízo, substituir *exacto* por *claro*, e *meter-se* em muitos assuntos por gostar de se meter *onde não é chamado*, pois como a expressão se tornou mais conhecida, a tese torna-se também mais fácil de atacar. Aliás, este tópico é comum a ambos os propósitos, ou seja, para construir e para destruir uma asserção.

Para demonstrar que os contrários são predicáveis do mesmo sujeito, importa saber qual o género do sujeito, por exemplo, se queremos mostrar que, na sensação, pode haver verdade e inverdade[15] diremos que perceber é julgar, e que podemos julgar com exactidão ou sem exactidão, ainda que na percepção sensível possa haver também exactidão e erro. Neste exemplo, a demonstração faz-se a partir do género e aplica-se à espécie; julgar é do género de perceber, pois quem percebe de algum modo julga. Na inversa, podemos transitar da espécie para o género, uma vez que todos os predicados da espécie o são do género, por exemplo: se houver uma ciência boa e má, é porque também há uma disposição boa e má, tendo em vista que a disposição é género da ciência. O tópico primeiro é falso para construir uma tese, mas o tópico segundo é verdadeiro. Não é necessário que todos os predicados do género o sejam também da espécie. Assim, animal é alado e quadrúpede, mas homem nem é alado, nem quadrúpede. Por outro

lado, todos os predicados da espécie o são do género necessariamente: se o homem é virtuoso, o animal também é virtuoso. Por outro lado ainda, para refutar uma tese, o tópico indicado em primeiro lugar é verdadeiro e, o segundo, falso, pois tudo quanto não se predica do género não se predica também da espécie, mas nem tudo quanto se nega da espécie se nega necessariamente do género. Posto que aquilo de que se predica o género deve receber também necessariamente como predicado alguma das espécies, e posto que tudo quanto o género possui, ou se designa pelos termos derivados do género [66], deve também necessariamente possuir alguma das espécies, ou ser designado por termos derivados de alguma das espécies (por exemplo, se ciência foi dito de algo, então Gramática, Música, ou alguma das outras ciências também será dita de algo, e se alguém detém a ciência 111 b
ou for designado por um termo derivado da ciência, ele possuirá também a Gramática ou a Música, ou uma das outras ciências, ou será designado por um termo delas derivado, por exemplo, *gramático*, *músico*); por conseguinte, se afirmarmos que alguma expressão deriva de certo modo do género, por exemplo, que a *psiqué* é movimento, importa verificar se, conforme a uma das espécies de movimento, a alma é móvel, se ela pode aumentar, corrom-

per-se, gerar-se, ou dispor de outra espécie de movimento. Se ela não for móvel à luz de qualquer um destes movimentos, claro é que a alma não se move. Este tópico é comum a ambos os nossos propósitos, tanto para construir como para destruir a tese, porque, se a alma se move dentro de uma das espécies de movimento, claro é que ela se move, mas se ela não se move em nenhuma dessas espécies de movimento, claro é que não se move.

Se não dispusermos de um suficiente número de argumentos para atacar a tese, convém ver se não os poderemos achar entre as definições reais do sujeito questionado, ou entre as suas definições aparentes, e, se uma não for suficiente, tirá-las de várias. Uma vez definido o sujeito, será mais fácil argumentar contra a tese, já que o argumento contra as definições é por via de regra mais fácil.

Também importa saber, quanto ao sujeito questionado, o que condiciona o sujeito, ou o que o sujeito necessariamente condiciona, uma vez dado. Quando pretendemos construir uma tese, importa inquirir o que há, de cuja realidade se siga a realidade disso que há, porque, se provámos a existência da primeira, teremos desde logo provado a existênciacia do sujeito em questão. Mas, quando queremos refutar uma tese, é preciso inquirir que coisa é real se o sujeito proposto for

dado porque, uma vez demonstrado que o consequente do sujeito proposto não existe, logo aí teremos destruído a coisa em questão.

Examinemos também o lugar relativo ao tempo, e ver se há discordância neste aspecto. Se o interlocutor disse que o que se alimenta necessariamente cresce, podemos retorquir que os animais, mesmo que se alimentem sempre, nem sempre crescem. De igual modo se for dito que saber é a memória, porque a memória é relativa ao tempo passado, e o saber é relativo ao presente e ao futuro, pois dizemos que conhecemos os presentes e os futuros (que haja, por exemplo, um eclipse) enquanto a reminiscência só é possível do relativo ao pretérito.

5

Há também no argumento uma fórmula sofística que consiste em induzir o opositor a uma situação em que lhe possamos opor abundantes argumentos. Este modo de proceder tanto pode ser uma necessidade real como nem sequer ser uma necessidade aparente. Será real quando o que responde haja negado alguma asserção útil para argumentação contra a tese, e, o que interroga, oriente a argumentação para o aspecto contestado, e quando este aspecto se considera ser um desses acerca

dos quais há numerosos argumentos. Analogamente, há necessidade real, quando o que interroga tiver efectuado uma indução assente
112 a numa asserção do que responde, procure refutar a proposição à qual foi induzido, porque, uma vez esta destruída, a asserção antes posta também fica rebatida. Há necessidade aparente, quando parece útil e adequado à tese, sem que todavia o seja, o aspecto para o qual a controvérsia se move, tanto se o opositor ao argumento se negou a conceder algo, como se o defensor da questão conseguiu primeiro isto por meio de uma indução plausível baseada na tese, e logo procura rebatê-la. O outro caso é quando o ponto para o qual a discussão se orienta não é necessário, nem real nem na aparência, sendo sobre outro ponto que o que responde se vê refutado. É preciso evitar este tipo de polémica indicado em último lugar, pois ele é, ao que parece, completamente estranho à Dialéctica, estando fora dela. Ainda por este motivo, o que responde deve, não irritar-se, mas conceder nos pontos que não são úteis à refutação da tese, assinalando todos os pontos que não são conformes com a sua opinião, ainda que os consinta. Com efeito, e por norma, a confusão dos propositores das questões aumenta, se, depois de lhes terem sido concedidas todas as proposições deste gé-

nero, ainda não consegue extrair uma conclusão.

Além disso, sempre que se enunciar uma asserção qualquer, enunciaremos, de um certo modo, uma multiplicidade, visto que cada asserção implica necessariamente várias consequências, por exemplo: quando dizemos que *fulano é homem*, dizemos também que ele *é animal*, que *é animado*, que *é bípede*, que *é capaz de razão e de saber*, de tal modo que, se uma só destas consequências, seja ela qual for, vier a ser rebatida, a proposição original também é rebatida. Convém evitar a passagem de um sujeito para outro mais difícil; por vezes, o mais fácil de rebater tanto é a consequência como a própria tese.

6

Quanto aos sujeitos aos quais só um de dois predicados contrários pertence necessariamente, como, por exemplo, ao homem pertencem necessariamente, ou a doença, ou a saúde, se tivermos vários argumentos a demonstrar que um destes predicados pertence ou não pertence ao sujeito, também os teremos para demonstrar o outro. Este tópico serve recíproca e simultaneamente para os nossos dois propósitos: depois de provado que um dos dois predicados não se diz do sujeito, teremos, por

isso mesmo, provado que o outro não se diz dele; se, pelo contrário, tivermos provado que um dos dois predicados não se diz do sujeito, teremos provado que o outro lhe pertence. Vemos como este tópico serve em ambos os casos.

Podemos também argumentar mediante a transposição de um termo no seu sentido etimológico, com a ideia de que é mais adequado pegar no termo deste modo do que na acepção corrente, por exemplo, podemos dizer que a expressão — *de grande coração* — não significa *homem corajoso*, conforme o uso vulgar, mas antes o homem cujo coração é bom, ao modo em que a expressão *boa esperança* pode significar o homem que espera coisas boas. Analogamente, podemos dizer que eudemonia [67] significa esse cujo génio é virtuoso, ao modo de como Xenócrates diz que é feliz quem tem a alma eudemónica, pois a alma é o demónio do homem [68].

112 b Posto que algumas coisas acontecem necessariamente, outras habitualmente, e outras ocasionalmente, se aduzirmos o necessário como constante, ou o constante (seja ele mesmo, seja o seu contrário) como necessário, isto dá sempre uma oportunidade para arguir. Se pusemos o necessário como constante, negámos que um predicado universal seja universal, pelo que cometemos erro; também

erramos, se enunciarmos um predicado constante como necessário, pois afirmamos o predicado universal, embora ele não seja universal. Se dissermos que o contrário de constante é necessário, porque o contrário de um predicado constante é sempre um predicado menos frequente, acontece o mesmo. Se, por exemplo, os homens são habitualmente maus, é porque são raramente bons, de modo que cometemos um erro ainda maior se dissermos que os homens são necessariamente bons. Isto mesmo é verdade, se considerarmos um acontecimento meramente ocasional como necessário, ou habitual, pois o que depende do acaso não é, nem necessário, nem habitual. Se o acontecimento acontecer muitas vezes, então, mesmo supondo que o interlocutor não definiu se ele é habitual ou necessário, podemos admitir na discussão que ele afirmou acontecer necessariamente, por exemplo: se afirmou, sem mais distinção, que *os deserdados são indignos*, podemos, na discussão, admitir que ele quis dizer que eram necessariamente indignos.

Ainda assim, cumpre examinar se o opositor afirmou algo como predicado acidental do sujeito, tomando-o por algo diferente, por ter outro nome, assim como fez Pródicos, que dividia os prazeres em *gáudio, deleitação* e *eufrosine* [69], pois todos estes são nomes da

mesma coisa, o prazer. Se, portanto, dissermos que regozijar-se é um predicado acidental de hilaridade, isso significará que a coisa é predicado acidental de si mesma.

7

Como os contrários se combinam entre eles de seis modos [10], e como quatro destas combinações são uma contrariedade, importa considerar os contrários em função da utilidade que podem ter, já para refutar, já para defender uma tese. Que os contrários se combinam de seis modos é evidente. Ou cada um dos predicados contrários se combina com cada um dos sujeitos contrários, e isto por dois modos, por exemplo: *fazer bem aos amigos e fazer mal aos inimigos*, ou, na inversa, *fazer mal aos amigos* e *fazer bem aos inimigos.* Ou ainda, podem os dois predicados contrários referir-se a um único sujeito, e isto por dois modos, por exemplo: *fazer bem aos amigos*, e *fazer mal aos amigos*, ou *fazer bem aos inimigos* e *fazer mal aos inimigos.* Ou, enfim, um só dos predicados contrários pode referir-se a dois sujeitos, e isto também por dois modos: *fazer bem aos amigos, fazer bem aos inimigos*, ou *fazer mal aos amigos* e *fazer mal aos inimigos.*

113 a As duas primeiras combinações indicadas

não são uma contrariedade, pois fazer bem aos amigos não é contrário a fazer mal aos inimigos, já que ambas as maneiras são desejáveis e mostram igual disposição; e fazer mal aos amigos não é contrário de fazer bem aos inimigos, pois são duas maneiras a evitar, e que relevam da mesma disposição. E não parece que o que tem de se evitar seja contrário a algo a evitar, a menos que uma não seja dita por excesso e a outra por defeito, porque o excesso, conforme se pensa, faz parte das coisas a evitar, e o mesmo se pensa do defeito [71]. Pelo contrário, as quatro restantes combinações são contrariedade. Fazer bem aos amigos é contrário a fazer mal aos amigos, procedendo de uma disposição contrária, sendo, uma, desejável e, outra evitável. Isto mesmo aplica-se às outras combinações — em cada par de combinações uma é desejável e, outra, evitável, uma provém de um bom sentimento e, outra, de um mau sentimento. De quanto acabamos de dizer conclui-se que um mesmo modo pode originar vários contrários. *Fazer bem aos amigos* tem como contrários *fazer bem aos inimigos* e *fazer mal aos amigos,* e o mesmo se diz de outras asserções; se as analisarmos deste modo compreenderemos que cada uma delas tem dois contrários. Por conseguinte, é preciso escolher um dos dois contrários que possa servir ao argumento

contra a tese. Se o acidente de um sujeito tiver um contrário, cumpre analisar se este contrário é predicável do próprio sujeito, do qual o acidente em questão foi dado como predicável. Se este último foi predicável do sujeito, o outro não lhe será predicável, por ser impossível que os contrários se prediquem simultaneamente do mesmo sujeito.

Há ainda que verificar se algo foi afirmado de alguma coisa tal que, a ser verdadeiro, os contrários devem pertencer necessariamente ao sujeito, por exemplo: se dissemos que *as ideias estão em nós*, resultará que elas são simultaneamente em movimento e em repouso, e que, além disso, são simultaneamente sensíveis e inteligíveis. As ideias, quando se propõe a existência das ideias, parecem estar em repouso e ser inteligíveis, mas se estão em nós é impossível que sejam imóveis, porque, quando nos movemos, segue-se necessariamente que tudo quanto está em nós se move connosco. É também evidente que, se as ideias estão em nós são sensíveis, uma vez ser pelo sentido da vista que reconhecemos a forma presente de cada espécie.

Se a tese propôs um acidente que tem um contrário, cumpre examinar se o sujeito susceptível de receber o acidente é também susceptível de receber o contrário deste acidente, uma vez que o mesmo sujeito admite os con-

trários, por exemplo: se dissemos que *o ódio é a consequência da ira*, o ódio estará no carácter impulsivo da alma, onde reside a ira; a seguir, cumpre ver se o contrário de ódio 113 b
se acha também no carácter impulsivo da alma, pois, se não se achar aí, se a amizade estiver no carácter apetitivo da alma, o ódio não será uma consequência da ira. O mesmo se dissemos que o carácter concupiscente da alma é ignorante, porque, se fosse capaz de ignorância, seria também capaz de sabedoria. Ora, o que geralmente se admite não é isso, que a parte concupiscente da alma seja capaz de sabedoria. Portanto, ao refutar-se uma tese, há que cumprir esta norma, como afirmamos; pelo contrário, se pretendemos afirmar uma tese, este tópico não nos servirá para demonstrar que o acidente pertence ao sujeito, embora nos sirva para provar apenas que o acidente pode pertencer ao sujeito. Quanto tivermos demonstrado que o sujeito em discussão não é susceptível de receber o contrário do acidente afirmado, teremos por isso mesmo demonstrado que o acidente não se predica, nem é predicável, do sujeito; mas se provarmos que o contrário predica o sujeito, ou que o sujeito é capaz de receber o contrário, ainda aí não teremos provado que o acidente afirmado também lhe pertence; apenas teremos provado que lhe pode pertencer.

8

Suposto que o número de antíteses é de quatro [1], temos de inquirir se podemos extrair argumento dos contraditórios dos termos, invertendo a ordem da sequência, tanto ao rebater como ao estabelecer uma tese, garantindo os argumentos deste género por meio da indução. Por exemplo: *se o homem é animal, o que não é animal não é homem,* e o mesmo se fará em outros casos de contraditórios. Aqui, a sequência é invertida, porque homem tem por consequente animal, enquanto o consequente de *não-homem* não é *não-animal*, enquanto, inversamente, o consequente de *não-animal* é *não-homem*. Cumpre recorrer a um postulado deste género em todos os casos e dizer: *se o bom é agradável*, o *que não é agradável não é bom*; mas se esta última proposição não for verdadeira, a outra também não é. Mais: se o que não é agradável não é bom, o bom é agradável. Vemos como a sequência pela contradição é válida para os nossos dois propósitos, quando ela se efectua no sentido inverso.

Quanto aos contrários, convém saber se o contrário de um é o consequente do contrário do outro, seja na sequência directa, seja na inversa, e este tópico é útil, tanto para refutar

como para provar uma tese. Também podemos assegurar-nos dos argumentos deste género mediante a indução, na medida em que isso nos seja favorável. A consecução é directa, no caso, por exemplo, da valentia e da cobardia, pois o primeiro termo tem por consequente a virtude, e, o segundo, o vício. O primeiro tem por consequente que é desejável, e o segundo que é evitável. A sequência neste último caso também é directa, pois desejável é o contrário de evitável, e assim sucessivamente. Pelo contrário, a sequência é inversa num caso como o seguinte: a saúde é consequência do vigor, mas a doença não é consequência da fraqueza, pelo contrário, a fraqueza é a consequência da doença. Vemos como, neste último caso, a sequência é inversa. A sequência inversa raro ocorre nos 114 a
casos de contrários, pois nas mais das vezes a sequência efectua-se na forma directa. Se o contrário de um termo não é o consequente do contrário de outro, nem directa, nem inversamente, torna-se claro que, no caso do problema exposto, um termo também não é o consequente de outro, mas se, no caso dos contrários, um for o consequente de outro, o mesmo se deve verificar quanto aos termos iniciais.

O que se passa com os contrários também é aplicável aos casos das privações e das pos-

sessões, só que, nas privações, não há sequência inversa, efectuando-se a sequência sempre na directa, por exemplo: a consequente de visão é sensação visual, e o consequente de cegueira é privação de sensação visual. A oposição da sensação à privação de sensação é a mesma de possessão e de privação, pois uma destas coisas é possessão, e, a outra, privação.

Tal como estudamos a possessão e a privação, devemos estudar o caso de oposição dos relativos, pois também neles a sequência é directa. Por exemplo, se triplo é um múltiplo, terço é um submúltiplo, porque triplo é relativo ao terço, e o múltiplo à fracção. Outro exemplo: se a ciência é uma opinião, o objecto da ciência é também objecto de opinião, e se a visão é uma sensação, o objecto da visão é também uma sensação. Podemos arguir que, nos relativos, a sequência não é necessariamente a indicada, porque o objecto da sensação é objecto da ciência, mas a sensação não é ciência. A objecção, todavia, não é verosímil, havendo quem afirme que não pode haver ciência dos objectos da sensação. O tópico de que falámos é útil para provar a asserção contrária, como, por exemplo, o objecto da sensação não é objecto da ciência, visto que a sensação também não é ciência.

9

Há também que analisar ao mesmo tempo os termos coordenados e as inflexões, para refutar e para roborar a tese. Dizem-se coordenados termos como: *acções justas* e *homem justo* são coordenados de justiça, e *acções valentes* e *homem valente* de valentia. Também os termos que tendem a produzir ou a conservar algo são coordenados do que tendem a produzir ou a conservar, como, por exemplo, coisas sãs de saúde e coisas vigorantes de vigor, e assim por diante. É isto o que ordinariamente se denomina de coordenadas, enquanto as inflexões [73] serão, por exemplo, *justamente, corajosamente, sãmente*, e todos os termos derivados. Parece que as inflexões também são termos coordenados, como, por exemplo, *justamente* de *justiça, corajosamente* de *coragem*, e por isso chamamos coordenados todos os termos da mesma série, como *justiça, homem justo, acção justa, justamente.* Vemos que, se um termo qualquer, entre os pertencentes à mesma série, for demonstrado como bom ou louvável, todos os outros se tornam por isso mesmo demonstrados. Se, por exem- 114 b
plo, justiça é elemento da série dos louváveis, homem justo, acção justa, e justamente tam-

bém farão parte dos louváveis. E também diremos que *justamente* equivale a *louvavelmente*, porque louvavelmente deriva de louvável, em virtude da mesma inflexão que deriva *justamente* de *justiça.*

Cumpre considerar não apenas o sujeito em discussão, mas ainda o seu contrário, quanto ao predicado contrário. Podemos dizer que o bem não é necessariamente agradável, porque o mal também não é necessariariamente penável; ou, se o mal é necessariamente penável, o bem é outrossim necessariamente agradável. Se a justiça é ciência, a injustiça é também ignorância, e se *justamente é sabiamente e habilmente, injustamente é também ignorantemente e inabilmente*; e se estas duas últimas relações não forem verdadeiras, também as primeiras não são, tal como vimos no exemplo há pouco mencionado, pois é possível pensar que injustamente é habilmente mais do que inabilmente. Este tópico foi anteriormente exposto[71] nas sequências dos contrários, já que, agora, só pretendemos dizer que o contrário do predicado é o consequente do contrário do sujeito.

Importa ainda ter em mente os modos de geração e de corrupção de um sujeito, bem como os agentes que tendem à sua produção ou à sua corrupção, tanto para refutar como roborar uma tese. Aquelas coisas cujos mo-

dos de geração se acham no número das coisas boas, são em si mesmas boas, e se as coisas em si mesmas são boas, os respectivos modos de geração são-no também. Se, pelo contrário, os modos de geração são maus, também elas são más. Quanto aos modos de corrupção, o verdadeiro é o contrário; se os modos de corrupção são bons, as coisas em si mesmas são más, e se os modos de corrupção forem maus, as coisas em si mesmas são boas. Este mesmo argumento inere também aos agentes de produção e de corrupção — as coisas cujos agentes de produção são bons, também elas são boas, e as coisas cujos agentes de corrupção são bons, são em si mesmas más.

10

Há também que verificar os semelhantes do sujeito em questão, e saber se eles se comportam como semelhantes, por exemplo, se uma ciência una tem mais de um objecto, também a opinião o terá, e se ter vista é ver, ter ouvido é ouvir. O mesmo ocorre noutros casos, tanto nos reais como nos de aparência. Este tópico é útil para os nossos dois propósitos — se foi afirmado algo de um semelhante, isso vale também para os demais semelhantes, mas se não for assim em relação

a um, também não o será dos demais. Importa ainda examinar se os casos são semelhantes a respeito de um único aspecto, já que por vezes, há divergência, por exemplo: se saber algo é pensá-lo, saber várias coisas é também pensar várias coisas, mas este último juízo não é verdadeiro, uma vez ser possível saber várias coisas sem as pensar. Se o juízo não é verdadeiro, também não o será o primeiro, que se refere a uma só coisa, e não poderemos dizer que saber algo é pensá-lo.

Além disso, podemos argumentar com recurso ao mais e ao menos. Quanto ao mais, dispomos de quatro lugares: um, saber se o *mais* do predicado é consequente do mais do sujeito, por exemplo, se o prazer é um bem, cumpre saber se um maior prazer é também um maior bem, e se ser injusto é um mal, sa-
115 a ber se ser mais injusto é um maior mal. Este lugar serve os nossos dois desígnios: se o aumento do sujeito tiver por consequência o aumento do acidente, como dissemos, o acidente pertence ao sujeito, mas se o aumento do sujeito não tiver por consequência o aumento do acidente, o acidente não pertence ao sujeito. Esta norma é justificável por indução. Outro, quando um predicado se diz de dois sujeitos, caso não se predique desse do qual é mais natural, também não se deve predicar do que é menos natural dizer-se, mas se

for dito desse ao que é menos natural predicar-se, também se dirá desse ao que pertence de modo mais natural. Pelo contrário, quando dois predicados se dizem de um único sujeito, se o que parece predicar-se mais do sujeito não lhe pertence, o que parece pertencer-lhe *menos* não lhe pertence; ou se o que parece pertencer menos ao sujeito lhe pertence, o que parece pertencer-lhe mais também lhe pertence. Além disso, quando se afirmam dois predicados de dois sujeitos, se um deles parece pertencer mais a um dos sujeitos e não lhe pertencer, o outro também se dirá pertença do outro sujeito; ou, se um dos dois predicados que parece pertencer menos ao um dos dois sujeitos lhe pertence, o outro predicado também pertence ao outro sujeito.

Podemos arguir partindo do suposto de que um predicado pertence, ou parece pertencer, no mesmo grau, segundo os três modos indicados e relativos, aos três lugares do mais. Quando um só predicado pertence, ou parece pertencer, ao mesmo grau, a dois sujeitos, se não pertencer a um também não pertence ao outro, mas se pertencer a um, pertence ao outro. Ou, quando dois predicados pertencem em igual grau ao mesmo sujeito, se um não pertencer ao sujeito, o outro predicado também não lhe pertence, mas se um lhe pertencer, o outro há-de pertencer-lhe. Este caso é

análogo se dois predicados pertencerem, no mesmo grau, a dois sujeitos; se um dos predicados não se disser de um dos sujeitos, o outro predicado também não se diz do outro sujeito, mas se um dos predicados se disser de um dos sujeitos, o outro predicado dir-se-á do outro sujeito.

Podemos, assim, arguir com base no *mais*, no *menos* e no *igual*, de tantos modos quantos os acabados de indicar.

11

Também é possível extrair argumento da adição [73]. Se algo adicionado a outro torna este bom ou branco, quando antes isso não era nem bom, nem branco, o que se adiciona será bom ou branco, detendo o carácter que ele mesmo comunica ao todo. Se a adição de algo a um dado objecto aumentar uma qualidade já por este detida, o adicionado também possuirá esta qualidade, e o mesmo se verifica com outros predicados. Este tópico não é aplicável a todos os casos, sendo-o apenas no caso em que o aumento relativo ao mais é produzível. Este tópico não é reciprocamente útil para a refutação, porque, se o aditado não tornar o sujeito bom, não se segue logo por isso que o que se adita não seja bom. O bem
115 b aditado ao mal não torna o todo necessaria-

mente bom, assim como o branco aditado ao preto não faz o todo necessariamente branco.

Por outro lado, se um predicado se considerar como mais ou menos inerente a um sujeito, é porque também lhe inere em absoluto, pois o que não é bom, nem branco, não pode ser dito *mais bom* ou *mais branco*; não podemos dizer que algo mau é mais ou menos bom do que outro, mas apenas podemos dizer que é mais ou menos bom. Este tópico não é convertível para a refutação, porque muitos predicados que não são possíveis de mais e de menos predicam-se absolutamente do sujeito. Não dizemos, por exemplo, de homem que é mais ou menos homem, pois homem é homem.

Temos ainda de considerar os predicados segundo um modo relativo, ou segundo um tempo, ou segundo um lugar. Se um predicado for relativamente possível, também é absolutamente possível, e o mesmo ocorre com o que se predica segundo o tempo, ou segundo o lugar, pois o que absolutamente é impossível não é relativamente possível, nem segundo um tempo nem segundo um lugar. Há-de aduzir-se que se pode ser relativamente bom por natureza, uma vez podermos ser generoso ou moderado, embora absolutamente não sejamos naturalmente virtuoso. De igual modo, se o corruptível

pode escapar à corrupção num dado tempo, não é possível escapar absolutamente à corrupção. Por análogas razões, é bom, em um dado lugar, seguir uma dieta, a saber, nos locais insalubres, ainda que absolutamente não seja bom seguir-se a dieta. Também num dado local é possível viver isolado e só, mas absolutamente falando não é possível viver isolado e só. Assim mesmo, em certos sítios, é bom sacrificar o pai, como entre os Tríbalos [16], mas absolutamente falando isso não é bom. Ou talvez este costume revele, não uma relação de lugar, mas uma relação aos homens, pouco importando o sítio onde eles possam estar, porque, estejam onde estiverem, esta acção será boa para eles por serem Tríbalos. Outro exemplo: num dado instante é bom tomar remédios, se estivermos doentes, mas absolutamente falando não é bom tomar remédios. Talvez que, neste caso, não se trate de uma relação com o tempo, mas de uma determinada disposição de saúde, pouco importando o tempo, caso se esteja nessa disposição.

O que é absolutamente é o que é, quando, sem qualquer adição, podemos afirmar que é honroso, ou o contrário, por isso que não afirmaremos que sacrificar o pai é bem, embora para certos homens seja bem, mas isto não é um bem absoluto. Em contrapartida, diremos

que adorar os deuses é um bem, sem nada aditar, pois se trata de um bem absolutamente. Deste modo, tudo o que, sem adição, parece ser belo, ou feio, ou dispor de uma qualidade deste género, dir-se-á que é como é absolutamente".

LIVRO III

1

116 a

A questão que se apresente mais opcionável ou melhor entre duas, ou mais, é quanto nos propomos examinar. Só que, em primeiro lugar, importa esclarecer que a nossa inquirição não abrange coisas extremamente afastadas umas das outras, com grandes diferenças entre elas — ninguém se interroga o que é preferível, se a felicidade, se a riqueza — antes abrange coisas próximas e acerca das quais nos encontramos na incerteza de saber a qual delas cumpre preferir, por não vermos que haja qualquer superioridade de uma em relação à outra. Como é óbvio, nas coisas deste género, desde que uma superioridade ou várias estejam demonstradas, o nosso ânimo decidirá que, seja qual for a superior, essa é a mais desejável.

Primeiro: o mais durável e o mais estável é preferível ao que for menos. É ainda pre-

ferível o que for escolhido pelo homem prudente, pelo homem bondoso, ou pela lei justa, ou por gente estudiosa enquanto escolhe nessa qualidade, ou ainda, em cada género de coisas, pelos que as conhecem, quer dizer, o que a maioria delas ou o que todas escolhessem, por exemplo: na Medicina ou na Carpintaria, o que fosse escolhido pela maioria ou por todos os médicos, ou, de um modo geral, qualquer coisa que a maioria dos homens, ou todos os homens, escolhessem, por exemplo, o bem, porque tudo apetece o bem. Temos de orientar o argumento que se pretenda utilizar para o fim de que se carece, mas o absolutamente melhor ou preferível é o ditame da melhor ciência, ainda que, para um determinado indivíduo, seja o ditame da ciência particular que lhe é própria.

Segundo: o que tem categoria de essência é preferível ao que não se acha neste género, a justiça, por exemplo, ao homem justo, porque uma é absolutamente o bem, enquanto o outro não é. Nada se diz por essência do género quando isso não pertence ao género, por exemplo: homem branco não é por essência a cor, e assim sucessivamente.

O que se deseja por si mesmo é mais desejável do que o desejável por outra causa: a saúde é mais desejável do que a ginástica, porque uma é desejável por si mesma, e a

outra por outra causa, e o que se deseja por si mesmo é mais desejável do que o que se deseja por acidente, por exemplo: é desejável que os nossos amigos sejam mais justos do que os nossos inimigos porque o primeiro é desejável por si mesmo e, o segundo, por acidente. Nós não desejamos, a não ser por acidente, que os nossos inimigos sejam justos, a fim de que não nos possam causar dano. Este último tópico é idêntico ao anterior, diferindo apenas na formulação, pois desejamos por si mesmo que os nossos amigos sejam justos, mesmo que daí nada nos advenha, mesmo que se encontrem na Índia, enquanto desejamos que os nossos inimigos sejam justos, por qualquer outra causa, a saber, a fim de que não nos causem algum dano.

O que em si mesmo é causa do bem é 116 b
preferível ao que é causa dele por acidente: a virtude é preferível à sorte, pois uma é por si mesma causa da bondade, e a outra só por acidente é tal, e assim em todos os casos da mesma espécie. A regra vale também para o contrário: o que por si mesmo é causa do mal é mais evitável do que o que só por acidente é causa do mal, por exemplo, o vício e o azar, porque um é mau em si mesmo e o azar é-o por acidente.

O que absolutamente é bom é preferível ao que é bom apenas para alguém, digamos,

recuperar a saúde a sofrer uma amputação, porque um é absolutamente bom e outro só é bom para o que, por acidente, teve necessidade da amputação. O que é bom por natureza é mais desejável do que o que não é bom por natureza, digamos, justiça é preferível a homem justo, pois ela é boa por natureza, enquanto que para o homem justo a bondade é adquirida. E o predicado que pertence a um sujeito melhor é mais honorável e mais preferível, por exemplo, o que pertence a Deus é preferível ao que pertence ao homem, e o que pertence à alma preferível ao que pertence ao corpo. O que é próprio de um sujeito melhor é melhor do que o próprio de um sujeito menos bom: o atributo próprio de Deus é melhor que o predicado próprio do homem, pois os predicados comuns a ambos nada diferem, mas, pelos atributos próprios, um supera o outro. É também melhor o que inere às coisas melhores, ou anteriores, ou mais amáveis, assim como a saúde é melhor que o vigor e a beleza, porque a primeira inere às partes húmidas, secas, quentes e frias, numa palavra, aos elementos orgânicos do animal, enquanto as outras duas só inerem às partes secundárias, já que o vigor se acha nas fibras e nos ossos, e a beleza é, segundo parece, uma certa simetria dos membros.

E o fim [78] parece ser mais amável do que

os meios em vista do fim, e, entre dois meios, é mais amável o que mais se aproxima do fim. Por via de regra, o meio que apetece o próprio fim é preferível ao que apetece outro fim, por exemplo, o que contribui para a honra é preferível ao que contribui para a prudência. E o possível é preferível ao impossível. Entre dois agentes produtores, é preferível esse cujo fim é melhor, mas, caso se procure comparar um agente produtor com um fim, a preferência decide-se com a ajuda de uma proporção — sempre que o excesso de um fim sobre outro seja maior que o do último sobre os seus meios produtivos, por exemplo: se a felicidade excede a saúde, mais do que a saúde excede o que produz a saúde, o que produz a felicidade é melhor do que a saúde. O que produz a felicidade é mais desejável do que o que produz a saúde, porque supera a mesma norma, mas a saúde supera menos o que produz a saúde, logo, o que produz a felicidade supera o que produz a saúde, mais do que a própria saúde supera o que produz a saúde. Daqui resulta que o produtor de felicidade é preferível à saúde, por superar o próprio objecto.

Além disso, o que em si mesmo é mais belo é mais amável e mais louvável, por exemplo, a amizade é preferível à riqueza, e a justiça à força, porque a amizade e a justiça são

por si mesmas amáveis e louváveis, enquanto a riqueza e a força não são tal por si mes-
117 a mas, mas por alguma outra causa. Ninguém ama a riqueza por si mesma, mas por uma outra causa; mas amamos a amizade por si mesma, mesmo que dela não tiremos outro proveito.

2

Sempre que duas coisas são muito similares, e se não somos capazes de perceber qualquer superioridade de uma relativamente a outra, cumpre considerá-las do ponto de vista dos consequentes. A que for seguida de um bem maior é a preferível, mas se os consequentes forem maus, a que for seguida de um mal menor é preferível. Ainda que as duas sejam desejáveis, nada obsta a que numa delas se ache uma consequência penosa. Ao fazermos este exame do ponto de vista dos consequentes, temos em mente dois sentidos, porque há consequentes anteriores e consequentes posteriores, por exemplo: quanto a um homem que aprende, o consequente anterior é a ignorância, e o consequente posterior é o saber. O melhor consequente é, as mais das vezes, o posterior. Seja como for, cumpre escolher, entre os consequentes, o mais adequado ao nossos propósito.

De resto, um maior número de bens é preferível a um menor número, seja de modo absoluto, seja quando uns se acham implícitos noutros, isto é, o menor número no maior número. Poderá aduzir-se que um dos bens o seja em vista de outro, pois então os dois juntos não são mais desejáveis do que um só deles, por exemplo, recuperar a saúde e saúde não são preferíveis à simples saúde, pois não preferimos recuperar a saúde senão em vista da saúde, e nada impede que coisas que não são boas, juntas às coisas boas, não sejam preferíveis a maior número de coisas boas; por exemplo, que a felicidade junta a qualquer outra coisa que não é boa, não seja preferível à justiça, junta com a coragem. As mesmas coisas acompanhadas de prazer são preferíveis, se não acompanhadas de prazer. E as mesmas coisas indolores são preferíveis às dolorosas.

Qualquer outra coisa é também preferível no momento em que a sua consequência é maior, por exemplo, a ausência de dor é mais preferível na senectude do que na juventude, pois tem maiores consequências na velhice. Conforme a este princípio, a prudência é mais amável na velhice, pois ninguém escolhe os jovens para guias, porque ninguém os considera prudentes. Quanto à andria é o inverso: o exercício da andria na juventude é mais

imperativo e o mesmo ocorre com a sofrosíne, pois os jovens, mais do que os idosos, são perturbados pela cupidez.

É também mais amável o que for mais útil em qualquer tempo ou durante a maior parte do tempo, por isso que a justiça e a temperança são preferíveis à coragem, porque as duas primeiras são sempre úteis, enquanto a coragem só é útil em certos ensejos. Entre duas coisas, aquela que, se todos a possuem, faz com que a outra não se necessite, é mais desejável do que a outra que, sendo possuída por todos, não evita a necessidade da outra, como se vê no caso da justiça e da coragem;
117 b se toda a gente fosse justa, a coragem seria inútil, mas se toda a gente fosse corajosa, a justiça ainda seria útil.

Convém ainda extrair argumentos das corrupções e das abjecções, das gerações e das aquisições, e dos contrários, porque as coisas cuja destruição é mais evitável são em si mesmas preferíveis, e o mesmo é dizível das abjecções e dos contrários, porque uma coisa cuja perda é mais evitável, é por isso mesmo preferível. Quanto às gerações e às aquisições, a inversa é a verdadeira, porque as coisas cuja geração é mais amável são, por isso mesmo, mais amáveis.

Outro lugar comum — o que mais se aproxima do bem é melhor e preferível, isto é, o

que se mostra mais semelhante ao bem, por exemplo, a justiça, é melhor do que o homem justo. Cumpre preferir o mais semelhante a algo que é melhor do que outra coisa, por exemplo, Ajáx era, segundo alguns dizem, melhor do que Ulisses, porque era mais semelhante a Ulisses. Objectar-se-á que não é verdade, por nada obstar a que, nos aspectos em que Ulisses era melhor, Ajáx não se lhe assemelhasse mais do que Ulisses, e que Ulisses não fosse bom, caso não se assemelhasse a Ajáx. Há que ver se a semelhança é proposta com propósito ridículo, sendo por isso que o macaco se assemelha ao homem, enquanto o cavalo não se assemelha, pois que o macaco nem é tão belo como o cavalo, ainda que mais se pareça com o homem. Além disso, no caso de duas coisas, se uma for semelhante a uma melhor, e outra a uma pior, será melhor a mais semelhante à melhor. Ainda aqui, todavia, podemos objectar — nada obsta a que uma não seja ligeiramente semelhante à melhor e a outra fortemente semelhante à pior, se, por exemplo, Ajáx se parece ligeiramente com Aquiles, e Ulisses fortemente com Nestor. Pode ainda acontecer que o semelhante ao melhor se lhe assemelhe pelos aspectos piores, enquanto que o semelhante ao pior se lhe assemelhe pelos aspectos melhores, como

se vê na semelhança do cavalo com o burro e do macaco com o homem.

Outro tópico é o de que o bem mais evidente é preferível ao bem menos evidente, e o mais difícil ao que é menos difícil, pois apreciamos melhor a possessão do que não é de fácil aquisição. De igual modo, o próprio é preferível ao comum. É também preferível o que se acha mais isento de ligação ao mal, porque temos de amar mais o que não envolve qualquer dificuldade do que o que pode envolver alguma. Por outro lado, se A é absolutamente melhor do que B, o melhor do contido em A é melhor do que o melhor contido em B, por exemplo: se o homem é melhor que o cavalo, o melhor homem será também melhor do que o melhor cavalo, e, na inversa, se o melhor dos A for melhor que o melhor dos B, A é também, absolutamente melhor do que B, por exemplo: se o melhor homem é melhor do que o melhor cavalo, nesse caso, absolutamente falando, o homem é melhor do que o cavalo.

118 a As coisas das quais os nossos amigos podem partilhar são preferíveis àquelas de que não podem partilhar, e as coisas que preferimos fazer por um amigo são mais amáveis do que as que faremos por qualquer um, por exemplo: praticar a justiça e fazer o bem, mais do que parecer fazê-lo, pois preferimos

fazer um bem real aos nossos amigos do que parecer que o fazemos, enquanto, para os indiferentes, o que vale é a inversa.

Além disso, o que deriva do supérfluo é melhor do que o necessário, e, por vezes, também preferível, porque viver bem é melhor do que viver. Ora, viver bem é supérfluo, mas viver é em si mesmo necessário. Por vezes, o melhor não é o mais desejável, pois não é por uma coisa ser melhor que ela é necessariamente mais desejável, por exemplo: filosofar é melhor do que enriquecer, mas não é o melhor para o que carece do necessário. O supérfluo diz-se quando, possuindo o necessário, trabalhamos para obter mais do que o necessário. Falando com rigor, talvez o necessário seja preferível e, o supérfluo, melhor.

O que não se pode conseguir de outro é preferível ao que também se pode conseguir de outro, por exemplo, da justiça em relação à coragem. Entre duas coisas cumpre preferir A a B, se A for desejável sem B, enquanto B não é desejável sem A, por exemplo: o poder não é desejável sem a prudência, mas a prudência é desejável sem o poder. E se entre duas coisas repudiarmos uma para conseguirmos outra, a preferível é essa que queremos parecer possuir, assim: negamos que somos laboriosos, para que nos julguem engenhosos.

De resto, é mais desejável aquilo cuja ausência é menos reprovável na infelicidade e, reciprocamente, isso cuja ausência se torna mais reprovável, quando não estamos na infelicidade, é preferível.

3

Do que pertence à mesma espécie, o que dispõe da virtude própria da espécie é preferível ao que não dispõe dela, e, se ambos a possuírem, cumpre preferir o que a tem em maior grau.

Se uma coisa torna boa aquilo em que se acha presente, enquanto outra não o torna bom, cumpre preferir o que torna a coisa boa, tal como o que aquece é mais quente do que o que não aquece. E se ambas as coisas tornarem boa a coisa, importa preferir a que a torna melhor, ou a que faz boa a coisa que é melhor e mais importante, se, por exemplo, uma fizer a alma boa, e, a outra, o corpo bom.

Além disso, cumpre considerar os nomes segundo as inflexões, os seus usos, as suas acções e as suas operações e, inversamente, considerar estas por aquelas, por haver entre elas recíproca coordenação. Por exemplo, se *justamente* é preferível a *corajosamente*, e se a justiça é preferível à coragem, *justamente* é

também preferível a *corajosamente*, e assim por diante.

Se, para um mesmo sujeito, um dos predicados for um bem maior, e outro menor, cumpre preferir o maior; e se um pertencer a um sujeito mais elevado, ele também será maior. Aliás, se houver dois preferíveis a um só, o mais preferível é preferível ao menos preferível. E quando o excesso de um é preferível ao excesso de outro, é por si mesmo preferível a este outro, por exemplo: a amizade é preferível às riquezas, porque o excesso de amizade é preferível ao excesso de riquezas. E também o que se preferiria por si mesmo, pelo seu esforço e causa, é preferível ao que se receberia de outro: os amigos são preferíveis às riquezas. 118 b

Também podemos julgar pelo argumento de adição, e ver se a adjunção de A à mesma coisa que se adita a B torna o todo mais amável do que a simples adição de B, embora nos guardemos de tornar este tópico extensivo a isso cujo termo comum tem por instrumento uma das adições, ou disso nos sirvamos de qualquer outro modo, como se vê neste exemplo da serra e da foice aditadas à carpintaria, porque a serra é preferível nesta combinação com a arte da carpintaria, ainda que não seja em si mesma absolutamente desejável. De resto, uma coisa é preferível, se,

adicionada a uma menos boa, torna o todo melhor. Também podemos extrair argumento de toda a subtracção — porque, naquilo mediante cuja subtracção o resto vem a ser um bem menor, pode considerar-se como bem maior, seja qual for a coisa que torna o resto um bem menor.

Se algo é por si mesmo desejável, e outro somente desejável por vaidade, nesse caso a saúde é preferível à beleza. Definimos como desejável por vaidade isso que não desejaríamos possuir, se não conhecêssemos, e uma coisa é mais desejável se for simultaneamente desejável por si mesma e por vaidade, embora outra coisa só seja desejável de um dos modos. Tudo quanto é precioso por si mesmo é também melhor e preferível; uma coisa é mais preciosa em si mesma se a escolhemos de preferência por si mesma, mesmo que seja provável que dela não nos venha qualquer outra consequência.

Importa distinguir ainda quais os significados da palavra preferível e em vista de quais fins: a utilidade, a bondade ou o prazer. O que é útil para todos ou para a maior parte é preferível ao que é menos útil. Se as mesmas utilidades forem inerentes a duas coisas, importa saber qual delas as possui em maior grau, por exemplo, qual das duas é mais agradável, ou mais bela, ou mais útil. O que se

faz em vista de um melhor fim é também preferível, pois o que se faz por causa da virtude é preferível ao que se faz em vista do prazer. O mesmo se diz das coisas a evitar, importando evitar de preferência o que se opõe ao desejável, por exemplo, a saúde mais do que a fealdade, porque a doença se opõe mais ao prazer e à virtude.

Além disso, podemos argumentar pela demonstração de que a coisa em questão tanto é evitável como desejável, porque uma coisa deste género, a qual podemos, já desejar, já recusar, é menos desejável do que outra que seja apenas desejável. Por isso, as comparações das coisas entre si devem ser feitas conforme prescrevemos.

4

Estes mesmos tópicos são úteis para mostrar que uma coisa qualquer é, ou simplesmente desejável, ou simplesmente evitável, bastando deduzir o elemento *mais* que damos a uma coisa contra a outra. Se o que é mais precioso é mais desejável, o que é precioso é também desejável, e se o que é mais útil é mais desejável, o que é útil é também desejável, e assim sucessivamente para tudo quanto admite este tipo de comparação. Para certos termos, no entanto, é pela comparação de um a outro que afirmamos que cada um 119 a

deles, ou que um deles, é desejável, por exemplo: quando dizemos que uma coisa é boa por natureza, e que outra não é boa por natureza, pois o que é bom por natureza é obviamente desejável.

5

Os tópicos relativos ao mais e ao menos devem ser assumidos com a maior universalidade possível, porque, entendidos deste modo, servem a um maior número de problemas. É possível tornar mais universais alguns dos tópicos referidos, mediante uma ligeira alteração prosogógica, por exemplo — o que é tal por natureza é mais tal do que o que não é tal por natureza, e se uma coisa reveste de si mesma o sujeito que a possui, enquanto outra não o reveste, tudo o que faz tal é também mais tal do que o que não faz tal; e se ambas fizerem tal, a que o fizer melhor dá-o em grau maior.

Se, num dado aspecto, quando a uma mesma coisa, um predicado é mais tal e outro menos tal, e se um é mais tal do que um terceiro é tal, enquanto o outro não é, torna-se evidente que o primeiro será mais tal. De resto, podemos extrair argumento da adição e ver se A junto à mesma coisa que B torna o todo mais tal do que B, ou se, quando junto

a uma coisa que é menos tal, torna o todo mais tal. O mesmo acontece se procedermos por subtracção, porque o que, uma vez subtraído, torna o resto menos tal, é em si mesmo mais tal. E as coisas que se acham menos misturadas com os seus contrários são também mais tal, por isso que é mais branco o que se acha menos misturado com o preto.

Além dos tópicos anteriormente versados, possui carácter em maior grau o que admite mais a definição própria do carácter dado, por exemplo: se a definição de branco é uma cor dissociante da visão, é mais branco o que é mais cor dissociante da visão.

6

Se o problema for posto na particular e não na universal, podem aplicar-se em primeiro lugar todos os tópicos universais que enumerámos, que permitem construir ou destruir uma tese. Construindo ou destruindo a tese universal, provamos também a particular — se o predicado se predica de todo A, também se predica de qualquer A, e se não se predica de nenhum A, também não se predica de qualquer A. Os mais cómodos e os mais comuns dos tópicos são os que se extraem dos opostos, dos coordenados e das inflexões, pois são igualmente prováveis, já

a proposição se todo o prazer é um bem, toda a dor é um mal, já a proposição se algum
119 b prazer é um bem, alguma dor é um mal. Por outro lado, se algum sentido não é uma capacidade, então, alguma carência de sentido não é uma carência de capacidade, e se qualquer objecto de opinião é objecto de ciência, qualquer opinião é também ciência; e se algo injusto é um bem, qualquer justo é um mal. Mais, se algo feito justamente é um mal, qualquer feito injustamente é um bem; e se algo agradável é evitável, qualquer prazer é também evitável. Conforme ainda ao mesmo tópico, se algo agradável é útil, algum prazer é útil. No que inere aos agentes de destruição, as gerações e as corrupções, o mesmo é dizível. Se qualquer agente de destruição do prazer ou da ciência é um bem, o prazer ou a ciência também pertencerão ao que é mal. Se qualquer destruição da ciência é um bem, ou se qualquer geração da ciência é um mal, qualquer ciência será um mal, por exemplo: se esquecer uma conduta indigna é um bem, e se lembrá-la é um mal, então o conhecimento da conduta indigna é um mal, e assim por diante: as premissas e a conclusão são igualmente prováveis em todos estes casos.

Também podemos extrair argumento do *mais*, do *menos* e do *igual*, porque se algo que depende de outro género é mais de tal

qualidade que o que depende do género em questão, e se nenhuma das coisas deste outro género é de tal qualidade, o sujeito desta questão também não será mais de tal qualidade, por exemplo: se qualquer ciência é mais um bem que o prazer, e sendo que nenhuma ciência é um bem, também o prazer não é um bem. E do mesmo grau e do menos podemos extrair argumento de igual modo: será então possível construir e refutar uma tese, embora, com a ajuda do mesmo grau, possamos simultaneamente refutar e construir uma tese, enquanto com o menos a podemos apenas construir, e não refutar. Se qualquer capacidade é um bem em igual grau, como a ciência, e se alguma capacidade é um bem, a ciência também é um bem, mas se nenhuma faculdade é um bem, a ciência não é um bem. Se, além disso, qualquer capacidade é um bem menor do que a ciência, e se qualquer capacidade é um bem, a ciência é um bem; mas, se nenhuma capacidade é um bem, não se segue necessariamente que nenhuma ciência é um bem. Por isso, partindo do menos, só podemos construir uma proposição.

Mediante outro género podemos refutar uma tese, que podemos refutar ainda mediante o mesmo género, tomando-se o que é mais de tal qualidade, por exemplo, se foi aduzido que qualquer ciência é um bem, tendo

sido também provado que a prudência não é um bem, nenhuma outra ciência será um bem, pois mesmo a espécie para a qual o mais foi admitido não é tal. Mais, podemos proceder mediante uma hipótese, admitindo que, se o predicado pertence, ou não pertence, a um só sujeito, também pertence, ou não pertence, a todos no mesmo grau, por exemplo: se a alma humana é imortal, também as outras almas o são, e se esta alma não é imortal, as outras também não são imortais. Se propusemos que o predicado se diz de qualquer sujeito, temos de provar que não se diz de qualquer sujeito, pelo que, por hipótese, se concluirá que não se diz de nenhum. Se, pelo contrário, se propôs que o predicado não se diz de qualquer sujeito, temos de provar que ele
120 a se diz de qualquer sujeito, pois deste modo se concluirá que se diz de todos. Admitindo esta hipótese, tornamos universal um problema enunciado como particular, porque pensamos que, concedendo o particular, concedemos o universal, pois de momento se julga que o predicado que se diz de um único sujeito, se diz analogamente de todos.

Quando o problema é indefinido[79], só há um modo de refutar. Se, por exemplo, o interlocutor afirmou que o prazer é um bem, ou não é um bem, sem juntar qualquer outra definição. Supondo que o interlocutor queria

dizer que qualquer prazer é um bem, importa demonstrar universalmente que nenhum prazer é um bem, caso desejemos destruir a proposição aduzida. Ainda mais, supondo que o interlocutor quis afirmar que algum prazer não é um bem, importa demonstrar o universal de que todo o prazer é um bem, de outro modo a refutação não é possível. Se provarmos que algum prazer não é um bem, ou que é um bem, a proposição aduzida ainda não se acha refutada. Temos, portanto, ser possível refutar de um só modo, embora se possa afirmar de dois modos. Quer mostremos universalmente que todo o prazer é um bem, ou que algum prazer é um bem, teremos provado a proposição aduzida. Se nos pedirem para discutirmos que algum prazer não é um bem, e provarmos que nenhum prazer é um bem, ou que algum prazer não é um bem,teremos de igual modo argumentado mediante dois modos, na universal e na particular, para mostrar que algum prazer não é um bem. Se a tese for definida, a refutação é de dois modos possível: se foi proposto que a bondade pertence a algum prazer, mas não pertence a outro, pois, quer provemos que todo o prazer é um bem, ou que nenhum prazer é um bem, a proposição aduzida terá sido refutada. Se o opositor propôs que só um prazer é um bem, de três modos a refutação é factível: ou

provando que todo o prazer é um bem; ou que nenhum prazer é um bem; ou que mais de um prazer é um bem; teremos refutado a proposição aduzida. Se a tese foi ainda mais definida, seja, que a prudência é a única das virtudes que é ciência, podemos refutá-la de quatro modos: provando que toda a virtude é ciência; que nenhuma virtude é ciência; ou que alguma outra virtude, seja a justiça, é também uma ciência; ou que a prudência não é uma ciência, já que, destes modos, a tese proposta terá sido refutada.

Convém atentar ainda nos casos singulares, em que algum predicado foi afirmado como predicando ou não predicando o sujeito, como ocorre fazer-se nos problemas universais. Além disso, são de considerar os géneros, dividindo-os segundo as espécies, até atingirmos os indivisíveis, tal como dissemos atrás, porque: quer o predicado apareça como predicando todo A, ou como não predicando nenhum A, cumpre, após apresentação de vários exemplos, postular, ou que o opositor aceita universalmente a tese, ou que apresenta um exemplo negativo, pelo qual prova que não é bem assim. Por outro lado, quando pudermos dividir o acidente, seja em espécie, seja em número, cumpre examinar se nenhuma destas formas lhe pertence, por exemplo: que o tempo não se move e que não é

movimento, depois de enumeradas quais as 120 b
espécies de movimento. Se nenhuma destas definições predicar tempo, é evidente que o tempo não se move, e que não é um movimento. Também podemos mostrar que a alma não é um número, depois de termos dividido todo o número em par e ímpar, porque a alma nem é ímpar, nem par, logo se tornando claro que a alma não é um número [80]. No que respeita ao acidente, há que operar servindo-nos de meios como estes, e pelo método exposto.

LIVRO IV

1

A seguir, eis os tópicos pertinentes ao género e ao próprio, que cumpre considerar. São eles os elementos dos tópicos relativos às definições, ainda que raramente sejam objecto da inquirição dos dialectas.

Se tiver sido proposto o género de algo, temos, antes de mais, de atentar em tudo quanto inere ao género desse algo, para vermos se há algo a que o género não inira, tal como procedemos acerca do acidente: se o bem for aduzido como género do prazer [81] há que ver se algum prazer não é um bem, pois, se assim for, logo se conclui que o bem não é género do prazer, visto que o género se diz de tudo quanto se subordina à mesma espécie. Em segundo lugar, temos de analisar se o género se predica da categoria da essência apenas enquanto acidente, assim ao modo como se diz que o branco se predica da neve, ou

auto-móvel da alma [82]. Neve não é, deveras, uma espécie de branco, pelo que o branco não é género de neve, e alma não é por essência o que se move, sendo o seu movimento um acidente, tal como para o animal são acidentes o andar e o estar andando. A expressão *o que se move* não significa a essência, mas acção ou paixão, o mesmo ocorrendo com branco, pois ele exprime, não a essência da neve, mas uma dada qualidade da neve. Por isso, nenhum destes dois termos é afirmado como categoria essencial.

Há que considerar de modo especial a definição de acidente, e ver se ela se adequa ao género mencionado, como se vê nos exemplos citados: é possível a uma coisa automover-se e não se automover, ou ser branco ou não ser branco. Portanto, nenhum destes predicados é um género, antes são um acidente, já que designámos por acidente o que pode predicar ou não predicar um sujeito.

Há também que ver se o género e a espécie não se acham na mesma diarese, e se um é substância enquanto o outro é qualidade, ou um é um relativo e outro uma qualidade, como neste exemplo: neve e cisne são uma substância, mas branco não é uma substância, é uma
121 a qualidade, de modo que branco não é género, nem de neve, nem de cisne. Outro exemplo: a ciência pertence ao número dos relativos,

mas bem e belo são uma qualidade, de modo que ou bem ou belo não são o género da ciência, visto que os géneros dos relativos devem pertencer aos relativos, como no caso de dobro, pois que múltiplo, género de dobro, também pertence por si próprio aos relativos. Enfim, é necessário que o género se encontre na mesma divisão de espécie. Se a espécie é substância, o género também deve ser substância, e se a espécie é uma qualidade, o género também deve ser uma qualidade: se branco é uma qualidade, cor também é uma qualidade, e assim por diante.

Há que ver também se é necessário ou contingente que género participe do sujeito classificado dentro do género. Participar define-se: receber a definição do que é participação. Temos, assim, que as espécies participam dos géneros mas os géneros não participam das espécies. A espécie recebe a definição do género, mas o género não recebe a definição da espécie. Convém portanto verificar se um dado género participa ou pode participar da espécie, se, por exemplo, quisermos apresentar algo como género de ente ou de uno; então, a consequência é que o género participará da espécie, porque ente e uno [83] são afirmados de tudo quanto existe e, portanto, também a sua definição.

Além disso, há que ver se a espécie pro-

posta é verdadeira, enquanto o género não é verdadeiro. Se, por exemplo, ser objecto de ciência foi proposto como género do objecto de opinião. Como se sabe, objecto de opinião [84] é afirmável do não-ser, pois muitas coisas que não há são objectos de opinião, enquanto é óbvio que o ser ou o objecto da ciência não se afirmam do não-ser, de onde resulta que nem o ser, nem o objecto da ciência, são o género de objecto de opinião. Aquilo de que se predica a espécie deve também predicar-se o género.

Depois, há que ver se o termo situado no género não é participante de nenhuma das espécies, pois é impossível que o que não participa de qualquer espécie participe do género, salvo se for uma das espécies obtidas na primeira divisão, já que só estas participam do género. Se, pois, se afirmou a moção como género do prazer, cumpre ver se o prazer não é, nem uma locomoção, nem uma alteração, nem nenhum dos outros movimentos, pois então torna-se evidente o não poder participar de nenhuma das espécies, nem, por conseguinte, de nenhum género, dado que o participante do género é também partícipe das espécies. Portanto, o prazer não poderá ser uma espécie de movimento, nem tão-pouco ser um dos fenómenos individuais abrangidos pelo termo movimento, pois os particulares

partilham simultaneamente do género e da espécie, por exemplo, homem singular participa de homem e de animal.

Há que ver também se o termo proposto sob o género não tem uma extensão maior 121 b
do que o género, por exemplo: o opinável é mais extenso do que o ser, pois tanto o ser como o não-ser são opináveis, de modo que o opinável não é uma espécie do ser, pelo que o género é mais extenso do que a espécie. E de igual modo ainda, cumpre ver se a espécie e o género têm igual extensão, se, por exemplo, os predicados predicáveis de todos os sujeitos, um se acha afirmado como espécie e outro como género, por exemplo, ser e uno. Com efeito, ser e uno predicam-se de todos os sujeios, de modo que nenhum deles é género do outro, e a sua extensão é igual. Ainda mais: se puséssemos a origem [85] e o princípio como subordinados um do outro, porque o princípio é origem, e a origem princípio, de modo que, ou estas duas expressões são uma e a mesma, ou, pelo menos, nenhuma delas é género da outra. O aspecto capital a reter em todos os casos análogos é o de que o género deve ser mais extenso do que a espécie e do que a diferença, porque também a diferença é menos extensa do que o género.

É necessário ver também se o género enunciado nem é, nem pode parecer o género

de algo não especificamente diferente do sujeito enunciado, ou, quando se propõe uma tese, se ele é o género de um dos sujeitos. Tudo quanto não difere na espécie tem o mesmo género. Se de uma só que seja tivermos provado ser género, logo ela é género de todas, e se de uma só que seja tivermos provado que não é género, ela não é género de nenhuma, como se, por exemplo, tendo aduzido as linhas indivisíveis, pretendemos que indivisível é o género. O termo mencionado não é género das linhas divisíveis, e estas não diferem na espécie das linhas divisíveis, pois as linhas rectas não são diferentes umas das outras na espécie.

2

Também se deve examinar se há outro género para a espécie aduzida, que nem contenha o género aduzido, nem lhe seja subordinado, por exemplo: se aduzimos que a ciência é género de justiça, pois a virtude é também aí o género, e nenhum destes dois géneros contém o outro, assim que a ciência não poderia ser o género da justiça, já que parece que, sempre que uma única espécie é subordinada de dois géneros, um fica compreendido no outro. Uma regra deste quilate suscita uma dificuldade em vários casos; al-

guns opinam que a prudência é simultaneamente virtude e ciência, embora nenhum destes dois géneros se ache contido um pelo outro. Há quem opine que a prudência seja ciência, mas, mesmo aceitando a verdade deste juízo, parecerá pelo menos necessário que os géneros de um mesmo sujeito sejam subordinados um do outro, ou que ambos sejam compreendidos pelo mesmo género, como no caso de virtude e de ciência, pois ambas se acham compreendidas no mesmo género, uma vez que ambas são, cada uma de per si, um estado e uma disposição. Por conseguinte, é preciso ver se nenhum destes neutros pertence ao género aduzido, pois se os géneros não forem subordinados um ao 122 a
outro, e se não pertencessem ao mesmo género, o termo aduzido não poderá constituir o género.

Cumpre ainda considerar o género do género e assim sucessivamente, subindo até ao género superior, e ver se todos se afirmam da espécie e se são afirmados por definição, porque todos os géneros superiores devem ser predicados da espécie por definição. Se esta regra falhar nalgum caso, então o termo aduzido não é género. [Cumpre ainda ver se o género participa da espécie, seja em si mesmo, seja um dos seus superiores, pois o género superior não participa dos géneros inferio-

res] [40]. Se tivermos de refutar uma tese, cumpre obedecer a esta regra que ora demos, mas se tivermos de enunciar a tese, e uma vez admitido que o termo enunciado como género também se predica da espécie, e subsistindo a dúvida somente quanto à sua predicamentação enquanto género, basta demonstrar que um dos géneros superiores é afirmado por definição da espécie; se um só deles for predicado por definição, tanto os que lhe são superiores como os que lhe são inferiores, uma vez ditos da espécie, sê-lo-ão por essência, de modo que o termo aduzido como género é, também ele, aduzido como essência. A premissa: quando um género se predica na categoria da essência todos os outros, sendo absolutamente predicados, se predicarão da categoria da essência, pode garantir-se por epagoge. No entanto, se o duvidoso for que o termo afirmado como género corresponde em absoluto à espécie, não basta demonstrar que um dos géneros superiores se afirma da espécie por essência, por exemplo: se aduzimos a locomoção como género de andar, não basta provar que andar é um movimento para demonstrar que andar é uma locomoção, uma vez haver outras espécies de movimento, mas importa provar também que andar não participa de nenhuma das espécies de movimento resultante da mesma divisão, exceptuando a

locomoção. O que participa do género participa também necessariamente de alguma das espécies resultantes da primeira divisão do género; logo, se andar não participa, nem do aumento, nem da diminuição, nem de nenhuma das outras espécies de movimento, é claro que andar participará da locomoção, pelo que locomoção será o género de andar.

Há que ver ainda, quanto às coisas cuja espécie se aduz como se fosse género, se o aduzido como género é também afirmado por essência das próprias coisas às quais também se predica a espécie, e, de modo análogo, se todos os géneros superiores a este género também o são. Se, nalgum aspecto, esta concordância falhar, é claro que o termo aduzido não é o género, pois, se fosse o género, todos os géneros superiores a ele, e ele mesmo, se afirmariam por essência dessas coisas cuja espécie também se afirma por essência. Se tivermos de refutar uma tese, é útil ver se o género não vem afirmado como essência dessas coisas cuja espécie também é afirmada. Se tivermos de construir uma tese, é útil ver se o género se afirma por essência, porque, 122 b
se assim for, daí resultará que o género e a espécie serão afirmados essencialmente do mesmo sujeito, de modo que o próprio sujeito é subordinado de dois géneros. Estes géneros devem ser necessariamente subordi-

nados um do outro e, logo, se provámos que o termo que desejámos aduzir como género não for subordinado da espécie, é claro que a espécie lhe será subordinada, pelo que, afinal, teremos demonstrado que esse termo é o verdadeiro género.

É preciso considerar ainda as definições dos géneros, e ver se elas se ajustam tanto à espécie como ao que participa da espécie. É necessário que as definições dos géneros sejam ditas da espécie e dos sujeitos que participam da espécie; se, portanto, nalgum aspecto, não houver esta concordância, é claro que o termo aduzido não é o género.

Também há que ver se o opositor apresentou a diferença como se fosse o género, por exemplo, imortal como género de Deus, pois imortal é uma diferença do animado, uma vez que, entre os animados, há os mortais e os imortais. Logo é evidente ter o opositor errado, pois a diferença nunca é género de algum sujeito. Que isto é verdadeiro, eis a evidência: nenhuma diferença exprime a essência, senão alguma qualidade, como pedestre e bípede.

Há que ver ainda se o opositor colocou a diferença no género, assumindo, por exemplo, ímpar como número, porque ímpar é uma diferença do número, não uma espécie, e também não parece que a diferença participe do

género, pois o que participa do género é sempre, ou espécie, ou indivíduo, enquanto a diferença não é, nem espécie, nem indivíduo. Temos, assim, que a diferença não participa do género, pelo que ímpar não é uma espécie, sendo uma diferença, uma vez não participar do género.

De igual modo, cumpre saber se o opositor colocou o género na espécie, tomando, diga-se, o contíguo[87], ou a mistura por fusão, ou, como na definição dada por Platão[88], locomoção por transporte. Não é efectivamente necessário que o contacto seja um contínuo, ainda que, na inversa, o contínuo seja um contacto, pois nem todo o contíguo é todo contínuo, enquanto o contínuo é contíguo. O mesmo com os demais exemplos: nem toda a mistura é uma fusão — a mistura dos secos não é uma fusão — nem tão-pouco o transporte é uma locomoção, pois andar não é, ao que parece, um transporte; transporte diz-se do que passa de um lugar para outro sem vontade própria, como se vê no caso dos inanimados. Temos, então, que, nos exemplos dados, a espécie é mais extensa do que o género, contrariamente ao que deveria ser.

Há ainda que olhar e ver se o opositor aduziu a diferença na espécie tomando, por exemplo, imortal como se Deus fosse, pois daí resultará que a extensão da espécie é

igual ou superior à diferença, enquanto, segundo a regra, a diferença tem sempre uma extensão igual ou superior à espécie. De resto,
123 a é preciso ver se o opositor colocou o género na diferença, afirmando, por exemplo, que a cor seja uma coisa que trespassa, ou que o número é um ímpar. Também é preciso ver se o opositor mencionou o género como diferença, por ser possível formular um juízo deste tipo, dizendo, por exemplo, que mistura é a diferença de fusão, ou que o transporte é a diferença de locomoção. O exame de todos os casos deste tipo tem de efectuar-se com a ajuda das mesmas regras, porque os lugares são comuns a todos. Ao mesmo tempo, é sempre necessário que o género seja mais extenso do que a diferença, e que não participe da sua diferença, mas se for tomado pela forma indicada, nenhuma das duas regras indicadas opera: o género será ao mesmo tempo menos extenso do que a diferença e participará desta diferença. Se, além disso, nenhuma das diferenças do género for predicado da espécie, também o género não será predicado: da alma não predicamos que é ímpar, nem par, de modo que a alma não é um número [89]. Além disso, cumpre ver se a espécie é por natureza anterior ao género, e se oculta o género quando ela se oculta, pois, segundo parece, o contrário é que deve

ser. Por outro lado, se o género, ou a sua diferença, podem estar ausentes da espécie, por exemplo, se o movimento está ausente da alma, e se verdade e falsidade se acham ausentes de opinião, então nenhum destes termos será, ou género, ou diferença, parecendo que o género e a diferença acompanham a espécie, enquanto esta subsiste.

3

Há que ver ainda se o que se acha no género participa, ou pode participar, de algum contrário do género, porque, nesse caso, o mesmo sujeito participa simultaneamente dos contrários, pois que o género não se lhe acha ausente, pelo que ele participa, ou é participante, do género contrário. Por outro lado, cumpre ver se a espécie partilha de algum predicado que não possa pertencer aos sujeitos subordinados ao género, por exemplo, se a alma participa da vida, e como nenhum número pode ter vida, a alma não pode ser uma espécie de número. Também é preciso ver se a espécie é um homónimo do género, para tanto nos servindo dos princípios elementares já indicados, porque o género e a espécie são sinónimos.

Como todo o género compreende várias espécies, temos de ver se é impossível haver

outra espécie que seja predicável do género indicado; se o não houver, o termo enunciado não pode ser de modo nenhum o género. Mas cumpre examinar se, ao enunciar o género, o opositor utilizou uma metáfora, como ao dizer, por exemplo, que a moderação é uma harmonia, porque todo o género é literalmente predicável das suas espécies, embora a harmonia não seja predicada da temperança em literal acepção, mas por metáfora, pois a harmonia só se predica dos sons.

123 b Além disto, necessitamos de ver se há algum contrário à espécie, e este exame é diversamente factível. Antes de mais, temos de ver se o contrário também se acha no mesmo género, como a espécie, quando o género não tem contrário, porque os contrários devem ser do mesmo género, caso não haja contrário do género; mas, se o género tiver um contrário, cumpre examinar se o contrário da espécie se acha no género contrário, porque a espécie deve achar-se necessariamente no género contrário, sempre que haja algum contrário do género. Cada um destes aspectos é indutivamente verificável.

Há também que ver se o contrário da espécie não se acha de modo absoluto em qualquer género, sendo ele mesmo um género, por exemplo, no caso do bem: se este

termo não se acha em um género, o contrário respectivo também não se achará em um género, mas será por si mesmo um género, como se vê em bem e mal, pois nenhum destes se acha num género, porque cada um deles é um género. Além disso, temos de ver se o género e a espécie são simultaneamente contrários de algo, e se um par destes contrários tem um termo médio, embora o outro não o tenha. Se os géneros tiverem um termo médio, as espécies também terão um, e se as espécies têm um, os géneros também terão um, como vimos nos exemplos da virtude e do vício, da justiça e da injustiça, onde há um termo médio para cada uma destas parcerias ou pares. Objectar-se-á que saúde e doença não apresentam termo médio, ainda que haja um médio entre bem e mal. Ainda temos de ver se, havendo um médio simultâneo, tanto para os géneros como para as espécies, este médio não se comporta igualmente em ambos os casos, sendo, num, uma pura negação e, noutro, um sujeito. A vulgar opinião é a de que o termo intermédio deve comportar-se de igual modo em ambos os casos, como nos exemplos relativos de virtude e vício, justiça e injustiça, porque, em cada uma destas coplas, o intermédio funciona como pura negação. Por outro lado, quando o género não tem contrário, temos de exa-

minar, já se o contrário da espécie se acha no mesmo género, já se o intermédio aí se acha, porque, onde os extremos se acham também se acha o médio, como no exemplo de branco e de preto: a cor é simultaneamente o seu género e o de todas as cores intermédias. Podemos objectar que a carência e o excesso são do mesmo género, porque ambos são subordinados do mal, enquanto que a justa medida — o meio termo — não é subordinado do mal, mas do bem. Cumpre examinar ainda se, enquanto o género tiver algum contrário também a espécie o terá, como nos exemplos de virtude, contrário de vício, e de justiça, contrário de injustiça. Se considerarmos outros exemplos, veremos com nitidez que é bem como dizemos. Objectaremos com o exemplo de saúde e de doença: a saúde é em geral o contrário de doença, mas uma doença qualquer, que é uma espécie de doença, não é contrário de algo, como sucede com os casos de febre, oftalmia, ou qualquer outra doença em particular.

124 a Caso desejemos refutar uma tese, teremos de proceder a uma análise segundo diversos modos: se os predicados mencionados não pertencerem ao género proposto, é porque o termo proposto não é género, mas se pretendermos levantar uma tese, dispomos de três

vias. Primeiro, ver se o contrário da espécie se acha no género indicado, quando o género não tiver contrário — se o contrário se achar no género, resulta que a espécie aduzida também se encontra no género. Depois, temos de ver se a espécie intermédia se acha no género aduzido, pois os extremos acham-se onde se achar o médio. Por fim, quando houver um contrário para o género, cumpre ver se a espécie contrária se acha no género contrário, porque, se ela se achar nele, resulta que a espécie aduzida também se acha no género aduzido.

De resto, é preciso atentar nas inflexões e nos termos coordenados, e ver se eles se seguem de igual modo, seja na refutação, seja na enunciação da tese, pois todo o predicado que se diz, ou não diz, de um só termo, diz-se ou não se diz simultaneamente de todos os demais, por exemplo: se justiça é uma ciência, *justamente* significa *sabiamente* e *justo sábio*, mas se uma destas coisas não for assim, também as demais o não são.

4

Há que ter em conta também os casos que apresentam uma relação análoga entre si. Por exemplo, agradável é para o prazer o que útil é para o bem, porque, em cada um dos casos, um é produto do outro. Se o prazer é

por essência um bem, o agradável também será por essência um útil, pelo que será um agente do bem, uma vez que o prazer é um bem. De análogo modo cumpre ver os casos das gerações e das corrupções: se *construir* é ser activo, *ser construído* é ter sido activo; se aprender é recordar, ter aprendido é ter recordado; e se ser dissoluto é ser destruído, ter sido dissoluto é ter sido destruído, pois a dissolução é uma espécie de destruição. O mesmo acontece quanto aos agentes de geração e de corrupção, e bem assim quanto às aptidões e aos usos e, de um modo geral, seja na construção, seja na destruição de uma tese, é preciso considerar os casos à luz de alguma analogia, tal como dissemos quanto à geração e à corrupção. Se o agente de destruição é um agente de dissolução, então, *ser destruído* é *ser dissoluto*, e se o agente de geração é um agente de produção, *ser gerado* é também *ser produzido*, e a geração é uma produção. Quanto às aptidões e aos usos o mesmo se verifica: se a potência é uma disposição, ser capaz é também estar disposto, e se o uso de algum instrumento é uma actividade, usar é actuar, e ter usado, ter actuado. Se o oposto da espécie for uma privação, a tese é refutável de dois modos. Primeiro, vendo se o oposto se acha no género proposto, porque, ou a privação nunca se acha

absolutamente no mesmo género, ou pelo menos não se acha no género próximo, por exemplo: se o género próximo que contém a vista é a sensação, a cegueira não será uma sensação. Segundo, se houver uma oposição 124 b
simultânea ao género e à espécie, mas o oposto da espécie não se acha no oposto do género, a espécie dada também não pode achar-se no género dado. Quando se refuta uma tese, temos de usar as regras indicadas, mas quando a enunciamos, há só um método: se a espécie oposta se acha no género oposto, também a espécie aduzida se achará no género aduzido, por exemplo: se a cegueira é uma espécie de anestesia [90], a vista é uma espécie de estesia.

É preciso verificar as negações [91] e inverter a ordem dos termos, tal como procedemos no acidente. Se o agradável é por essência um bem, o que não é um bem não é agradável, pois, se assim não fosse, até algo não-bom seria agradável. Sendo o bem o género de agradável é impossível que algo não-bom seja agradável, pois as coisas de que o género não se predica também não se predica das respectivas espécies. Temos de proceder ao mesmo exame na construção da tese, porque, se o que não é bom não é agradável, o agradável é um bem, pelo que bem é o género de agradável.

Se a espécie for um termo relativo, temos de ver se também o género é relativo, porque, se a espécie se acha nos relativos, também o género se acha, como vemos nos casos de dobro e de múltiplo, ambos relativos. Se o género estiver no número dos relativos, já não é necessário que o mesmo aconteça com a espécie, por isso que ciência é um termo relativo, embora Gramática não seja um termo relativo. Ou quiçá nem o primeiro juízo se considere verdadeiro, porque a virtude é por essência algo de belo e, por essência, um bem, e, no entanto, embora virtude seja uma relação, o bem e o belo não são relações, mas qualidades. Há que ver também se a espécie deixa de utilizar-se na mesma relação quando ela se utiliza pelo seu próprio nome, e quando se designa pelo nome do respectivo género, por exemplo: se dobro é o dobro de metade, é porque o múltiplo é múltiplo da metade, de outro modo o múltiplo não seria o género do dobro.

Não obstante, é preciso ver se o termo deixa de utilizar-se na mesma relação, já quando se designa pelo nome do seu género, já quando se designa pelos nomes de todos os géneros do seu género. Se dobro é múltiplo de metade, excesso também se dirá de metade, e, de um modo geral, o dobro dir-se-á de todos os géneros superiores relativos à metade. Po-

demos objectar que não é necessário que um termo seja dito em relação a uma mesma coisa quando se designe pelo próprio nome, ou quando se designe pelo nome do seu género, porque a ciência é dita ciência do seu objecto, embora seja dita um estado e uma disposição, não do seu objecto, mas da alma.

Veja-se ainda se o género e a espécie se empregam de igual modo nas suas derivações, por exemplo, se são ditos *a algo*[92], *de algo*[93], ou de algum outro modo, porque o género tem a sorte da espécie, como nos casos de dobro e dos seus géneros superiores, uma vez que dizemos simultaneamente *dobro de*, e *múltiplo de*. O mesmo sucede no caso de ciência, porque ciência em si mesma e os respectivos géneros, por exemplo, a disposição e o hábito, 125 a
dizem-se ser de algo. Podemos objectar que, às vezes, não é assim, porque dizemos *superior a*, e *contrário a*, enquanto outro, que é o género destes termos, conduz, não a *a* mas a *que*, pois dizemos *outro que*.

Há que olhar ainda a se os termos utilizados de modo semelhante nos casos das palavras não são de igual modo convertíveis, como sucede com dobro e múltiplo. Cada um destes termos diz-se de alguma coisa, já em si mesma, já por conversão, pois tanto dizemos *metade de* como *fracção de*. O mesmo quanto à ciência e à opinião: elas dizem-se de algo e,

por conversão, objecto de ciência e objecto de opinião também se dizem objectos *para.* Se, nalguns casos, as construções não forem iguais, é porque um termo não é o género de outro.

A seguir, vejamos se a espécie e o género deixam de usar-se em igual número de casos, pois em geral admitimos que ambos se dizem de modo análogo e para um mesmo número de casos, como ocorre, por exemplo, com *doação* e *dom*, pois doação é de algo ou a algo, e dom é de algo a algo, e dom é o género de doação, e doação é um dom que não se devolve. Todavia, em certos casos, não há igualdade numérica: enquanto dobro é *dobro de,* excesso e maior tanto se dizem *exceder em,* como *exceder de,* pois o que é em excesso, ou é maior, é sempre em excesso em alguma coisa ou de alguma coisa. Por isso, os termos mencionados não são os géneros de dobro, pois não são relativos a um mesmo número de casos como a espécie, ou então não é universalmente verdade que o género e a espécie sejam relativos a igual número de casos.

Há que ver ainda se o oposto da espécie tem como género o oposto do género, por exemplo, se o género do dobro é múltiplo, o género de metade é submúltiplo, pois o oposto do género deve ser sempre o género da espécie oposta. Se dissermos que a ciência é por

essência uma sensação, é também necessário que o objecto da ciência seja por essência sensível, o que não é verdade, pois nem todo o objecto de ciência é sensível, havendo inteligíveis que são objectos de ciência. Por conseguinte, o sensível não é o género do objecto da ciência, e, se não é, a sensação também não é o género de ciência.

Como, entre os termos relativos, alguns se acham necessariamente nas coisas, ou são relativos às coisas com as quais se utilizam — por exemplo, a disposição, o hábito, a simetria, pois estes termos não se podem achar senão nas coisas com as quais são empregados — enquanto outros não se acham necessariamente nas coisas com as quais são utilizados, embora se possam achar nelas — como no exemplo se a alma é objecto de ciência, pois nada obsta a que haja uma ciência da alma em si mesma, ainda que isso não seja necessário, uma vez ser possível que esta mesma ciência se ache em outra coisa; e que outros não se possam 125 b
achar nas coisas com as quais são utilizados, por exemplo: quanto ao contrário estar no contrário, ou a ciência estar no objecto da ciência, salvo se o objecto da ciência não for alma ou homem. Nestes casos, cumpre ver se o opositor aduziu um termo de uma ordem em género que não é dessa ordem, por exemplo, se disse que a memória é a mansão da

ciência [4]. Toda a mansão reside no objecto em repouso, e a ele se refere, de modo que a mansão da ciência está também na ciência. Por isso, também a memória está na ciência, visto ser ela a mansão da ciência, o que não é possível, visto que a memória se acha na alma. Este lugar comum é comum ao acidente. Pouco importa que se diga que mansão é género da memória, ou que é um acidente, pois de qualquer modo que a memória seja mansão, este mesmo argumentário, de que ela é objecto, continuará aplicável.

5

Veja-se ainda se o opositor situou o hábito na acção, ou a acção no hábito, se, por exemplo, disse que a sensação é um movimento comunicado através do corpo, porque a sensação é um hábito e o movimento é uma acção. De igual modo, se foi dito que a memória é um hábito cuja propriedade é a retenção da ideia, porque a memória nunca é um hábito, sendo uma energia.

Também nos iludimos quando situamos o hábito na potência, que é seu consequente, definindo, por exemplo, a clemência como o domínio da ira, e a coragem e a justiça como o domínio do medo e da cupidez, por chamarmos corajoso e clemente ao homem isento de toda a paixão, e dono de si mesmo ao que

se acha exposto a uma paixão, mas não se deixa vencer por ela. É absolutamente possível que ambos os hábitos tenham por consequência uma potência tal que, expostos a uma paixão, não seriam vencidos mas dominá-la-iam. Não é menos verdade que isto não é a essência da coragem num caso, e da clemência noutro: a sua essência é a imunidade a quaisquer paixões desta espécie.

Às vezes, também se propõe como género qualquer consequente, por exemplo, a dor como género da ira, e a crença como género de convicção. Estes dois termos são, de certo modo, o consequente das espécies mencionadas, mas nenhum deles é o seu género, porque o homem irado sente a dor, mas a dor aparece nele anterior à ira. A ira não é causa da dor mas a dor é causa da ira, de modo que, absolutamente falando, a ira não é dor. Por causa deste mesmo juízo, a convicção não é uma crença, pois é possível que a crença seja a mesma, sem que a convicção subsista, o que não aconteceria se a convicção fosse uma espécie da crença. Uma coisa não permanece a mesma se mudar completamente de espécie, pois um mesmo animal não poderia ser homem e não ser homem. Se defendermos que ter uma crença é necessariamente ter também uma convicção, a crença e a convicção
6a receberão nesse caso uma extensão igual, de

modo que, mesmo desta maneira, uma não será o género da outra, pois o género deve ser mais extenso do que a espécie.

Há outrossim que ver se o género e a espécie podem por natureza situar-se ao mesmo tempo no mesmo sujeito, pois o que compreende a espécie também compreende o género, por exemplo: o continente do branco também é continente da cor, e o continente de Gramática é também continente de ciência. Neste caso, se alguém disser que vergonha é temor, e ira dor, daí virá que género e espécie não estarão contidos em um mesmo sujeito, pois, de um lado, a vergonha acha-se na alma racional e o temor na alma irascível, enquanto, por outro lado, a dor se acha na alma (é também nesta que se acha o prazer) e a ira na alma irascível. Logo, os termos aduzidos não são géneros, pois não se produzem de modo natural na mesma faculdade da alma, como as espécies. Além disso, se a amizade se acha na faculdade concupiscente da alma, não será uma espécie da vontade, porque a vontade reside sempre na alma racional. Aliás, este tópico é também útil quanto ao acidente; o acidente e aquilo de que isto é acidente encontram-se na mesma coisa, de modo que, se não aparecerem na mesma coisa, é porque não estamos perante um acidente.

Vejamos ainda se a espécie só participa num certo aspecto do género aduzido, pois geralmente admite-se que o género não é apenas participado sob um certo aspecto, por exemplo, o homem sob um certo aspecto não é um animal, nem a Gramática, sob um certo aspecto, uma ciência. O mesmo sucede nos outros casos. Importa ver se, quanto a algumas das espécies, o género só é participado sob um certo aspecto, por exemplo: se animal foi descrito como sendo por essência um sensível ou um visível, pois só sob um dado aspecto é que o animal é sensível ou visível. É quanto ao corpo que ele é sensível e visível, não quanto à alma, de modo que sensível e visível não são género de animal.

Por vezes, não nos apercebemos que colocamos o todo na parte: se dissermos que animal é um corpo animado. A parte não é de modo nenhum afirmada do todo, de modo que corpo não pode ser género de animal, visto ser apenas uma parte do animal.

Convém atentar se algo de reprovável ou de evitável foi colocado na categoria da potência, isto é, no possível, como, por exemplo, se definimos o sofista, ou o caluniador, ou o ladrão, como o que é capaz de se apropriar sub-repticiamente do que pertence a outro, pois nenhum destes dois caracteres recebe a denominação da potência respectiva, pois até

Deus e o homem honesto têm a potência das
más acções e, no entanto, não é esse o seu
carácter. Só nominamos malfeitores os que fa-
zem o mal por livre alvedrio. Digamos que
toda a potência pertence aos desejáveis, pois
até as potências de fazer o mal são desejáveis,
sendo por isso que dizemos que até Deus e o
homem honesto as possuem, porque eles são
capazes, digamos, de fazer más acções. Por
126 b conseguinte, a potência não é o género do re-
provável, de outro modo resultaria que o re-
provável é desejável, por haver uma certa po-
tência de reprovável.

De igual modo convém ver se colocámos algo de precioso ou de apetecível por si mesmo na categoria da potência, ou capaz, ou produtivo de algo, pois toda a potência, todo o possível, e todo o produtor, são sempre desejáveis em vista de outra coisa. Ou mais, temos de ver se algo que se acha em dois ou mais géneros foi colocado apenas em um, pois há coisas que não se podem colocar num género apenas, por exemplo, impostor e caluniador, porque não basta dispor de livre arbítrio sem capacidade, nem capacidade sem livre arbítrio, para ser caluniador e impostor, importando reunir ambas as qualidades. Portanto, os termos indicados não podem ser colocados num só género, mas devem sê-lo nos dois.

Às vezes, invertendo a ordem, propomos

o género como diferença e a diferença como género, ao dizermos que o pasmo é um excesso de admiração e que a convicção é uma crença veemente. Ora, nem o excesso nem a veemência são um género, sendo apenas diferenças, porque comummente se aceita que pasmo é uma admiração excessiva, e que convicção é uma crença firme, de modo que o género se acha em admiração e em crença, achando-se a diferença em excesso e firmeza. Se propusermos excesso e firmeza como géneros, também os inanimados estarão convictos e pasmados, pois a firmeza e o excesso de seja o que for acham-se presentes onde houver firmeza e excesso; se o pasmo é um excesso de admiração, o pasmo estará presente na admiração, de modo que a admiração estará pasmada. Também a convicção se achará na crença, caso seja exacto haver uma firmeza de crença, de modo que a crença estará convicta. Aliás, quem der uma resposta deste teor ver-se-á a si mesmo chamando *veemente* à *veemência* e *excessivo* ao *excesso*. Há uma convicção veemente e um pasmo excessivo, logo, se a convicção é uma veemência, haverá uma veemência veemente, e o mesmo se diz se houver um pasmo excessivo — se o pasmo é um excesso, haverá um excesso excessivo. Ora, nenhuma destas coisas é admissível, pois também não dizemos

que a ciência é um objecto da ciência, nem o movimento um móvel.

Também nos enganamos quando colocamos uma afecção no sujeito afectado, como se ela fosse o seu género, por exemplo, quando dizemos que a imortalidade é uma vida perpétua, porque a imortalidade parece ser uma certa afecção, ou acidente da vida. A verdade deste juízo seria evidente se concordássemos que, de mortal, um homem pode tornar-se imortal, pois ninguém postularia que este homem assume uma outra vida, admitindo apenas que um certo acidente, ou
127 a afecção, acontece a esta vida, de onde se segue que vida não é o género de imortalidade.

Veja-se ainda se atribuímos a uma afecção, como género, o sujeito de que ela é uma afecção, definindo, por exemplo, que o vento é o ar em movimento. Antes diremos que vento é um movimento do ar, porque o mesmo ar persiste, tanto quando se move, como quando se acha em repouso; logo, o vento não é ar, já que, então, poderia haver vento mesmo quando o ar não se movesse, dado que o mesmo ar que era vento persiste. Análogo comentário vale para outros casos deste tipo. E mesmo supondo que, neste exemplo, devêssemos conceder que o vento é ar em movimento, não seria no entanto necessário admitir que um tal juízo fosse extensivo a

tudo isso de que o género não é o verdadeiro predicado; somente para aqueles casos em que o género proposto é um verdadeiro predicado, porque, em certos casos, parece que o género não é o verdadeiro, por exemplo, nos casos de lama e de neve: dizemos geralmente que a neve é água congelada, e a lama terra molhada, embora a neve não seja água, nem a lama terra, de modo que nenhum dos termos indicados pode ser um género, porque o género é verdadeiro de todas as suas espécies. Também o vinho não é água fermentada, segundo a definição de Empédocles, quando alude à «água fermentada na madeira» [95] porque, absolutamente falando, o vinho não é água.

6 [96]

De ver é também se o termo aduzido não é género de seja o que for em absoluto, pois nesse caso também não é género da espécie mencionada. Este ponto deve ser examinado tendo em mente se o que participa do género não é diferente um do outro em espécie, como no caso das coisas brancas, que não diferem especificamente uma da outra, embora as espécies do género sejam sempre diferentes, de onde resulta que branco não pode considerar-se como género de coisa alguma.

Também cumpre ver se, como género ou como diferença, se colocou um predicado universal, por haver um certo número de predicados universais, por exemplo: *ser* e *uno* contam-se entre os universais[87]. Se tivermos dado ser como género, resulta que ele será género de todas as coisas, pois se afirma de todas as coisas, e o género só se aplica às suas espécies. Portanto, uno será por si mesmo uma espécie de ser. Então, tudo isso de que o género é afirmado predica-se também da espécie, pois ser e uno são ditos absolutamente de tudo, enquanto a espécie deve ser menos extensa do que o género. Se, além disso, indicámos uma diferença como predicado universal, resulta que a diferença terá uma extensão, ou igual, ou superior, à do género, pois se o próprio género se acha entre os universais, a diferença terá uma extensão igual à do género, mas, se o género não é um predicado universal, a diferença será mais extensa do que ele.

127 b Há que ver também se o género é atribuído à espécie em um sujeito, como sucede a branco no caso de neve; então, ele não pode ser o género, pois é somente de um sujeito que o género se diz da espécie.

Temos de ver ainda se o género não é sinónimo da espécie, porque o género afirma-se de todas as espécies segundo uma sinonímia.

Convém ver ainda se, quando há um contrário, já da espécie, já do género, colocámos o melhor dos contrários no género pior, pois daí advirá que a outra espécie ficará no outro género, pois os contrários acham-se nos géneros contrários; pelo que a melhor espécie achar-se-á no pior género, e a pior no melhor. Ora, a opinião comum admite que a melhor espécie se coloca no melhor género. Há erro ainda se a mesma espécie, que se comporta de igual modo perante dois géneros, foi colocada no género pior e não no melhor, se, por exemplo, definimos *psiqué* como sendo por essência um movimento ou um móbil. Crê-se, com efeito, que a mesma *psiqué* é também um princípio de estática e um princípio do movimento, de modo que se a estática é melhor, convém que a *psiquê* seja colocada neste último género. Julguemos ainda extraindo argumentos do mais e do menos. Ao refutarmos uma tese, cumpre ver se o género admite o mais, embora a espécie não o admita, nem em si mesma, nem mediante o termo por ela denominado: se a virtude é capaz do mais, também a justiça e o justo o são, porque um homem diz-se mais justo do que outro. Se o género dado for capaz do mais, enquanto a espécie não, nem em si mesma, nem mediante os termos por ela denominados, o termo aduzido não será o género.

Por outro lado, se o que parece ser mais, ou do mesmo grau, um género, não for um género, também o termo indicado não o é. Este lugar serve quando as espécies parecem ter vários predicados essenciais, e quando não se deduziu qualquer distinção entre eles, e não podemos dizer qual deles é o género, por exemplo: a dor e a suspeita de desprezo são ordinariamente predicados por essência à cólera, porque o homem em cólera sente ao mesmo tempo a dor, e julga-se desprezado. A mesma forma de pesquisa também se aplica à espécie, quando a comparamos com alguma outra espécie: se o que parece ser mais, ou em igual grau, no género dado, não se achar no género, então a espécie aduzida também não se achará no género.

Ao refutarmos uma tese, temos de proceder como dissemos. Se, pelo contrário, temos de a confutar, se o género e a espécie aduzidos
128 a forem simultaneamente capazes de mais, o lugar não se aplica, porque, mesmo se os dois termos não admitirem o mais, nada obsta a que um seja o género de outro. Deste modo, o belo e o branco são capazes de mais, pelo que nenhum deles é género do outro. A comparação dos géneros uns com os outros e das espécies umas com as outras é útil, por exemplo, se esta coisa e aquela coisa parecem igualmente ser um género. Então, se uma for

género, a outra também o é. De igual modo, se o que parece menos ser um género for um género, o que parece mais é também um género — se o poder, mais do que a virtude, for o género do autodomínio, e se a virtude é um género, o poder também o será. Esta observação é também aplicável à espécie — se esta e aquela parecem ser em igual grau uma espécie do género em causa, se uma for uma espécie, a outra também o será; e se o que parece ser menos uma espécie for uma espécie, o que parece sê-lo mais também o será.

Para fundamentar uma tese, cumpre ver se o género se afirma por definição daquilo que se propôs como género, supondo que as espécies aduzidas não constituem uma espécie única, antes sendo espécies múltiplas e diferentes, pois então será claramente um género. Se a espécie aduzida for única, cumpre ver se o género se afirma também na categoria da essência de outras espécies, pois também aí a conclusão obtida é a de que o género se afirma de múltiplas e diferentes espécies.

Posto haja quem pense que também a diferença se afirma por essência das espécies, é preciso distinguir o género da diferença, recorrendo aos princípios elementares enunciados atrás: que o género é mais extenso do que a diferença; que, para formular a defini-

ção de algo, é melhor indicar o género do que a diferença, pois, dizendo que o homem é animal, exprimimos melhor a essência de homem do que se dissermos que é um pedestre; por fim, que a diferença significa sempre uma qualidade do género, enquanto o género não significa uma qualidade da diferença — ao dizermos pedestre referimos um animal de uma dada qualidade, mas dizendo animal não significamos um pedestre de uma dada qualidade.

A diferença deve ser distinguida do género, tal como dissemos. Agora bem, como parece que músico é algo de sábio, então também a Música é alguma ciência; e como o que caminha se move por andar, então andar é algum movimento. É do modo indicado, nestas condições, que nos cumpre considerar um género no qual queiramos fundamentar seja o que for, por exemplo, se quisermos demonstrar que a ciência é essencialmente uma convicção, cumpre ver se o que possui a ciência, enquanto possui a ciência, está convicto, pois será evidente que, nesse caso, a ciência será uma convicção. O modo de proceder é o mesmo em todos os casos deste tipo.

Quanto ao mais, dado que é difícil distinguir do género o predicado que se segue sempre a uma coisa com a qual não é con-

vertível, se essa coisa seguir universalmente uma outra, enquanto esta não segue universalmente a primeira — por exemplo, o repouso segue sempre a tranquilidade, e o divisível o 128 b
número, mas não inversamente, pois que o divisível nem sempre é um número, nem o repouso a tranquilidade — temos, ao argumentar, de admitir que o termo que acompanha sempre o outro é o género, sempre que o outro não seja com ele recíproco. Em contrapartida, caso seja o opositor a apresentar este argumento, não devemos aquiescer sempre. Podemos objectar-lhe que o não-ser é sempre o consequente do que devém, pois o que devém não é, não sendo com ele convertível, pois o que não é nem sempre devém, e que, não obstante, o não-ser não é o género de devir, pois o não-ser não contém qualquer espécie [98].

Por conseguinte, os problemas relativos ao género devem ser tratados pelo método que acabámos de expor.

LIVRO V

1

Se o predicado aduzido é ou não é um próprio eis a questão a analisar mediante os termos seguintes.

Mas próprio é sempre, ou *essencial* [99], ou relativo a outro no tempo, por exemplo, é próprio essencial do homem o ser um animal naturalmente manso, e é um próprio relativo o da alma em relação ao corpo, porque uma está feita para imperar e, o outro, para servir; é um próprio perpétuo o que se diz de Deus, que é um ser vivo imortal; enfim, é um próprio temporário o homem passear-se no ginásio.

[O próprio relativo dá lugar ao surgimento de dois ou de quatro problemas. Se este mesmo próprio atribuído a um sujeito é negado ao mesmo tempo de outro, apenas teremos dois problemas, como ao dizermos que

o próprio do homem relativamente ao cavalo, é o de ser bípede, uma vez que podemos intentar fazer duas demonstrações: que o homem não é bípede, e que o cavalo é bípede, por isso que de um modo ou de outro o próprio será destruído. Se, agora, aplicarmos cada um dos dois predicados a cada um dos sujeitos negando-se em cada caso do outro, teremos quatro problemas: como ao dizermos que o próprio do homem relativamente ao cavalo é o de um ser bípede, e outro quadrúpude, uma vez que podemos ensaiar a demonstração de que, ao mesmo tempo, o homem não é bípede, sendo naturalmente quadrúpude, e ainda que o cavalo é bípede, não sendo quadúpude. Seja qual for destes juízos o demonstrado, o próprio aduzido é refutado.] [100]

O próprio *per se* é o que se formula de um sujeito em comparação com todos os outros, e que o distingue de tudo o mais, por exemplo: é próprio do homem o ser um animal mortal passível de receber o conhecimento. O próprio relativo é o que delimita o sujeito, não de tudo o mais, mas apenas de algum definido, assim, o próprio da virtude relativamente à ciência é o de que a primeira produz-se naturalmente nas várias faculdades da alma, e a segunda só se produz na alma racional e nos seres de razão. O próprio per-

pétuo é o que é verdadeiro em todo o tempo, sem nunca falhar, como, do vivente, o ser 129 a
composto de alma e de corpo. O próprio temporal é o que só é verdadeiro durante um certo tempo e não segue sempre o sujeito necessariamente, por exemplo, quanto ao homem, o passear-se na ágora. Apresentar o próprio relativo consiste em indicar a diferença que se acha, já universal e perpetuamente, já a maior parte do tempo e na maioria dos casos, por exemplo, uma diferença que se acha universal e perpetuamente é, quanto ao homem, relativamente ao cavalo, o ser bípede, porque um homem é sempre e em todo o caso um bípede, enquanto o cavalo nunca é, em momento algum, um bípede. Sobre a diferença presente na maior parte do tempo e na maioria dos casos apenas, temos o próprio da faculdade racional de a alma imperar sobre a faculdade concupiscente e irascível, ordenando uma e obedecendo a outra, pois a faculdade racional nem sempre impera, sendo por vezes dominada, e também a faculdade concupiscente não é sempre dominada, por vezes dominando, se a alma humana estiver viciada.

Os próprios mais adequados à disputa [101]
são os essenciais e perpétuos e os próprios relativos. Um próprio relativo dá lugar a múltiplos problemas, como já dissemos aci-

ma [102], porque os problemas gerados são em número, ou de dois, ou de quatro, logo os argumentos que eles suscitam são múltiplos. Sobre o próprio essencial e perpétuo podemos discuti-lo em relação a múltiplos sujeitos, ou considerá-lo em relação a vários períodos temporais. Se for um próprio essencial, discutimo-lo, dizemos nós, em relação a múltiplas coisas, pois o próprio deve dizer-se do sujeito em relação a todos os demais, de modo que se o sujeito não for separado relativamente ao todo, o próprio não será correctamente apresentado. Sobre o próprio essencial considerá-lo-emos em relação a vários períodos de tempo, pois se ele não se predicar, ou não se predica, ou se não vier a predicar-se, é porque não constitui um próprio. Quanto ao próprio temporário, só o consideramos no momento presente, e, portanto, os argumentos a ele relativos não são numerosos, enquanto que um problema arguível é o que pode suscitar simultaneamente argumentos numerosos e belos.

O próprio chamado relativo deve ser considerado com a ajuda dos lugares inerentes ao acidente, e temos de ver se ele se predica de um sujeito, e se não se predica de outro. Sobre os próprios perpétuos e essenciais, têm de ser teorizados mediante os seguintes tópicos.

2

Antes de mais cumpre ver se o próprio foi, ou não, correctamente formulado. Para saber se foi ou não correctamente formulado, temos de ver, em primeiro lugar, se o próprio foi formulado mediante termos menos conhecidos ou mais conhecidos do que o sujeito; na refutação da tese, cumpre ver se foi mediante termos menos conhecidos, e, na fundamentação da tese, se foi mediante termos mais conhecidos. Quanto a saber se é mediante termos menos conhecidos, um primeiro meio é o de ver se o próprio aduzido é de modo absoluto menos conhecido que o sujeito, cujo próprio foi mencionado, pois, se assim for, a formulação do próprio não terá sido correcta. A formulação do próprio destina-se a conhecer o sujeito, portanto, ele deve ser formulado através de termos mais conhecidos, pois então será possível conhecer o sujeito com maior justeza. Se tivermos aduzido que próprio do fogo é o semelhar-se mais com a alma, dado que nos servimos do termo *alma,* que é menos conhecido do que o termo *fogo* — pois conhecemos melhor a natureza do fogo do que a natureza da alma — não teremos formulado correctamente ser próprio do fogo o parecer-se mais com a alma. Outro 129 b

meio é o de ver se a predicação do próprio ao sujeito é menos conhecida do que o sujeito propriamente dito. Cumpre, já que o próprio seja mais conhecido do que o sujeito, já que a sua predicação deste seja também mais conhecida, pois se não soubermos se o próprio pertence a tal sujeito, também não conheceremos se ele se predica de um só sujeito, de modo que, tanto num como noutro caso, o próprio fica obscuro. Se tivermos aduzido, por exemplo, que o próprio do fogo é ser o elemento primeiro no qual a alma naturalmente se acha, servimo-nos de algo de menos conhecido do que o fogo, isto é, se a alma lhe pertence e se lhe pertence primordialmente, pelo que, nestas condições, não teremos formulado correctamente o próprio do fogo, caso tenhamos dito que é o elemento primeiro onde a alma se acha naturalmente. No estabelecimento da tese, cumpre ver se o próprio é formulado mediante termos mais conhecidos, e se é mediante termos mais conhecidos segundo cada um dos modos que acabámos de explicar. Então, o próprio terá sido correctamente formulado segundo os modos explicados. Entre os lugares que mostram se o próprio é correctamente aduzido, uns mostram que ele é aduzido correctamente segundo somente estas regras, e outros de modo absoluto. Assim, quando dis-

semos que um próprio de animal é o de ter sensação, utilizámos simultaneamente termos mais conhecidos e apresentámos o próprio mais conhecido de acordo com os dois modos acima; de modo que teremos procedido correctamente neste aspeco, apresentando como próprio de animal o ele possuir sensação.

Em segundo lugar, quando se trata da refutação de uma tese, cumpre ver se um dos termos aduzidos no próprio é assumido em várias acepções, ou se a expressão no seu todo tem diversas significações, porque, então, a formulação do próprio não terá sido correcta, por exemplo: como *sentir* tem vários significados, primeiro ter sensação, segundo servir-se da sensação, não poderemos propor correctamente como próprio do animal o facto de sentir por natureza. O motivo pelo qual o termo que aduzimos, ou a expressão 130 a
significativa do próprio, não devem apresentar vários significados, é que o termo, ao revestir-se de múltiplas acepções, obscurece o que dizemos, visto que, na disputa, nos interrogamos em qual das diferentes acepções ele é considerado, pois o próprio é aduzido em vista do conhecimento do sujeito. Além disso, convém acrescentar que, ao darmos o próprio desta maneira, nos expomos inevitavelmente a alguma refutação, logo que o opositor oriente o raciocínio para uma das

diferentes acepções do termo que não se conforma com o que está a ser questionado. Quanto à fundamentação da tese, cumpre ver se nenhum dos termos e nenhuma das expressões no seu todo apresentam várias acepções, pois então o próprio terá sido correctamente formulado neste aspecto [163]. Por exemplo: como não apresentam várias acepções nem o termo *corpo* nem o que *se move mais rapidamente para cima no lugar,* nem sequer toda a expressão composta destes dois elementos, será correcto dizer que, neste aspecto, é próprio do fogo o ser um corpo que se move mais rapidamente para cima no lugar.

Quando se trata da refutação de uma tese, é preciso ver se o sujeito cujo próprio se aduz é considerado em várias acepções, sem termos definido em que acepção foi aduzido, porque, nesse caso, o próprio não terá sido correctamente formulado. As causas pelas quais assim deve ser derivam de quanto dissemos acima [164], pois se produzem necessariamente os mesmos efeitos. Considerando, por exemplo, que expressão *conhecimento disto* apresenta vários sentidos (pois ela significa ao mesmo tempo que este sujeito tem conhecimento, que este sujeito se serve da ciência, que temos a ciência deste sujeito, que nos servimos da ciência que possuímos deste sujeito) não teremos formulado correctamente

o próprio de *conhecimento disto,* caso não hajamos definido em qual dos sentidos foi aduzido. Ao fundamentarmos a tese, temos de ver se o termo cujo próprio se aduz não apresenta vários significados, mas se é uno e simples, porque então o próprio terá sido aduzido de modo correcto. Como, por exemplo, o termo *homem* se aduz numa só acepção, aduziremos correctamente o próprio do homem se dissermos que é um animal de natural manso.

Quanto se trata de rebater uma tese, é preciso ver se o mesmo termo foi variamente repetido no próprio, pois, muitas vezes, não nos apercebemos de que cometemos esta falta também nos próprios, tal como a cometemos nas definições. Mas o próprio atingido por esta falta não terá sido posto correctamente, porque a repetição confunde o ouvinte; assim, o significado torna-se necessariamente obscuro, e, além disso, mais parece uma tautologia. A repetição do mesmo termo produzir-se-á de dois modos: um, quando nomeamos várias vezes o mesmo nome, se, por exemplo, dessemos como próprio do fogo o ser *o corpo mais subtil dos corpos* (aí repetimos a palavra *corpo*); outro, quando, no lugar das palavras pomos as suas definições, se, por exemplo, déssemos como próprio da terra *ela será a substância que entre todos os corpos por* 130 b

sua natureza se move mais facilmente para baixo, e que a seguir disséssemos, em vez da palavra *corpo,* a expressão *substância de tais espécies,* porque *corpo* e *substância* de tais espécies são uma só e a mesma coisa, pelo que não teríamos senão repetido o termo substância. Portanto, nenhum destes próprios foi correctamente formulado. Ao fundamentarmos a tese, cumpre ver se cuidámos de não nos servir várias vezes do mesmo termo, porque aí o próprio terá sido dado correctamente, por exemplo: como em dizendo que próprio do homem é o de ser um animal susceptível de adquirir a ciência, não nos servimos diversas vezes do mesmo termo, teremos, neste aspecto, formulado correctamente o próprio do homem.

Para refutar uma tese, é preciso ver se no próprio foi colocado um termo tal que constitua um predicado universal. O termo que não separa o sujeito dos outros, não será útil; o necessário é que os termos integrantes dos próprios distingam o sujeito, tal como o distinguem os termos integrantes das definições. No caso vertente, o próprio não está formulado com rigor, por exemplo: se dissemos que o próprio da ciência é o ser uma crença que não pode ser controvertida por via argumentativa, porque ela é una, utilizamos no próprio um termo qual *uno,* que é

um predicado universal e, portanto, o próprio da ciência não terá sido formulado rigorosamente. Para formular a tese, cumpre ver se, de facto, não aduzimos qualquer predicado comum a tudo, mas se utilizámos um termo que separa o sujeito do demais, porque então o próprio terá sido, neste aspecto, correctamente formulado. Como dizendo, por exemplo, que é próprio do ser animado o ter uma alma, não nos servimos de qualquer predicado comum, teremos, neste caso, formulado correctamente como próprio do ser animado o ter alma.

Em ordem à refutação da tese, é preciso ver se damos vários próprios do mesmo sujeito, sem ter indicado que aduzimos vários, pois assim o próprio não terá sido correctamente formulado. De igual maneira, nas definições, não deve haver nenhuma adição ulterior fora da expressão que revela a natureza do sujeito, pois tal adição de nada serve. Dizendo, por exemplo, que o próprio do fogo é o ser o corpo mais subtil e mais leve, formulámos vários próprios, pois cada um destes predicados é dizível em verdade do fogo, e portanto não teremos formulado correctamente o próprio do fogo, dizendo que é o corpo subtilíssimo e levíssimo. No laborar duma tese, cumpre ver se cuidámos em não dar vários próprios do mesmo sujeito, e se

apenas apresentámos um, porque, nesse caso, o próprio foi rigorosamente formulado. Dizendo, por exemplo, que o próprio líquido é o de ser um corpo moldável a qualquer forma, damos apenas um próprio, não vários, pelo que, neste aspecto, o próprio do líquido terá sido correctamente formulado.

3

Ainda assim, quanto à refutação, cumpre ver se o opositor se serviu, ou do próprio sujeito cujo próprio foi formulado, ou de alguma das suas espécies, pois então o próprio não terá sido devidamente aduzido. O
131 a próprio aduz-se deveras em vista do conhecimento do sujeito; ora, por um lado, o sujeito permanece tão ignorado como era, e, por outro lado, uma das suas espécies é-lhe posterior e, assim, não é também conhecida. Portanto, não adquirimos um maior conhecimento do sujeito apesar da ajuda destes termos. Dizendo que um próprio do animal é o ser uma substância cuja uma das espécies é o homem, servimo-nos de uma das suas espécies e, por conseguinte, o próprio não terá sido correctamente posto. No estabelecimento da tese, é preciso ver se cuidámos de não nos servir, nem do próprio sujeito, nem de nenhuma das suas espécies, porque, nesse

caso, o próprio terá sido aduzido com rigor. Se dissemos, por exemplo, que um próprio do animado é o de ser composto de alma e de corpo, não nos servimos nem do próprio sujeito, nem de nenhuma das suas espécies, e, portanto, neste aspecto, teremos aduzido com rigor o próprio do animado. De igual modo temos de examinar os outros termos que fazem, ou que não fazem, o sujeito mais conhecido. Na refutação, por exemplo, cumpre ver se o opositor se serviu, ou de um oposto do sujeito, ou de um modo geral de algo que lhe é naturalmente simultâneo, ou posterior, pois aí o próprio não terá sido aduzido com rigor. O oposto é naturalmente simultâneo do seu oposto, e o que é naturalmente simultâneo de um sujeito, ou posterior, não o torna mais conhecido. Quando dizemos, por exemplo, que o próprio do bem é ser o que há de mais oposto ao mal, servimo-nos do oposto do bem, e o próprio não é correctamente estabelecido. Na elaboração da tese, cumpre ver se evitámos utilizar, já um oposto, já de um modo geral o que é naturalmente simultâneo ou posterior ao sujeito, pois, aí, o próprio terá sido rigorosamente proposto. Por exemplo, se aduzimos que o próprio da ciência é o de ser a crença mais persuasiva, não utilizámos qualquer oposto, nem qualquer termo naturalmente simultâneo

do sujeito, nem dum termo a ele posterior, pelo que, neste aspecto, o próprio da ciência terá sido correctamente formulado.

A seguir, com fins destrutivos, cumpre ver se o opositor aduziu como próprio algo que não segue sempre o sujeito cessando, por vezes, de ser um próprio, pois então o próprio não terá sido correctamente aduzido. Nesse caso, não há nenhuma necessidade de o nome do sujeito ser também verdadeiro disso de que supomos que tal próprio é pertença, nem sequer que o nome do sujeito seja verdadeiro disso a que um tal próprio é suposto não predicar. Por outro lado, podemos aditar que, mesmo depois de o próprio ter sido aduzido, não teremos compreendido com nitidez se é predicável do sujeito, visto ser de uma natureza tal que pode falhar, pelo que não veremos com nitidez se estamos perante um próprio. Quando aduzimos, por exemplo, que um próprio do animal é já o mover-se, já o quedar-se, teremos dado essa espécie de próprio que por vezes deixa de ser, e, portanto, não podemos ter aduzido correctamente o próprio. Na elaboração da tese, cumpre ver se demos como próprio o que o é
131 b necessariamente, porque o próprio terá sido correctamente aduzido, neste aspecto. Se aduzimos, por exemplo, que o próprio da virtude é o que torna bondoso o seu possuidor, tere-

mos dado, como próprio, algo que está sempre junto da virtude, e, portanto, teremos aduzido correctamente o próprio da virtude.

Na refutação, cumpre ver se, expressando o próprio presente em acto, o opositor omitiu que o próprio expresso é o presente em acto, pois aí o próprio não terá sido correctamente expresso. Em primeiro lugar, tudo o que se faz de contrário ao que se faz habitualmente carece de ser esclarecido, e habitualmente damos como próprio o predicado que está sempre junto do sujeito. Em segundo lugar, carecemos de clareza quando não precisamos se era o próprio actual que se julgava propor, e importa não fornecer pretextos à crítica. Quando tivermos aduzido, por exemplo, como próprio de tal homem, o estar sentado com alguém, expressamos o próprio presente, e portanto não teremos expresso correctamente o próprio, caso tenhamos feito a adução sem a definirmos. Na elaboração da tese, cumpre ver se, de facto, dando o próprio presente, o expressámos definindo que ele é o próprio presente, pois, então, o próprio terá sido expresso com rigor. Se, dizendo, por exemplo, que o próprio de tal homem é o de estar agora a passear, o dissemos com com esta adição, o próprio terá sido correctamente expresso.

Com fins refutativos, cumpre ver se o opositor expressou um próprio tal, que a sua

predicação só é naturalmente conhecida por sensação, pois, nesse caso, o próprio não terá sido correctamente expresso. Todo o predicado sensível, uma vez que tenha lugar fora da sensação, torna-se incerto, pois não vemos com clareza se ainda se predica do sujeito, pois que só mediante a sensação o podemos conhecer. Isto há-de ser exacto no caso dos predicados que não se acham sempre juntos necessariamente ao sujeito. Quando dissemos, por exemplo, como próprio do Sol o ser um astro, o mais luminoso que se move acima da terra, servimo-nos, no próprio, de uma expressão tal como *mover-se acima da terra,* o que se conhece mediante a sensação, e, por conseguinte, o próprio do Sol não terá sido correctamente dado, pois não veremos bem se o Sol, no momento em que se põe, continua a mover-se acima da terra, porque aí a sensação nos falha. Na elaboração da tese, cumpre ver se aduzimos um próprio não percebido pela sensação, ou se, embora sendo sensível, é com toda a clareza predicável necessariamente do sujeito, pois aí teremos formulado correctamente o próprio. Se dissemos, por exemplo, que o próprio da superfície é o ser o elemento primário suporte da cor, servimo-nos de uma qualidade sensível, isto é, da cor, mas de um tipo tal, que se predica sempre

do sujeito; logo, teremos aduzido com rigor o próprio de superfície.

Na refutação, é preciso verificar se o opositor formulou a definição como um próprio, porque, nesse caso, o próprio não terá sido rigorosamente expresso, pois não é necessário que o próprio exprima a essência do sujeito. Dizendo, por exemplo, que um próprio do 132 a
homem é o ser um animal pedestre-bípede, exprimimos com isso um próprio do homem significando a sua essência, logo, o próprio de homem não se acha correctamente dado. Na elaboração da tese, vejamos se o próprio expresso é um predicado convertível com o sujeito, sem todavia lhe exprimir a essência, pois então o próprio terá sido, neste aspecto, devidamente expresso. Se dissemos, por exemplo, que um próprio do homem é o ser um animal de natural manso, demos o próprio que, mesmo sendo um predicado convertível com o sujeito, não lhe exprime todavia a essência, e, portanto, neste aspecto, teremos expresso devidamente o próprio do homem.

Com vista à refutação, temos de ver se o opositor exprimiu o próprio sem cuidar de pôr o sujeito na definição. Cumpre, aliás, tanto nos próprios, como nas definições, que o primeiro termo expresso seja o género, dado que os restantes termos devem seguir-se de imediato, e há que distinguir o sujeito do

resto. Portanto, um próprio que não seja expresso desta forma não pode ser correcto. Dizendo, por exemplo, que um próprio do animal é o ter uma alma, não exprimimos o animal na sua essência, e portanto o próprio de animal não está correctamente posto. Na elaboração da tese vejamos se incluímos na sua essência o sujeito cujo próprio aduzimos, e se depois juntámos os restantes termos, pois então o próprio terá sido devidamente expresso. Se dissemos, por exemplo, que um próprio de homem é o ser um animal capaz de adquirir ciência, demos o próprio depois de definido o sujeito, pelo que, neste aspecto, teremos colocado devidamente o próprio do homem.

4

A interpretação de o próprio ser correctamente expresso tem de ser efectuada através dos lugares indicados. Quanto a saber se o indicado como próprio é, ou não é, absolutamente um próprio, temos de o considerar através dos lugares seguintes. Os lugares que garantem absolutamente que o próprio se acha devidamente expresso serão os mesmos que fazem dele um verdadeiro próprio: por isso serão expostos simultaneamente.

Em primeiro lugar, na refutação, cumpre

considerar cada uma das espécies do sujeito cujo próprio o opositor formulou, vendo, por exemplo, se o próprio não se predica realmente de nenhuma delas, ou se não é delas verdadeiro neste particular, ou se deixa de ser próprio de cada uma delas a respeito desse carácter cujo próprio se exprimiu, porque, então, o que aduzimos como próprio não é um próprio. Como, por exemplo, do geómetra não é verdadeiro o ser incapaz de ser enganado por um argumento (pois o geómetra se engana quando desenha incorrectamente uma figura) não poderíamos dar como próprio do sábio o não poder ser enganado por um argumento. Na construção da tese, vejamos se o próprio é verdadeiro de todos os casos, e verdadeiro sob este aspecto referido, porque o que não se acha aduzido como próprio será um próprio. Dado que o ser um animal capaz de adquirir a ciência é verda- 132 b
deiro de todo o homem enquanto homem, será próprio do homem o ser um animal capaz de adquirir a ciência. Este lugar serve para refutar — cumpre ver se o enunciado não é verdadeiro disso cujo nome é verdadeiro, e se o nome não é verdadeiro disso cujo enunciado é verdadeiro; e para confutar — vejamos se também o enunciado se afirma disso cujo nome é afirmado, e se o nome é também afirmado disso cujo enunciado se afirmou.

Quanto à refutação, cumpre ver se, deveras, a oração não é afirmada disso cujo nome se afirma, e se o nome não é afirmado disso cuja oração se afirma, porque, no caso, o que se põe no lugar de próprio não será um próprio. Como, por exemplo, a descrição *ser um vivente que participa do conhecimento* é verdadeira acerca de Deus, e enquanto homem não se afirma de Deus, não poderíamos dar como próprio de homem o ser um vivente que partilha do conhecimento. Na construção da tese cumpre ver se o nome também é afirmado disso cujo enunciado se afirma, e se o enunciado é também afirmado disso cujo nome se afirma, pois então o que se aduziu como não próprio será um próprio. Como, por exemplo, o predicado *vivente* é verdadeiro disso de que *ter uma alma* é verdadeiro, e como ter uma alma é verdadeiro disso de que o predicado *vivente* é verdadeiro, *ter uma alma* será próprio de vivente [105].

Na refutação, cumpre ver se o opositor aduziu o sujeito como um próprio do que se acha no próprio sujeito, porque, nesse caso, o que se aduziu como próprio não será um próprio. Enunciar o fogo como próprio do corpo composto das mais finas partículas, é dar o sujeito como próprio do seu predicado — o fogo não poderia ser o próprio do corpo composto pelas mais finas partículas. O motivo

pelo qual o sujeito não será o próprio do que se acha contido no próprio sujeito é o de que o mesmo seria o próprio de uma multiplicidade de sujeitos diferentes na espécie, porque o mesmo sujeito tem vários predicados em espécie diferentes, que só a ele predicam, e o sujeito será um próprio de todos estes predicados, caso enunciemos o próprio desta maneira. Para construir a tese, vejamos se demos como próprio do sujeito o que se acha contido no sujeito, porque então, o que foi posto como não sendo um próprio, será um próprio, desde que seja afirmado dos sujeitos dos quais somente dizíamos que era o próprio. Dizendo, por exemplo, que um próprio da terra é o *ser o corpo especificamente mais pesado,* demos como próprio do sujeito algo que só se diz do sujeito, e que dele se diz do modo pelo qual o próprio se afirma, e portanto o próprio da terra foi proposto com rigor.

Na refutação, há que ver se o adversário enunciou o próprio participado, porque, nesse caso, o que foi aduzido como próprio não será um próprio. O predicado do qual o sujeito
3 a participa é uma parte da sua essência, e um predicado deste tipo será uma diferença aplicável somente a uma definida espécie. Dizendo, por exemplo, que um próprio do homem é o ser um *pedestre-bípede,* damos um

próprio participado, e portanto *pedestre-bípede* não pode ser um próprio do homem. Na construção da tese, cumpre ver se evitámos dar o próprio participado como exprimindo a essência do sujeito, ainda que o sujeito lhe seja reeciprocamente predicável, porque então o que foi aduzido como não sendo o próprio, será o próprio. Se dissemos, por exemplo, que um próprio do animal é o ser naturalmente sensível, não demos o próprio, nem participado, nem como essencial do sujeito, ainda que o sujeito lhe seja reciprocamente predicável, e, portanto, ser naturalmente sensível será deveras um próprio do animal.

A seguir, na refutação, vejamos se não é possível que o próprio seja simultâneo disso cujo nome se afirma, mas se é posterior ou anterior ao sujeito, porque, então, o que foi aduzido como próprio não será um próprio, ou nunca, ou nem sempre. Como é possível, por exemplo, que o predicado *passear na ágora* pertença a qualquer sujeito enquanto anterior e enquanto posterior ao homem, o passear na ágora não será um próprio do homem, nem nunca, nem sempre. Para construir a tese, vejamos se o predicado é necessariamente sempre simultâneo do sujeito, sem dele ser uma definição, nem uma diferença, porque, nesse caso, o aduzido como não próprio

será um próprio. Dado que, por exemplo, o predicado ser um animal capaz de adquirir conhecimento é sempre necessariamente simultâneo de homem, sem ser dele, nem uma diferença, nem uma deefinição, o ser um animal capaz de aquisição de conhecimento será um próprio do homem.

Na refutação, temos de ver se o mesmo predicado não é um próprio de coisas que são as mesmas que o sujeito, enquanto são as mesmas, porque o que se aduziu como próprio não será um próprio. Como, por exemplo, o que é de pesquisar não tem como próprio o parecer bem a certas pessoas, o desejável também não poderá ter como próprio o parecer bem a certas pessoas, pois há identidade entre o que é de *pesquisar* e *desejável*. Na elaboração da tese cumpre ver se o mesmo predicado é um próprio de algo com identidade com o sujeito, enquanto tem essa identidade, porque, aí, o que se exprimiu como não próprio será um próprio. Dado que dizemos próprio do homem, enquanto homem, o ter uma alma tripartida, isso também será um próprio do mortal, enquanto mortal, ter uma alma tripartida. Este lugar também é útil quanto ao acidente, porque os mesmos predicados devem pertencer, ou não pertencer, aos mesmos sujeitos, enquanto mesmos sujeitos.

Na refutação, vejamos se o próprio das coisas que são especificamente as mesmas como o sujeito, não é sempre especificamente o mesmo do próprio em causa, porque, então,
133 b o que se aduziu como próprio não será o próprio do sujeito em causa. Dado haver identidade específica entre homem e cavalo, e dado não ser sempre próprio do cavalo o manter-se de pé por vontade própria, o mover-se por si mesmo não seria um próprio do homem — porque há identidade específica entre *mover-se* e *estar de pé* por vontade própria, cada um destes predicados sendo dito de cada um destes animais, enquanto animais.

Na elaboração da tese vejamos se, quanto ao que é especificamente idêntico ao sujeito, o próprio que é o mesmo especificamente que o próprio em causa, é sempre verdadeiro, porque, então, o que não se aduziu como próprio será o próprio. Dado que um próprio do homem é o ser pedestre-bípede, um próprio da ave será também o de ser alada-bípede, porque nenhum destes termos é especificamente o mesmo, enquanto dois deles são quais espécies subordinadas ao mesmo género, pois se subordinam ao género animal, enquanto as duas outras são quais diferenças do género, isto é, de animal. Este lugar é falso, aliás, quando um dos próprios aduzidos predica somente uma única espécie, o outro predicando

vários, como é o caso do termo *pedestre-quadrúpude.*

Dado que *mesmo* e *outro* têm várias acepções, é difícil aduzir, a quem assume os modos sofísticos, um próprio que predique só um sujeito, e só ele. O predicado de um sujeito afectado por um acidente predicará também o acidente assumido junto do sujeito do qual é acidente. O predicado, por exemplo, que predica *homem* também predicará *homem branco*, caso haja homem branco, e o predicado de homem branco também predicará homem. Poderíamos, assim, brincar com a maior parte destes próprios, dizendo que o sujeito é outro quando se assume em si mesmo, e outro quando é assumido com o respectivo acidente, afirmando que *outro* é homem e *outro* homem branco e, além disso, propondo como diferentes o estado e o que se enuncia após o estado. O predicado de um estado predicará ainda o que vem a seguir a este estado, e o predicado que predica isso que vem designado após o estado também predicará o estado, por exemplo: dado que a condição de sábio se designa segundo a ciência, um próprio da ciência não poderia ser o ela ser irrefutável pelo argumento, pois então o sábio também seria irrefutável pelo argumento. Para construir a tese, importa dizer que o sujeito do acidente não é absoluta-

mente diferente do acidente assumido com o sujeito do qual ele é acidente, ainda que seja dito outro, porque o modo de ser de ambos é diferente, pois não é o mesmo um homem ser um homem, e um homem branco ser um homem branco. De resto, considerem-se ainda as inflexões, dizendo, por exemplo, do sábio, que ele será, não o que é irrefutável pelo ar-
134 a gumento, mas aquele que é irrefutável pelo argumento, e, da ciência, não o que é irrefutável pelo argumento, mas aquilo que é irrefutável pelo argumento. Contra um objector que não hesita na escolha das armas, cumpre replicar com todos os meios.

5

Depois, com vista à refutação, há que ver se, tentando aduzir o predicado que naturalmente predica o sujeito, o opositor o aduz, exprimindo-se de molde a significar o predicado que predica sempre o sujeito, porque, nesse caso, parecerá que o aduzido como próprio é de rejeitar. Dizendo, por exemplo, que um próprio do homem é ser bípede, pretendemos dar o predicado que o predica naturalmente, enquanto este termo significa o predicado que predica sempre homem, pelo que o próprio de homem não seria bípede, pois que nem sempre o homem tem dois pés.

Na confirmação da tese, vejamos se pretendemos aduzir o predicado natural do sujeito, e se é esta a via certa de o indicar, porque, nesse caso, o próprio não será, neste aspecto, refutável. Se dermos, por exemplo, como próprio do homem o termo *animal capaz de adquirir a ciência*, entendemos e indicamos na oração simultaneamente o próprio natural do sujeito e, portanto, não refutaremos o próprio desse modo aduzido, nem mostraremos que não é próprio do homem o ser um animal capaz de adquirir a ciência.

Quanto ao que se diz do sujeito em razão de algum outro sujeito primeiro, ou do próprio sujeito enquanto primeiro, é difícil, em casos deste género, aduzir o próprio. Se aduzirmos um próprio de um sujeito enunciado após outro sujeito, será também verdadeiro deste sujeito primeiro, mas se aduzirmos o próprio do sujeito primeiro, então ele também será afirmado do que se diz segundo o outro. Assim, por exemplo, se tivermos dado como próprio da superfície o ser colorida, também será verdadeiro do corpo, mas se o ser colorida for dado como próprio do corpo, também será afirmado da superfície. Portanto, o nome não será em si mesmo verdadeiro daquilo de que se predica a oração verdadeira.

Quanto a alguns próprios sucede, as mais

das vezes, que um erro nasce por não se definir de que modo, e a que coisas, se afirma pertencer o próprio. Todos tentamos sempre aduzir como o próprio de algo, ou o seu predicado natural, como de homem bípede; ou o seu predicado actual, como de tal homem o ter quatro dedos; ou o predicado específico, como do fogo o ser composto de finas partículas; ou o predicado absoluto, como do animal o ânimo; ou o predicado que se diz do sujeito enquanto dependente de outro, como da alma a prudência; ou o predicado do sujeito assumido enquanto sujeito primeiro, como da faculdade racional da alma, a prudência; ou porque o sujeito se acha num certo estado, como do sábio se diz o ser irrefutável pelo argumento, pois só por o sábio se achar neste estado é irrefutável pelo argumento; ou porque o sujeito é um estado pa-
134 b tente em qualquer outro, como a ciência pertence o ser irrefutável pelo argumento; ou porque é participado por outro, como de animal se diz ser sensível, pois há outros que são sensíveis, por exemplo, o homem, embora não sejam sensíveis senão porque já participam de animal; ou porque participa de algum outro, como tal animal participa da vida. Por conseguinte, erramos se não aditarmos o advérbio *naturalmente*, uma vez ser possível que o predicado natural não predi-

que isso que *naturalmente* predica, como, por exemplo, o homem ser bípede. Também erramos se não fomos rigorosos dizendo que pomos como próprio o predicado actual, porque, num dado instante, este predicado pode não predicar o sujeito, como, por exemplo, de homem o ter quatro dedos. Ainda nos enganamos se não indicarmos que aduzimos algo como sujeito primeiro, ou como sendo dito após outro sujeito, porque o próprio nome não será verdadeiro disso de que o enunciado do próprio é verdadeiro, como, por exemplo, o ser colorido, se for dado como um próprio, ou da superfície, ou do corpo. Também erramos, se não dissermos antes de mais que se aduziu um próprio de um sujeito porque este sujeito, ou possui um hábito, ou porque é um hábito possuído por algo, pois então isso não será um próprio. Se dermos o próprio a algo por ser um hábito possuído por outro, o próprio também predicará o que possui este hábito, e se o dermos a algo por possuir um hábito, também se dirá do hábito possuído, como se vê no caso de ser irrefutável pelo argumento, quando isto se aduz como um próprio da ciência, ou do sábio. Erramos ainda se não indicámos antes que o próprio se diz do sujeito, porque participa de outro, ou é por este participado, porque então o próprio também se dirá de

alguns outros. Se aduzirmos o próprio por o seu sujeito ser participado por outro, ele também será próprio dos participantes; e se o aduzirmos porque o sujeito participa de outro, também se dirá dos participados, como, por exemplo, se dizemos que viver é um próprio de qualquer espécie particular de animal, ou do animal. Outro erro se comete se não indicarmos com rigor que aduzimos o próprio da espécie, pois então predicará apenas um dos sujeitos contidos pelo termo aduzido no próprio, pois o que se predica em grau superior predica-se apenas de um só entre vários, por exemplo: se dermos, como próprio de fogo, *o mais subtil.* Às vezes, juntando o termo *especificamente,* podemos errar, porque é necessário que haja uma só espécie de sujeitos capaz de receber o próprio, sempre que o advérbio *especificamente* for acrescentado. Em certos casos, todavia, isto não ocorre, por exemplo, não ocorre no caso de fogo. Não há, de facto, uma única espécie de fogo, pois são especificamente outros o carvão, a chama e a luz, ainda que cada uma destas coisas se diga do fogo. O motivo porque, sempre que o advérbio *especificamente* se acrescenta, não é necessário haver outra espécie que não só uma única, a indicada, é porque o próprio também se dirá mais de umas e menos de outras, como su-

cede no exemplo de fogo, por ser composto das mais finas partículas. De facto, a luz é composta de partículas mais finas do que o carvão e do que a chama. Ora isto não deve suceder, a menos que também o nome não se predique também disso cuja expressão do próprio é mais verdadeira, senão não observaríamos a regra segundo a qual, onde a enunciação do próprio for mais verdadeira, o nome também deve ser mais verdadeiro. Convém 135 a
acrescentar que sucederá que o mesmo predicado vem a ser o próprio, já do termo que simplesmente o possui, já do que o possui em mais alto grau, no termo que simplesmente o possui, como se vê no exemplo de ser composto das mais finas partículas, no caso do fogo, pois este mesmo predicado também o será da luz, pois a luz é composta das mais finas partículas. Concluindo, se o opositor propuser o próprio da forma que explicámos, cumpre atacá-lo, não dando ensejo a tamanha objecção, mas deveremos, logo que o próprio haja sido enunciado, determinar o modo em que o próprio foi enunciado.

Na refutação, ver se o opositor aduziu algo como próprio de si mesmo, porque, então, o aduzido como próprio não será um próprio. Uma coisa em si mesma exprime a sua própria essência, e o que define a essência não é um próprio, antes é uma defini-

ção, por exemplo, dizendo que *honesto é próprio do belo*, damos o sujeito como próprio de si mesmo, por haver identidade entre o *belo* e o *honesto* e, portanto, honesto não poderá ser o próprio de belo. Na confirmação da tese, ver se cuidámos em não dar o sujeito como próprio de si mesmo, mas se pusemos um predicado convertível, porque, então, o que se aduziu como não próprio será um próprio, por exemplo: se dissemos que o próprio de animal é ser *uma substância animada*, não pusemos a coisa como própria de si mesma, mas demos um predicado convertível e, portanto, *substância animada* será um verdadeiro próprio de animal.

No caso dos compostos de partes iguais, cumpre ver, na refutação, se o próprio do composto não é verdadeiro da parte, ou se o da parte não se afirma do todo, pois, então, o que se aduziu como um próprio não será um próprio. Isto pode acontecer em alguns casos, quando aos compostos de partes iguais, podemos aduzir o próprio considerando por vezes o todo, e, por vezes, o que se afirma da parte; e, por isso, em nenhum destes casos teremos enunciado correctamente o próprio. Um exemplo relativo ao todo: dizendo que o próprio do mar é ser *o maior volume de água salgada*, aduzimos o próprio de algo composto de partes iguais, mas tam-

bém demos um próprio que não é verdadeiro da parte, pois um mar particular não é o maior volume de água salgada, e, portanto, o ser *o maior volume de água salgada* não seria o próprio de mar. Exemplo relativo à parte: pondo como próprio do ar *ser respirável*, indicamos o próprio de algo composto de partes iguais, mas também aduzimos um próprio que é verdadeiro de algum determinado ar, e não é afirmado da totalidade, pois o ar assumido na totalidade não é respirável e, portanto, *respirável* não seria próprio de ar. 135 b
Na confirmação da tese, cumpre ver se o que é verdadeiro de algum sujeito composto de partes iguais é também um próprio do sujeito considerado como um todo, pois então o que se aduziu como não próprio será um próprio. Como é verdadeiro dizer de toda a terra o mover-se por um movimento natural para baixo [106], e como isto é também próprio de um determinado pedaço de terra, enquanto terra, será um próprio de terra o mover-se para baixo, por um movimento natural.

6

A seguir, temos de considerar os opostos, e, antes de mais, os contrários, para vermos, na refutação, se o contrário do próprio não é, deveras, um próprio do sujeito contrá-

rio, porque, então, o outro contrário também não será um próprio do outro sujeito contrário, por exemplo: como *injustiça* e o contrário de *justiça*, e que *mal maior* é contrário de *bem maior*, mas como bem maior não é um próprio da justiça, o maior mal não será um próprio de injustiça. Para a construção, ver se o contrário do próprio aduzido é o próprio do sujeito contrário, pois o outro contrário será também o próprio do outro sujeito contrário, por exemplo: como *mal* é contrário de *bem*, e *odiável* o contrário de *amável*, e como amável é um próprio de bem, *odiável* será um próprio de mal.

Em segundo lugar, cumpre considerar os relativos e, na destruição, ver se o correlativo do próprio aduzido não é de facto um próprio do correlativo do sujeito, pois, aí, o outro correlativo também não será um próprio do sujeito correlativo, por exemplo: como *dobro* é relativo à metade, e excesso à *carência*, como excesso não é um próprio de dobro, carência não será um próprio de metade. Na construção da tese, ver se o correlativo do próprio enunciado é um próprio do correlativo do sujeito, pois, então, o outro correlativo será um próprio do sujeito correlativo, por exemplo: como *dobro* é relativo à *metade*, e a relação de 1 para 2 relativa à proporção de 2 para 1, então, como é próprio do dobro

ser uma proporção de 2 para 1, será próprio da metade o ser uma proporção de 1 para 2.

Em terceiro lugar, na refutação, temos de ver se o termo enunciado como um hábito não é, de facto, um próprio do hábito, pois nesse caso o predicado aduzido da privação também não será um próprio da privação. Se, por outro lado, o termo dito da privação não for um próprio da privação, o termo dito da possessão também não será um próprio da possessão, por exemplo: como não afirmamos próprio da surdez a falta de sensação, também não será próprio da audição o ser uma sensação. Na confirmação da tese, ver se o termo aduzido quanto à possessão é um próprio da possessão, pois aí o termo afirmado da privação será um próprio da privação. Mais, se o termo afirmado da privação for um próprio da privação, também o termo dito da possessão será um próprio da possessão, por exemplo: como um próprio da vista é *ver,* 136 a enquanto temos vista, um próprio da cegueira é *não ver* enquanto não temos a vista que naturalmente deveríamos ter. Depois, são consideráveis as afirmações e as negações e, em primeiro lugar, os predicados em si mesmos. Este lugar serve apenas na refutação, por exemplo: cumpre ver se o termo afirmativo, ou o termo enunciado pela afirmação, é um próprio do sujeito, pois aí o termo negativo,

ou o termo enunciado pela negação, não será um próprio do sujeito. E ainda se o termo negativo, ou o termo enunciado pela negação, é um próprio do sujeito, e nesse caso o termo afirmativo ou o termo enunciado pela afirmação, também não será um próprio do sujeito, por exemplo: como *animado* é um próprio de *animal*, *inanimado* não será um próprio de *animal*. Em segundo lugar, cumpre tomar em conta os predicados afirmativos ou negativos, e os sujeitos dos quais eles são, ou afirmados, ou negados, e ver, no acto da refutação, se o termo afirmativo não é deveras um próprio do sujeito afirmativo, pois então o negativo não será também um próprio do sujeito negativo. Se o negativo não for um próprio do sujeito negativo, o afirmativo também não será um próprio do sujeito afirmativo, por exemplo: como *animal* não é próprio de *homem*, *não-animal* não poderá ser um próprio de *não-homem*. Mais, se *não-animal* parece não ser um próprio de *não-homem*, *animal* também não será um próprio de *homem*. Na elaboração da tese, temos de ver se o termo afirmativo é um próprio do sujeito afirmativo, pois então o termo negativo será também um próprio do sujeito negativo. Se o termo negativo for um próprio do sujeito negativo, o termo afirmativo será também um próprio do sujeito afirmativo, por exem-

plo: como *não-viver* é um próprio de *não-animal, viver* será um próprio de *animal;* e se *viver* parece um próprio de *animal, não viver* pareceria um próprio de *não-animal.* Em terceiro lugar, cumpre considerar os sujeitos em si mesmos, e, na refutação, ver se o próprio aduzido é um próprio do sujeito afirmativo, pois então o mesmo termo não será também um próprio do sujeito negativo. E se o termo aduzido for um próprio do sujeito negativo, não será um próprio do sujeito afirmativo, por exemplo: como animado é um próprio de *animal, animado* não poderia ser um próprio de *não-animal.* Na tese, se o termo dado não for um próprio do sujeito afirmativo, será um próprio do negativo, mas este lugar é falso, pois, na verdade, um termo afirmativo não é um próprio de um sujeito negativo, nem um termo negativo é um próprio de um sujeito afirmativo, dado que um termo afirmativo não se predica de um sujeito negativo, e um 136 b
termo negativo, ainda que se predique de um sujeito afirmativo, não o predica enquanto próprio.

A seguir, consideremos os elementos da mesma diarese, e vejamos, na refutação da tese, se nenhum dos elementos da divisão é um próprio de algum dos restantes elementos, pois então o termo aduzido não seria um próprio disso de que foi aduzido como

próprio, por exemplo: como *ser um vivente sensível* não é próprio de nenhum dos outros viventes, ser *um vivente inteligível* não seria um próprio de Deus. Na elaboração da tese, cumpre ver se algum dos restantes elementos da divisão é um próprio de cada um dos termos compreendidos na divisão, porque, nesse caso, o termo restante será também um próprio disso de que se aduziu não ser um próprio. Como um próprio da prudência é o ela ser por definição a faculdade racional da alma, por isso, assumindo deste modo cada uma das outras virtudes, da temperança será um próprio o ser, por definição, a virtude da faculdade concupiscente.

7

Na refutação convém examinar em seguida os casos, e ver se o caso do próprio aduzido não é um próprio do caso do sujeito, pois então o outro caso não será um próprio do outro caso, por exemplo: como o advérbio *bem* não é um próprio de *justamente, belo* também não será o próprio de *justo.* Com fins construtivos, é preciso ver se o caso do próprio aduzido é um próprio do caso do sujeito, pois ainda então o outro caso será um próprio do outro caso, por exemplo: se *pedes-*

tre-bípede é um próprio de homem, também o termo *pedestre-bípede* será próprio do homem. É preciso examinar os casos não só quanto ao termo agora em causa, mas também nos casos dos seus opostos, tal como indicámos quanto aos lugares anteriores. Para refutar uma tese, cumpre ver se o caso do oposto do próprio que se aduziu não é um próprio do caso do oposto do sujeito, pois então o outro oposto não será também um próprio do caso do outro oposto, por exemplo: como o advérbio *bem* não é o próprio de *justamente,* o advérbio *mal* também não poderia ser o próprio de *injustamente.* Na construção da tese, vejamos se o caso do oposto do próprio aduzido é um próprio do caso do oposto do sujeito que se aduziu, pois então ainda o caso do outro oposto será um próprio do caso do outro oposto, por exemplo: como *óptimo* é um próprio de *bom, péssimo* será também um próprio de *mau.*

A seguir, consideremos os sujeitos que se comportam por analogia e, na refutação, vejamos se o que se comporta por analogia ao próprio não é deveras um próprio disso que se comporta por analogia com o sujeito, porque então, o outro que se comporta por analogia não será também um próprio disso que se comporta por analogia, por exemplo: como *arquitecto* se comporta por analogia com

arquitectura e *médico* por analogia a *produção de saúde,* e como produzir saúde não é um próprio de médico, o construir uma casa
137 a não será um próprio de arquitecto. Na construção da tese, ver se o que se comporta por analogia ao próprio aduzido é um próprio do que se comporta por analogia com o sujeito, pois, também aí, o outro que se comporta por analogia, será um próprio disso que se comporta por analogia, por exemplo: como *médico* se comporta quanto à capacidade de *produzir saúde,* por analogia ao *ginasta* quanto à capacidade de *produzir vigor,* e como é um próprio do ginasta a capacidade de produzir vigor, do médico será um próprio a capacidade de produzir saúde.

Considerem-se agora os sujeitos que se comportam de modo idêntico e, na refutação, ver se o predicado que se comporta de modo idêntico com dois sujeitos não é de facto um próprio do sujeito que relativamente a ele se comporta de um modo idêntico com o sujeito em causa, porque então o predicado que se comporta de modo idêntico com um e com outro sujeito, não será um próprio do sujeito que se comporta, relativamente a ele, de modo idêntico ao primeiro sujeito. Se, por outro lado, o predicado que se comporta de modo idêntico quanto aos dois sujeitos é um próprio do sujeito que relativamente a ele se

comporta de modo idêntico ao sujeito em causa, então não será um próprio disso do qual se afirmou ser um próprio [por exemplo: como *prudência* se comporta de modo idêntico quanto a *belo* e quanto a *torpe*, por ser a ciência de cada um deles, e como não é um próprio da prudência ser a ciência do belo, não poderia ser próprio da prudência ser a ciência do torpe], porque é impossível que o mesmo seja próprio de vários sujeitos. Na construção da tese, este lugar carece de utilidade, porque o que se comporta de modo idêntico é um predicado único que comparamos com vários sujeitos. Em seguida, na refutação, vejamos se o predicado qualificado pelo verbo ser não é um próprio do sujeito qualificado pelo verbo ser, pois então a corrupção também não será um próprio do outro qualificado pela corrupção, nem geração um próprio do que se qualifica com geração, por exemplo: como do homem não é um próprio ser *um animal*, também não será um próprio da geração de homem a *geração de animal*, nem um próprio da *corrupção de homem* a *corrupção de animal*. De modo análogo, cumpre derivar argumentos de geração, de ser e de corrupção, e de corrupção, de ser e de geração, tal como o fizemos relativamente do ser à geração e à corrupção. Para elaborar a tese, vejamos se o sujeito

qualificado pelo verbo ser tem como próprio um predicado qualificado com o verbo ser, pois então o sujeito qualificado por *ser gerado* terá como próprio o predicado qualificado por *ser gerado,* e o sujeito qualificado por *ser corrompido,* o predicado qualificado por *ser corrompido,* por exemplo: como um próprio do homem é ser mortal, também será um próprio de ser gerado homem o ser gerado mortal, e um próprio de o homem ser corrompido o mortal ser corrompido. Também temos
137 b de relacionar de igual modo a geração, a corrupção e o ser, e tudo quanto deriva destas noções, como dissemos no caso da refutação.

Em seguida, temos de considerar a ideia do sujeito afirmado, e ver, na refutação da tese, se o próprio aduzido não predica deveras a ideia, ou se não a predica enquanto ideia do sujeito cujo próprio se aduziu, pois então, o que se aduziu como próprio não será um próprio, por exemplo: como *estar em repouso* predica, não a ideia de homem enquanto homem, mas enquanto ideia, *estar em repouso* não poderia ser um próprio de homem. Na construção, ver se o próprio predica a ideia, e a predica enquanto ideia do sujeito de que dizemos ser o próprio, pois então o que se disse não ser um próprio será um próprio, por exemplo: como do animal se diz ser um *composto de alma e corpo,* e como este próprio

lhe pertence enquanto animal, então do animal será próprio o ser composto de alma e de corpo.

8

A seguir, tenhamos em consideração o *mais* e o *menos*, e, em primeiro lugar, na refutação, ver se o que é mais tal predicado não é, de facto, um próprio do que é mais tal sujeito, pois o que é menos tal predicado também não será um próprio do que é menos tal sujeito, nem o que é menos tal predicado um próprio do que é menos tal sujeito, nem o que é mais tal predicado um próprio do que é mais tal sujeito, nem sequer o predicado puro e simples um próprio do sujeito puro e simples, por exemplo: como ser *mais colorido* não é um próprio *do que é mais um corpo, ser menos colorido* não será também um próprio *do que é menos um corpo,* nem *ser colorido* um próprio do *corpo puro e simples.* Para construir a tese, ver se o que é mais tal predicado é um próprio do que é mais sujeito, pois, nesse caso, o que é menos tal predicado será um próprio do que é menos tal sujeito, o que é menos tal predicado um próprio do que é o menos tal sujeito, o que é o mais tal predicado um próprio do que

é mais tal sujeito, e o predicado puro e simples um próprio do sujeito puro e simples, por exemplo: como *sensação* é um próprio do que é mais animal, *menor sensação* será um próprio do que é *menos animal, e maior sensação* o próprio do que é o *mais animal, sentir o menos* um próprio do que é *o menos animal,* e o *sentir simplesmente* um próprio do *animal puro e simples.*

Cumpre ainda passar do termo simples aos termos acima indicados, e ver, na refutação, se o predicado puro e simples não é deveras um próprio do sujeito puro e simples, pois então o que é mais tal predicado não será um próprio do que é mais tal sujeito, nem o que é menos tal predicado um próprio do que é menos tal sujeito, nem o que é o mais tal predicado um próprio do que é o mais tal sujeito, nem o que é o menos tal predicado um próprio do que é o menos tal sujeito, por exemplo: como *virtuoso* não é um próprio de homem, ser *mais virtuoso* não será o próprio do que é *mais homem.* Na construção da tese, ver se o predicado puro e simples é deveras um próprio do sujeito puro e simples, pois então, e ainda, o que é mais tal predicado será um próprio do que é mais tal sujeito, o que é menos tal predicado um próprio do que é menos tal sujeito, o que é o menos tal predicado um próprio do que é o menos tal

sujeito, e o que é o mais tal predicado um próprio do que é o mais tal sujeito, por exemplo: como próprio do fogo é o *elevar-se naturalmente,* próprio do que é mais fogo será o 138 a
elevar-se mais naturalmente. De igual modo também, cumpre ter isto em mente do ponto de vista das demais noções.

Depois, na refutação, vejamos se o que é mais um próprio não é, deveras, um próprio do que é mais sujeito, pois então o que é menos um próprio também não será um próprio do que é menos sujeito, por exemplo: como *sentir* é mais um próprio do animal do que *conhecer* é um próprio de homem, e como sentir não é um próprio de animal, conhecer não seria um próprio de homem. Na construção da tese, ver se o que é menos um próprio é um próprio do que é menos sujeito, porque, nesse caso, o que é mais um próprio será um próprio do que é mais sujeito, por exemplo: como *ser naturalmente manso* é menos um próprio de homem do que *viver* do animal, e como próprio do homem é *ser naturalmente manso, viver* será um próprio de animal.

Em terceiro lugar, na refutação, ver se o predicado não é deveras um próprio do que ele é mais um próprio, pois então também não será um próprio disso que é um próprio, mas, se for um próprio do sujeito primeiro, não será um próprio do sujeito segundo, por

exemplo: como *ser colorido* é mais um próprio da superfície do que do corpo, e como não é um próprio da superfície ser colorida, também não será um próprio de corpo; mas se for um próprio da superfície, não o será do corpo. Em contrapartida, para a construção da tese, este lugar não é útil, pois é impossível que o mesmo seja próprio de vários sujeitos.

Em quarto lugar, na refutação, ver se o que é mais um próprio de um dado sujeito não é deveras o seu próprio, pois então o que é menos um próprio deste sujeito também não será dele um próprio, por exemplo: como *sensível* é mais um próprio de *animal* do que *divisível,* e como *sensível* não é um próprio de *animal, divisível* não seria um próprio de animal. No levantamento da tese, ver se o que é menos um próprio do sujeito é deveras o seu próprio, pois então o que é mais um próprio deste sujeito será também o seu próprio, por exemplo: como *sentir* é menos um próprio de animal do que *viver,* e como *sentir* é um próprio de animal, *viver* será um próprio de animal.

Em seguida, temos de considerar os predicados que predicam de igual modo os seus sujeitos, e, antes de mais, na refutação, ver se o que é verosimilmente um próprio não é, deveras, um próprio verosimilmente um pró-

prio, pois então o que é verosimilmente um próprio não será também um próprio disso de que é verosimilmente um próprio, por exemplo: como *desejar* é um próprio da faculdade concupiscente da alma, tal como *raciocinar* é próprio da faculdade racional, e como *desejar* não é um próprio da faculdade concupiscente, *raciocinar* não poderia ser um próprio da faculdade racional. Para estabelecer a tese, ver se o que é verosimilmente um próprio é deveras um próprio disso de que é verosimilmente próprio, pois, nesse caso, o que é verosimilmente um próprio não será um próprio disso de que é verosimilmente um próprio, por exemplo: como ser o *sujeito primeiro da prudência* é um próprio da faculdade racional, assim como o ser o sujeito primeiro da temperança é um próprio da faculdade concupiscente, e como é um próprio da faculdade racional o ser o sujeito primeiro da prudência, da faculdade concupiscente será um próprio ser o *sujeito primeiro da temperança.* 138 b

Em segundo lugar, na refutação, ver se o que é verosimilmente um próprio de um sujeito não é deveras o seu próprio, pois então o que é verosimilmente um próprio não será também um próprio do sujeito, por exemplo: como são verosimilmente um próprio de homem *ver* e *ouvir,* e como ver não é um próprio de homem, ouvir também não será um

próprio de homem. Na elaboração da tese, ver se o que é verosimilmente um próprio do sujeito é seu próprio, pois ainda então o que é verosimilmente um próprio desse sujeito não o será, por exemplo: como é verosimilmente próprio da alma o ser o sujeito primeiro da faculdade concupiscente e da faculdade racional, como é próprio da alma o ser o sujeito primeiro da faculdade concupiscente, da alma será um próprio o ser o sujeito primeiro da faculdade racional.

Em terceiro lugar, na refutação, ver se o próprio não é um próprio disso de que se aduz como verosimilmente próprio, pois então também não será um próprio disso de que se formula como verosimilmente próprio, mas se for um próprio do sujeito primeiro, não será um próprio do sujeito segundo, por exemplo: como *queimar* é verosimilmente um próprio da *chama* e do *carvão,* e como *queimar* não é um próprio da chama, *queimar* não será também um próprio do carvão; mas se for um próprio da chama, não o poderá ser do carvão. Para erguer a tese, este lugar não é útil.

O lugar extraído dos sujeitos que se comportam de modo semelhante difere do que se extrai dos predicados que predicam o sujeito de modo semelhante, porque o primeiro é entendido por analogia, sem levar em conta

qualquer predicação de um sujeito, e o segundo, pelo contrário, tira a sua comparação de alguma predicação de um sujeito.

9

Para refutar convém ver, a seguir, se, exprimindo o próprio em potência [107], o opositor também formulou o próprio relativo ao não-ser, uma vez que *potência* não se predica do *não-ser,* porque, neste caso, o que foi aduzido como um próprio não será um próprio, por exemplo: dizendo que um próprio do ar é *respirável,* aduzimos, por um lado, o próprio potencial (pois o respirável é isso que pode ser respirado), e, por outro, o próprio relativo ao não-ser, enquanto que, mesmo que não haja animal constituído para respirar, pode haver ar, mesmo que não haja qualquer animal. Logo, o ar ser respirável não é um próprio do ar, se não houver qualquer animal que possa respirá-lo, pelo que o respirável não poderia ser um próprio do ar. Para construir a tese, ver se, aduzindo o próprio potencial, 139 a
colocamos o próprio relativo a um ser, ou relativo a um não-ser, se a potência puder predicar o não-ser, pois, nesse caso, o que se aduziu como não próprio será um próprio, por exemplo: se dermos como um próprio do ser a capacidade de sofrer ou de agir, dando

o próprio potencial, demos o próprio relativo a um ser, pois, quando um ser existe, ele será capaz de sofrer ou de agir de algum modo, por isso que a potência de sofrer ou de agir será um próprio do ser.

Por fim, para refutar, ver se o opositor aduziu o próprio do superlativo, porque, então, o que se aduziu como um próprio não será um próprio. Quando aduzimos o próprio deste modo, acontece que o nome não vem a ser verdadeiro do sujeito cujo enunciado do próprio é verdadeiro, porque, uma vez destruído o sujeito, o enunciado do próprio não permanecerá, uma vez predicar qualquer sujeito no modo superlativo. Por exemplo, se aduzimos como próprio do fogo o ser *o corpo mais leve*, porque, uma vez extinto o fogo, ainda continuará a haver corpo que seja *o mais leve*, por isso que *o ser o corpo mais leve* não seria o próprio do fogo. Para construir a tese cumpre ver se evitámos aduzir o próprio no superlativo, pois então, neste aspecto, o próprio não estará correctamente aduzido, por exemplo: se dissermos que um próprio do homem é o ser um animal naturalmente manso não pomos o próprio no superlativo, e o próprio estará, aí, rectamente posto.

LIVRO VI

1

A pragmática das definições divide-se em cinco partes. Ou não é de todo verdadeiro aplicar a expressão da definição ao sujeito a que se aplica o nome, pois a definição de homem deve ser verdadeira de qualquer homem; ou ainda, que se o objecto tiver um género, não cuidámos da adução do objecto definido no género, ou, pelo menos, não o aduzimos no género que lhe é próprio (porque, ao definir, é preciso colocar o objecto no seu género e, só então, juntar as diferenças, porque, de todos os elementos da definição é sobretudo o género, ao que parece, que significa a essência do definido); ou ainda, que a expressão da definição não é própria do definido (pois é necessário que a definição seja própria do definido, tal como vimos mais

acima) [108]; ou ainda, é preciso ver se, uma vez observadas todas as regras anteriores, todavia não definimos o definido, isto é, não exprimimos a sua essência. Por fim, e para além do que dissemos, temos de ver se, uma vez definido o sujeito, todavia não o definimos bem [109].

Se a expressão da definição não for também verdadeira do sujeito que recebe o nome, a nossa análise tem de se concentrar nos tópicos do acidente. Ainda aqui, a questão que
139 b se põe é sempre esta: é isto verdadeiro, ou não verdadeiro? Porque, quando, na controvérsia, estabelecemos que o acidente se predica do sujeito, declaramos que ele é verdadeiro; e quando postulamos que não predica o sujeito, declaramos que não é verdadeiro. E se não cuidámos de colocar o sujeito no género próprio, ou se a expressão enunciada não é peculiar ao objecto, é sobre os lugares indicados para o género e para o próprio que a nossa análise deve apoiar-se.

Só nos resta dizer como inquirir se o objecto foi definido, ou se não foi rectamente definido. O que em primeiro lugar temos de ver, é se o objecto não foi rectamente definido, pois é mais fácil, não importa em que caso, fazê-lo do que fazê-lo bem. Assim, pois, o erro é mais frequente neste caso, uma vez que a tarefa é mais difícil. Por conseguinte,

o ataque torna-se mais fácil do que no primeiro caso.

A incorrecção da definição divide-se em duas partes: primeira, quando nos servimos de uma obscura enunciação, pois é necessário, ao definir, servirmo-nos da enunciação mais clara possível, visto que é neste propósito de tornar algo conhecido que elaboramos a definição; segunda, é quando a enunciação é mais longa do que o necessário, pois tudo quanto se acrescenta à definição é supérfluo. Cada uma destas divisões de que falámos divide-se, por sua vez, em várias partes.

2

Uma primeira regra sobre a obscuridade da definição é a de ver se o termo empregado é homónimo de algum outro, se dissermos, por exemplo, que a geração é uma passagem à substância, ou que a saúde é uma simetria dos elementos quentes e frios. Aqui, passagem e simetria são termos homónimos, logo, não vemos bem qual dos significados do termo de múltiplas significações queremos designar. Se o termo definido tiver múltiplas acepções, então enunciámos a definição sem distinguir as acepções, pelo que, nesse caso, não sabemos com rigor qual delas definimos, pelo que o opositor pode objec-

tar, dizendo que a definição não é aplicável a todas as coisas cuja definição enunciámos, e este tipo de objecção pode aduzir-se, sobretudo quando a homonímia se oculta ao que define. Depois de termos distinguido os diferentes significados do termo proposto na definição, podemos, por nós mesmos, argumentar, pois se a expressão utilizada não for adequada a nenhum dos significados do sujeito, é porque não efectuámos uma correcta definição do sujeito.

Outro lugar comum consiste em ver se o opositor falou por metáfora, por exemplo, se definiu ciência como *irrevogável*, ou terra como *nutriz*, ou *temperança* como *harmonia*, uma vez que tudo quanto se diz por metáfora é obscuro. Também é possível objectar ao que usa uma expressão metafórica, como se a tivesse expresso em acepção literal, porque a definição indicada não se aplicará ao termo definido, por exemplo, no caso da temperança, pois que harmonia inere aos sons. Além disso, se harmonia for o género de temperança, então um mesmo objecto estará em dois géneros, dos quais um não con-
140 a tém o outro, porque harmonia não contém virtude, nem virtude contém harmonia.

Além disso, cumpre ver se o adversário utiliza termos insólitos, como quando Platão descreve o olho [110], por exemplo, como *véu*

dos cílios, ou a *tarântula* como dotada de garras venenosas, ou a *medula* como *produto dos ossos*. Um termo insólito é sempre obscuro.

Há certas expressões que não se empregam, nem por ambiguidade, nem por metáfora, nem por sentido literal, como quando se diz que a lei é a medida ou a imagem do que é justo por natureza. Expressões deste quilate são inferiores à metáfora, já que a metáfora ainda procura dar um certo conhecimento do objecto significado, em virtude da semelhança que estabelece, pois quando nos servimos da metáfora servimo-nos sempre dela em vista de alguma semelhança [111]. Pelo contrário, esta outra forma de expressão não dá qualquer conhecimento, por não haver qualquer semelhança em função da qual a lei possa ser medida ou imagem, e a lei não se define comummente de tal modo. Logo, se dissermos que a lei é, em acepção própria, uma medida, ou uma imagem, erramos, porque uma imagem é algo produzido por imitação, predicado que não inere à lei. Se, por outro lado, não assumirmos o termo na sua acepção própria, resulta que empregámos uma expressão obscura e inferior a não importa que metáfora.

Cumpre ver também se a definição do contrário da definição proposta não se torna

evidente, pois as definições correctamente feitas também indicam os contrários; ou ainda, se a definição não indica por si mesma com evidência o que ela define, mas se, pelo contrário, é como nos trabalhos dos pintores antigos em que, sem uma inscrição, as respectivas figuras seriam irreconhecíveis.

Se a definição não for clara, teremos de a examinar do modo que expusemos.

3

Se o enunciado da definição for muito longo, examinemos em primeiro lugar se utilizámos um predicado universal, seja dos objectos reais em geral, seja dos que se situam no mesmo género do definido, já que um predicado como esse é necessariamente redundante. Importa que o género separe, uma das outras, as coisas que pertencem ao mesmo género. Ora, o predicado universal não separa o objecto dado dos outros que se acham no mesmo género, nem o separa do que se situa no mesmo género. Qualquer adição deste tipo é supérflua.

Vejamos também se, ainda que o predicado aditado seja próprio do termo definido, todavia, se o retirarmos, o que fica da definição continua próprio e exprime com evidência a essência do termo definido. Por exemplo, na definição de *homem*, a adição *capaz de*

adquirir ciência é supérflua, pois, mesmo que este predicado seja subtraído, o resto da definição continua a ser própria de homem e exprime a sua essência. Numa palavra, é supérfluo tudo o que, uma vez subtraído, não 140 b
obsta a que o resto exprima o termo definido. É esta, por exemplo, a definição de *alma*, se dissermos que *alma é um número que a si mesmo se move*, pois o que a si mesmo se move é justamente a alma, conforme à definição de Platão [112]. Também pode acontecer que a expressão utilizada, ainda que própria do sujeito, não exprima a essência da alma, caso o termo número seja eliminado. É difícil determinar qual destas duas coisas é na realidade, mas o que importa, em todos os casos desta espécie, é ter em mente o que traz vantagens à discussão. Dizemos, assim, que a definição de fleuma é o *húmido não digerido que primeiro se produz do alimento*. Aqui, o que está em primeiro lugar é único e não múltiplo, de modo que o termo não digerido é supérfluo, e se o eliminarmos, o resto da definição não será menos própria do sujeito, pois não é possível que a fleuma e outra coisa qualquer provenham simultanea primeiro do alimento. Ou talvez a fleuma não seja, absolutamente falando, o que primeiro se produz do alimento, mas apenas o primeiro entre os não digeridos, de modo que

haja de se aditar o termo não digerido; se nos exprimirmos de outro modo, a definição não é verdadeira, a não ser que a fleuma seja o primeiro de todos os produtos do alimento, sem distinção.

Há que ver, ainda, se um dos elementos compreendidos na definição não é próprio de todos os objectos compreendidos na mesma espécie, pois este tipo de definição é também inferior àquelas em que nos servimos de um predicado próprio de todos os seres. No caso que precede, se o resto da expressão foi próprio do definido, também o todo lhe será próprio; podemos, de modo absoluto, dizer que, se juntarmos um predicado verdadeiro ao próprio, seja ele qual for, toda a expressão no seu todo se torna também própria. No presente caso, pelo contrário, se um dos elementos compreendidos na definição não predicar todos os termos da mesma espécie, é impossível que toda a expressão seja própria do definido, pois não será um predicado convertível com o termo. Digamos *animal-pedestre-bípede com a altura de quatro côvados* — uma expressão deste quilate não constitui um predicado convertível com o termo, pois *com a altura de quatro côvados* não é próprio de todos os sujeitos subordinados à mesma espécie.

Vejamos ainda se o opositor repetiu vá-

rias vezes a mesma coisa, se disse, por exemplo, que *apetite é o desejo do agradável.* Todo o apetite tem por objecto o agradável, pelo que tudo o que for idêntico ao apetite terá também o agradável por objecto. A nossa definição de apetite vem a formular-se, nesse caso, assim: *o desejo do agradável do agradável,* por não haver nenhuma diferença, entre dizer *apetite* e dizer *desejo do agradável,* de modo que cada um destes termos terá o agradável por objecto. Pode suceder, é verdade, que não haja aí qualquer absurdo, pois podemos dizer — *o homem é um bípede,* logo, o que é idêntico a homem também será bípede; ora *animal-pedestre-bípede* é idêntico a homem; logo, *animal-pedestre-bípede* será um bípede. Nenhum absurdo deriva daqui, pois bípede não é um predicado de animal-pedestre (se fosse, bípede seria afirmado duas vezes do mesmo sujeito), mas bípede diz-se, de facto, 141 a
de animal-pedestre-bípede, de modo que bípede só se emprega uma só vez como predicado. O mesmo no exemplo de apetite: não é do desejo que o ter-se o agradável por objecto se afirma, mas da expressão no seu todo, pelo que, ainda aqui, a predicação só se faz uma vez. Absurdo não é repetir duas vezes a mesma palavra, mas atribuir várias vezes o mesmo predicado a um sujeito; se disséssemos, por exemplo, como Xenócrates,

que a prudência é o que define e contempla os seres [113], porque a definição constitui já uma certa contemplação (teorética), pelo que, aditando ainda as palavras *e que contempla*, repetimos duas vezes a mesma coisa. Cometem o mesmo erro os que dizem que *o arrefecimento é uma privação de calor natural*. Toda a privação é, deveras, privação de um predicado natural pelo que é supérfluo aditar a palavra *natural*; bastaria dizer *privação de calor*, pois o termo privação por si só indica que se trata de um calor natural. Veja-se ainda se, enunciado o universal, aditámos um termo particular; se dizemos, por exemplo, que *equidade* é uma *atenuação do que é útil e justo*. Justo é, com efeito, uma espécie de útil, e por conseguinte acha-se contido em útil, de onde o termo justo ser supérfluo, pois, ao indicarmos o universal, já fizemos a adição do particular. Assim também, se definimos a Medicina como uma ciência do que é saudável no animal e no homem, ou a Lei como uma imagem do que por natureza é belo e justo, pois justo é uma espécie de belo e, portanto, repetimos várias vezes a mesma coisa.

4

Para saber se a definição é correcta ou incorrecta temos de proceder em conformidade com estas e outras análogas regras. Para sa-

ber se indicámos ou não indicámos e definimos a quididade do sujeito, temos de proceder como segue.

Antes de mais, vejamos se o opositor omitiu constituir a definição com a ajuda de termos anteriores e mais conhecidos. Como a definição tem por objectivo dar a conhecer o termo proposto, e como tornamos as coisas conhecidas tomando não importa quais termos, mas sempre os termos anteriores e mais conhecidos, tal como na demonstração (é assim em todo o ensino, seja ele didascálico ou matemático [114]) é evidente que, se não efectuarmos a definição através destes termos, nada teremos definido. De outro modo, haveria múltiplas definições do mesmo sujeito — é evidente que utilizar termos anteriores e mais conhecidos é também formular uma definição, e uma definição mais perfeita, de modo que ambas seriam definições do mesmo sujeito. Este modo de ver não é comummente aceite; de cada um dos sujeitos há uma só definição, logo, se quisermos que haja várias definições do mesmo sujeito, a essência do sujeito definido será idêntica à expressão que toma em cada uma das definições, e estas expressões não são as mesmas, porque as definições são diferentes. É portanto claro que 141 b
não definimos, quando a definição não se

formula através de termos anteriores e mais conhecidos.

A afirmação de que a definição não se formulou através dos termos anteriores e mais conhecidos é entendível por duas maneiras: ou supomos que os seus termos são absolutamente menos conhecidos, ou supomos que são menos conhecidos por nós, pois ambos os casos são possíveis. Assim, absolutamente falando, o anterior é mais conhecido do que o posterior, por exemplo: o ponto é mais conhecido do que a linha, a linha do que a superfície, e a superfície do que o sólido, tal como a mónada é mais conhecida do que o número, por ser anterior a todo o número, e princípio de todo o número. De igual maneira, a letra é mais conhecida do que a sílaba. Quanto ao que nós conhecemos melhor, sucede por vezes o inverso: o sólido cai antes de tudo o mais sob o nosso sentido, e a superfície mais do que a linha, e a linha mais do que o ponto, pois a maior parte dos homens conhece em primeiro lugar estas noções, já que qualquer inteligência ordinária as pode compreender, enquanto as outras exigem excepcional perspicácia.

Absolutamente falando, é preferível tornar conhecidos os posteriores através dos anteriores, pois este método é mais acomodado ao saber. No entanto, para os incapa-

zes de conhecer através destes termos, talvez seja necessário formular a definição mediante termos que lhes são mais conhecidos. Entre as definições deste tipo acham-se as do ponto, da linha e da superfície, pois todas explicam o anterior pelo posterior, já que o ponto, diz-se, é o limite da linha, a linha o da superfície, e a superfície o do sólido. Não devemos esquecer que, ao definirmos deste modo, é impossível exprimir a quididade do definido (a menos que, por acaso, não haja identidade entre o mais conhecido para nós e o mais conhecido em absoluto), porque uma definição correcta deve definir mediante o género e as diferenças, e porque estas pertencem ao que é, absolutamente falando, mais conhecido do que a espécie, e a esta anteriores. A supressão do género e da diferença suprime também a espécie, de modo que aquelas são noções anteriores à espécie. São também mais conhecidas, porque se a espécie é conhecida, o género e a diferença devem necessariamente ser também conhecidos, — conhecendo o homem, conhecemos simultaneamente o animal e o pedestre; mas se o conhecido for o género ou a diferença, não se segue daí necessariamente que a espécie seja também conhecida; logo, a espécie é mais desconhecida. Além disso, se dizemos que são verdadeiras definições as que têm como caracterís-

tico o serem formuladas a partir de termos mais conhecidos de tal ou tal, seremos levados a dizer que há várias definições do mesmo sujeito, pois sucede que tais termos são mais conhecidos por tais pessoas, e tais outros por tais outras, não sendo os mesmos para toda a gente, de modo que será necessário formular para cada pessoa uma diferente definição, caso seja exacto que a definição se deve fazer a partir dos termos mais conhecidos desta e daquela pessoa. Além disso, para as mesmas pessoas, e em diversos tempos, são diversas as coisas mais conhecidas: a princípio, são os objectos sensíveis, mas quando a mente se torna mais perspicaz é o inverso, pelo que, até para a mesma pessoa, não será necessário dar sempre a mesma definição, caso pretendamos que a definição se formule a partir de termos mais conhecidos por este ou por aquele. Portanto, não devemos definir através destes termos, antes devendo definir através de termos mais conhecidos em absoluto; só desta forma poderemos obter uma definição que seja uma e a mesma. No entanto, o que é mais conhecido em absoluto não é o que toda a gente conhece, mas apenas o que é conhecido pelos de espírito inteligente, tal como, em absoluto, *são* é *o que é são,* para os que têm súde. Convém precisar cada um destes pontos, e servirmo-

142 a

-nos deles em vista do maior interesse da discussão. O que acima de tudo é irrefutável é que uma definição pode ser destruída, caso se verifique que não foi enunciada, nem a partir do conhecido em absoluto, nem a partir do mais conhecido por cada um.

Uma primeira forma errónea de não operar através dos termos mais conhecidos é a de exprimir o anterior pelo posterior, tal como acima fizemos notar. Outra forma consiste em formular a definição do que está em repouso e é definido, pelo que é indefinido e está em movimento, já que *o que está em repouso* e *que é definido*, são noções anteriores respectivamente ao que é indefinido e ao que está em movimento.

O erro que consiste em não formular a definição através dos termos anteriores apresenta três formas. A primeira, quando o oposto foi definido pelo oposto, por exemplo, o bem pelo mal, porque os opostos são por natureza simultâneos. E há quem pense também serem eles dois objectos da mesma ciência, de modo que não podemos afirmar que um é mais conhecido do que o outro. Todavia, importa não esquecer que alguns objectos talvez não sejam definíveis de outra forma, como é o caso de *dobro*, que não é definível sem *metade*, como sucede a todos termos que em si mesmos são relativos.

Quanto a todos os objectos desta natureza, a essência é o mesmo que alguma definida relação com outro, de tal forma que é impossível inteligir um termo sem o outro, motivo pelo qual, na definição de um, deve achar-se contida necessariamente a de outro. Importa conhecer tudo quanto se comporta deste modo, servindo-nos disso nos casos em que nos pareça conveniente.

Uma outra forma revestida por este erro é a de quando, na definição, nos servimos do termo definido. Este erro não é notado quando utilizamos o próprio nome definido, como é o caso, por exemplo, ao definirmos
142 b *sol como um astro que se mostra durante o dia,* pois, ao empregarmos o termo *dia,* também nos servimos do termo *sol.* Para evidenciar erros deste tipo, convém substituir a palavra pela sua definição, e definir *dia* como o movimento do sol acima da terra. Quando dissemos *o movimento do sol acima da terra* dissemos o *sol,* de modo que utilizamos o termo *sol* e também utilizamos o termo *dia.* Uma terceira forma deste erro é a de quando definimos um termo coordenado de uma divisão por outro termo da mesma divisão, por exemplo, *ímpar* como sendo *maior do que o par de uma unidade.* Os termos coordenados de uma divisão derivada do mesmo género são por natureza simultâneos. Ora, o

ímpar e o par são termos coordenados de uma divisão, pois tanto um como outro são diáforas do número.

Do mesmo passo, cumpre ver se o opositor definiu um termo superior através de um termo subordinado, se disse, por exemplo, que *par é um número diviso em metades*, ou que *bem é um hábito de virtude*, porque metade deriva de dois, que é um número par, e a virtude é uma espécie de bem, pelo que ambos estes termos são subordinados a outros. Além disso, quando utilizamos o termo *subordinado*, também nos servimos necessariamente do outro, pois, quando utilizamos o termo *virtude*, também utilizamos o termo bem, por virtude ser um certo bem; e o mesmo acontece quando utilizamos o termo *metade*, logo nos servimos do termo *par*, pois ser dividido em metades significa ser dividido em dois, e dois é par.

5

De um modo geral, há somente um lugar para a definição que não seja formulada mediante termos anteriores e mais conhecidos; e as subdivisões deste lugar são as que acima enumerámos. Um segundo lugar consiste em saber se, ainda que o sujeito se ache num gé-

nero, o opositor cometeu o erro de não o formular dentro de um género. Este tipo de erro encontra-se sempre que a essência do sujeito não foi mencionada no enunciado da definição, por exemplo: a definição de corpo como *o que é tridimensional*, ou a definição de homem, supondo que alguém a dera assim, *como o que sabe contar*. O género visa precisamente significar a essência do objecto, sendo este o primeiro a colocar entre os elementos da definição.

Além disso, cumpre ver se o termo definido é aplicável a vários objectos, e cometemos o erro de não o relacionar com todos, como, por exemplo, quando se definiu Gramática como *a arte de escrever ao ditado*, pois temos de acrescentar *e de ler*. Se definirmos Gramática como *a arte de escrever*, não se definiu mais do que se tivéssemos dito que é a *arte de ler*, de modo que não é indicando uma ou outra, mas ambas as coisas ao mesmo tempo, que obtemos a definição, pois não é possível haver várias definições do mesmo objecto. Todavia, só em certos casos
143 a o que acabamos de dizer é verdadeiro, pois em outros casos não é assim, como, por exemplo, com todos os termos que não têm uma relação essencial com os dois objectos ao mesmo tempo. Assim, quando dizemos que a medicina é a ciência da produção da doença

e da saúde, pois se diz que a medicina por si mesma produz a saúde, produzindo a doença por acidente, pelo que a produção da doença é algo de estranho à medicina. Neste caso, quando propomos a medicina como algo de simultaneamente relativo a estas duas acções, não a definimos melhor do que se a relacionássemos apenas com uma delas; mas talvez essa definição seja pior, pois que qualquer um, mesmo estranho à medicina, é capaz de produzir a doença.

É preciso ver, além disso, se o termo definido foi relacionado, não com o melhor, mas com o pior, no caso de o definido ter várias relações possíveis, pois toda a sapiência, toda a potência, se relaciona, ao que parece, com o melhor.

Por outro lado, se o termo não foi colocado no seu próprio género, cumpre analisá-lo em conformidade com as regras elementares aplicáveis aos géneros, tal como explicámos atrás.

Não obstante, há que ver se, na indicação dos géneros, fomos para além deles, definindo, por exemplo, justiça como um *hábito produtor de igualdade* ou *distribuidor do que é igual*, pois, ao definirmos deste modo, definimos para além da virtude, e deixando de lado o género da justiça, não mencionámos a sua essência, pois que, em todos os casos,

a essência vem acompanhada do género. Procedendo dessa forma não colocamos o sujeito dentro do seu género mais próximo, pois ao colocarmo-lo no género mais próximo, indicámos por isso mesmo todos os géneros superiores, visto que todos os géneros superiores se afirmam dos subordinados. Logo, ou se coloca o sujeito dentro do género mais próximo, ou então cumpre ligar ao género superior todas as diferenças pelas quais se define o género mais próximo, pois deste modo nada seria omisso, tendo-se mencionado somente o género subordinado, em vez de se fazer menção do seu nome. Pelo contrário, mencionando apenas o género superior em si mesmo, não indicámos ao mesmo tempo o género subordinado; se, por exemplo, dizemos *uma planta*, não dizemos, por isso mesmo, *uma árvore*.

6

Quanto às diferenças, temos de examinar se também as diferenças mencionadas são deveras as diferenças do género. Se não tivermos definido mediante as diferenças próprias do definido, ou se aduzimos um termo que não seja absolutamente considerável como diferença, seja do que for, ou do animal, ou da substância, é evidente que não

teremos uma definição, pois estes termos não são diferenças em absoluto. Além disso, cumpre ver se a diferença mencionada possui um termo oposto dentro da mesma divisão; se o não possuir, a diferença mencionada não será a diferença do género. Um género é sempre dividido pelas diferenças, que são termos coordenados de uma divisão, por exemplo: *animal* é dividido por *pedestre, alado, aquático* e *bípede*. 143 b Também é preciso ver se, não obstante a presença de uma diferença oposta à aduzida, esta diferença não é, todavia, verdadeira do género, pois então é claro que nem uma nem outra serão uma diferença do género, porque as diferenças coordenadas de uma mesma divisão são todas verdadeiras do género próprio do definido. Também importa ver se, embora a diferença oposta à diferença aduzida for verdadeira, a sua adição ao género não constitui uma espécie, pois aí ela não seria uma diferença essencial do género, porque toda a diferença essencial aditada ao género constitui uma espécie. Se não for uma diferença, a diferença mencionada também não é diferença, porque se lhe opõe dentro da divisão.

Há que ver ainda se dividimos o género por negação, ao modo dos que definem a linha como *uma longitude sem latitude*, pois tanto nada significa senão que a linha não

tem latitude. O resultado será o de que, neste caso, o género participa da sua espécie — toda a longitude deve ser, ou sem latitude, ou com latitude, pois para todas as coisas, ou a afirmação ou a negação, é verdadeira, pelo que o género da linha, que é a longitude, será, ou sem latitude, ou com latitude. Todavia, a longitude sem latitude é a definição de uma espécie, tal como o é também a longitude com latitude, porque *sem latitude* e *com latitude* são diferenças, sendo a partir da diferença e do género que se formula a definição da espécie. O género receberia assim a definição da sua espécie. E também receberia a definição da diferença, porque ambas as diferenças indicadas são necessariamente afirmadas do género. Aliás, o lugar referido é útil para enfrentarmos os que admitem o ser das ideias. Se a ideia de longitude em si mesma é, como se poderá afirmar do género que ele é, com latitude ou sem latitude? Cumpre que, quanto à longitude considerada na plenitude da sua noção, um destes predicados seja verdadeiro, porque ele tem de ser verdadeiro do género. Ora, o que ocorre neste caso não é isso, pois há simultaneamente longitudes sem latitude e longitudes com latitude. Por isso, esta regra é somente válida contra os que professam que um género é sempre numericamente um, opinião apenas sustentada pelos defensores das

ideias, pois da *longitude em si mesma* e do *animal em si mesmo* dizem ser um género [115].

É possível que, em alguns casos, ao definirmos, tenhamos necessidade de uma negação, por exemplo, para definir as privações: *cego* significa *que não tem vista enquanto naturalmente a deveria ter.* Aliás não há nenhuma diferença entre dividir o género por uma negação e dividir o género por uma afirmação tal, que ela tem necessariamente uma negação como termo oposto na divisão. Se, 144 a
por exemplo, definimos algo como uma longitude com latitude, pois o que tem latitude tem por termo coordenado na divisão o que não tem latitude, e nada mais, pelo que ainda aí o género se divide mediante uma negação. Há que ver ainda se aduzimos a espécie como se fosse uma diferença, ao modo dos que definem a contumélia como sendo *uma insolência acompanhada de irrisão*, pois a irrisão é uma espécie de insolência, de onde resulta que a irrisão não é uma diferença, mas uma espécie.

Além disso, vejamos se mencionámos o género como se fosse uma diferença, se dissemos, por exemplo, que *virtude é um hábito bondoso ou honesto,* pois o bem é deveras o género da virtude. Talvez aqui, *bem* não seja o género, mas a diferença, caso seja verdadeiro que a mesma coisa não se pode achar em

dois géneros que não se contém um ao outro; porque nem o bem contém o hábito, nem o hábito o bem, pois nem todo o hábito é um bem, nem todo o bem um hábito. Daqui se segue que estas duas noções não poderiam ser géneros e, portanto, se o hábito é o género da virtude, logo o bem não é género, mas diferença. Podemos acrescentar que o hábito exprime a essência da virtude enquanto o bem exprime, não a essência, mas uma qualidade. Ora, parece que a função da diferença é a de significar uma certa qualidade.

Cumpre ver ainda se a diferença aduzida significa, não uma qualidade, mas uma dada coisa singular, porque, na opinião comum, a diferença exprime sempre uma certa qualidade.

Também temos de analisar se a diferença predica o definido só por acidente, pois nunca a diferença deve considerar-se entre os predicados acidentais, por não ser possível que a diferença de algo predique e não predique simultaneamente esse algo.

Adiante: se a diferença, ou a espécie, ou uma das coisas subordinadas à espécie, for um predicado do género, não haverá definição. Nenhum destes termos é afirmável do género, porque o género é de todos eles o mais extenso. E também há que ver se afirmámos o género da diferença, pois parece que

o género se afirma, não da diferença, mas disso de que a diferença em si mesma é afirmada. *Animal* afirma-se de *homem,* de *boi* e de *outros animais pedestres,* e não da diferença em si mesma, a qual se afirma da espécie. Se quisermos que animal seja afirmado de cada uma das suas diferenças, *animal* será então afirmado múltiplas vezes da espécie, 144 b
porque as diferenças são afirmadas da espécie. Acrescento que as diferenças se dirão todas, já das espécies, já dos indivíduos, se forem ditas dos animais, porque cada animal é, já uma espécie, já um indivíduo.

De modo análogo examinemos se a espécie, ou um dos objectos situados dentro da espécie, é afirmada da diferença, o que é impossível, pois a diferença é mais extensa do que as espécies. Além disso, o resultado será o de que a diferença é uma espécie, se uma das espécies for dela afirmada, por exemplo: se homem for predicado à diferença, é claro que a diferença é homem. E também há que ver se a diferença não é anterior à espécie, já que a diferença deve ser posterior ao género, mas anterior à espécie.

Há que ver ainda se a diferença mencionada predica um género diferente, que não é, nem contido, nem continente, pois, de um modo geral, admite-se que a mesma diferença não pode predicar dois géneros, dos quais um

não contenha o outro, caso contrário a mesma espécie estará em dois géneros, dos quais um não contém o outro; cada diferença arrasta consigo mesma o seu próprio género, *pedestre* e *bípede* arrastam *animal.* Se cada um dos géneros for verdadeiro, também disso de que a diferença é verdadeira, segue-se que a espécie deverá estar em dois géneros que não se contém um ao outro. Ou talvez não seja impossível que a mesma diferença esteja em dois géneros dos quais um não contém o outro, mas temos de acrescentar: excepto quando os dois são eles mesmos subordinados de um mesmo género. É assim que *animal pedestre* e *animal alado* são géneros, em que um não contém o outro, sendo bípede a diferença entre eles. É portanto necessário acrescentar *excepto quando os géneros são eles mesmos compreendidos sob o mesmo género,* pois neste caso estão ambos subordinados a animal. É também claro que não é necessário que a diferença arraste todo o seu género próprio, dada a possibilidade de a mesma diferença pertencer a dois géneros, dos quais um não contém o outro; mas é necessário que ela arraste apenas um dos géneros, e, com ele, todos os que lhe são superiores, tal como *bípede* arrasta, ou *animal alado,* ou *animal pedestre.* É preciso ver ainda se aduzimos a existência em algo como sendo a diferença da

substância de um objecto, dado parecer que uma substância não difere de uma substância pelo lugar. É por este motivo que se condenam os que dividem animal pelos termos pedestre e aquático, visto que pedestre e aquático indicam apenas o lugar. Ou talvez que, nestes casos, a censura seja injustificada: *aquático* não significa *existência em*, nem um certo lugar, mas antes uma dada qualidade, pois, se o objecto se encontrar em seco, nem por isso é menos aquático, e o mesmo se diz de *animal pedestre* que, mesmo na água, será pedestre, e não aquático. Mas, sempre que a 145 a
diferença signifique *existência em,* é claro que se terá cometido um erro na definição.

Há que ver ainda se aduzimos como diferença uma afecção, pois toda a afecção, quando se torna mais intensa, destrói a substância, enquanto a diferença nunca se acha neste caso. A diferença mais parece, com efeito, salvaguardar isso de que é diferença, sendo absolutamente impossível a cada objecto existir independentemente da sua própria diferença — se não há pedestre, não haverá homem. Absolutamente falando, nenhuma coisa pode ter para a sua diferença algo a respeito do qual a alteração esteja sujeita, porque todas as coisas deste tipo, se não intensificadas, acabam por destruir a essência. Por conseguinte, se aduzimos alguma

diferença deste teor, cometemos um erro, porque não experimentamos qualquer alteração no que respeita às nossas diferenças.

Demais, cumpre examinar se aduzimos como diferença um termo relativo, uma diferença que não é por si mesma, porque as diferenças dos relativos são por si mesmas relativos, como também se verifica no caso da ciência. Esta última diz-se teorética, poética [116] e prática, e cada uma destas diferenças assinala uma relação: a ciência é a teoria de algo, a produção de algo, e a acção de algo.

Ainda importa ver se, na definição, expressámos cada um dos termos relativos a isso de que cada um é relativo por natureza. Enquanto em alguns casos o termo particular relativo só pode utilizar-se em relação com o seu natural, com exclusão de toda outra relação, noutros casos pode ser empregado em relação com outro objecto, por exemplo: a vista serve apenas para ver, enquanto a almofaça também pode servir para apanhar água. Contudo, se definíssemos *almofaça* como um instrumento de apanhar água, erraríamos, pois não é esse o seu uso natural. A definição do relativo natural de um objecto é a função natural daquilo em que o objecto seria utilizado pelo homem prudente, e em virtude da ciência própria a esse objecto.

Ou ainda, há que ver se, sempre que um

termo se acha em relação com vários, não o aduzimos na sua relação primeira, se definimos, por exemplo, prudência como sendo *a virtude do homem ou da alma,* e não como sendo *a virtude da faculdade racional da alma,* pois a prudência é em primeiro lugar a virtude da faculdade racional, só em relação a esta faculdade se dizendo que a alma e o homem se dizem ter a prudência.

Além disso, se o objecto, cujo termo definido foi considerado uma afecção, ou uma disposição, ou não importa qual outra determinação, não for susceptível de a receber, é porque errámos na definição. Toda a disposição e toda a afecção se produzem naturalmente no objecto de que é uma disposição ou uma afecção, tal como a ciência se produz na alma, sendo embora uma disposição da alma. Por vezes, enganamo-nos nos casos deste tipo, quando dizemos, por exemplo, que *o* 145 b
sono é uma impotência da sensação, a incerteza uma igualdade de juízos contrários, e *a dor uma separação violenta das partes naturalmente unidas.* De facto, o sono não é um predicado da sensação (embora o devesse ser, caso fosse uma impotência da sensação); e a incerteza também não é um predicado dos juízos contrários, nem a dor é um predicado das partes naturalmente unidas, pois os inanimados também teriam então dor, porque a

dor estaria neles presente. Tal é ainda a definição de saúde, quando dizemos ser uma harmonia dos elementos quentes e frios, porque então será necessário que os elementos quentes e frios possuam a saúde — a harmonia de cada objecto é, deveras, um predicado inerente aos objectos de que é harmonia, de modo que a saúde seria um predicado desses objectos. Por outro lado, sucede que os que definem deste modo aduzem o efeito pela causa, ou inversamente. A separação das partes naturalmente unidas não é uma dor, mas apenas uma causa de dor, nem tão pouco o sono é uma impotência da sensação, mas um é a causa da outra, porque, ou dormimos porque a sensação falece, ou a sensação falece porque dormimos. De igual modo, a igualdade entre os juízos contrários pareceria ser a vera causa da incerteza; raciocinando nos dois sentidos, todas as razões de uma parte e de outra nos parecem iguais, sendo então que ficamos na incerteza sobre a acção a empreender.

Além disso, cumpre prestar atenção a todos os períodos de tempo, e ver se, neste aspecto, não há qualquer discordância, se, por exemplo, definimos *imortal como um vivente presentemente incorruptível,* pois o vivente presentemente incorruptível só presentemente será imortal. Ou talvez suceda, neste caso,

que a consequência não se segue, em virtude da ambiguidade da expressão *presentemente incorruptível,* que pode significar, ou que a coisa não foi presentemente destruída, ou que não pode ser presentemente destruída, ou que é presentemente tal, que nunca pode ser destruída. Quando dizmos que um vivente *é presentemente incorruptível,* queremos significar que é presentemente um vivente tal, que é de natureza a jamais ser destruído; ora, tanto significa que é imortal, pelo que daí não resulta que seja imortal somente no momento presente. Todavia, se suceder que o que foi dado na definição pertence apenas ao presente ou ao passado, então isso que é significado pelo nome é-lhe estranho, e não haveria identidade [117].

Há, pois, que servirmo-nos deste lugar, tal como dissemos.

7

É preciso verificar ainda se há outra forma de exprimir mais correctamente a natureza do definido do que a definição formulada; é o caso, por exemplo, quando definimos justiça como *a faculdade distributiva da igualdade.* Ora, *justo* significa mais *o homem que quer, livremente, distribuir a igualdade,* do que o *homem que só tem essa possibilidade,* de modo que a justiça não seria a facul-

dade distributiva da igualdade, pois nesse 141
caso também o homem mais justo seria o homem que possuísse maior capacidade de distribuir a igualdade.

Também importa ver se o objecto é passível de *mais,* enquanto o que consta da definição não é disso passível, ou, na inversa, o que consta da definição é passível de *mais,* enquanto o objecto não é tal. Cumpre que o objecto e a definição sejam ambos susceptíveis de mais, ou que nenhum deles o seja, caso seja verdadeiro que o constante da definição é idêntico ao objecto. Mais, vejamos se, embora objecto e definição sejam suceptíveis de *mais,* o seu aumento não é simultâneo, como quando definimos, por exemplo, amor concupiscente como sendo *o apetite do amor concubino,* porque, no real, o que ama mais não tem um desejo mais intenso de união carnal, pelo que estas duas coisas não aumentam ao mesmo tempo, e, contudo, seria necessário que aumentassem, caso houvesse identidade de definição e de definido.

De resto, dados dois objectos, cumpre ver se, a esse cujo definido é passível de *mais,* demos uma definição susceptível de *menos,* se, por exemplo, definimos o fogo como sendo o corpo composto das partículas mais finas. De facto, a chama é mais fogo do que a luz, mas a chama é menos do que a luz composta

das mais finas partículas; ora, seria necessário que a definição e o definido pertencessem ambos ao mesmo objecto, caso seja verdade haver identidade entre os dois. E mais, temos de ver se, definido e definição, um se aplica no mesmo grau aos dois objectos propostos, enquanto outro não se aplica aos dois no mesmo grau, mas antes mais a um do que a outro.

Há que ver ainda se formulámos a definição relativamente a dois objectos em separado, por exemplo, se definimos belo como o *agradável à vista ou ao ouvido*, e ser *o que é capaz de sofrer ou de agir*. O mesmo objecto será então simultaneamente belo e não belo, e, do mesmo modo, será ao mesmo tempo ser e não-ser. O que é agradável ao ouvido será idêntico ao belo, pelo que o não-agradável ao ouvido será idêntico ao não-belo; com efeito, os opostos dos idênticos também são idênticos, e o oposto de belo é o não-belo, enquanto que o agradável ao ouvido tem como oposto o não agradável ao ouvido, e, por isso, vemos que há identidade do não-agradável ao ouvido com o não-belo. Se, portanto, um objecto for agradável à vista e não ao ouvido, ele será ao mesmo tempo belo e não-belo. Mostraremos de modo análogo que o mesmo objecto tanto é ser como não-ser [118].

Além disso, quanto aos géneros, às diferenças e a todos os demais termos enunciados na definição, poremos as definições no lugar dos nomes, e veremos se há alguma discordância.

8

Se o termo definido for um relativo, ou em si mesmo, ou em virtude do género, cumpre ver se não indicámos, na definição, como devíamos, isso de que é relativo, já em si mesmo, já em virtude do género; se, por
146b exemplo, definimos ciência como *um juízo irrefutável*, ou *vontade como um desejo sem dor*. A essência de todo o relativo é ser relativo a outro, e já dissemos que todo o ser de cada relativo só consiste em se achar numa dada relação. Seria preciso, então, dizer que ciência *é um juízo do cognoscível*, e vontade *um desejo do bem*. De igual modo, se definimos Gramática como *a ciência das letras*, pois era necessário formular, na definição, já isso a que o termo definido em si mesmo é relativo, já, pelo menos, isso de que o seu género é relativo. Mais, vejamos se cometemos o erro de não enunciar um termo relativo em relação ao seu telos [119], pois o telos é, em cada caso, o que há de melhor, ou isso em vista do que todo o demais é. É portanto necessário indicar o melhor elemento ou o

elemento último e dizer, por exemplo, que o apetite é o apetite, não do agradável, mas do prazer, pois é em vista deste que também procuramos o agradável.

Também há que ver se isso a que referimos o termo é uma geração, ou uma acção, pois nenhuma destas coisas é um fim. O que é um fim é o termo da acção e da geração, mais do que a acção e a geração em si mesmas. Ou talvez que esta regra não seja sempre verdadeira, pois a maioria dos homens prefere o deleite ao fim do deleite, pelo que se considera como fim mais a acção em si mesma do que o seu fim.

Por outro lado, em certos casos, é preciso ver se omitimos a distinção de quantidade, ou de qualidade, ou de lugar, ou das outras diferenças, por exemplo: quanto ao ambicioso, da quantidade e da qualidade das honras desejadas, pois como todos os homens desejam honras, segue-se que não basta designá-los de ambiciosos, mas cumpre acrescentar as diferenças que acabámos de mencionar. O mesmo para o cúpido, é preciso dizer a quantidade de riqueza que deseja, ou, do incontinente, de que prazeres ele é tal; pois, o que se entrega a qualquer espécie de prazer, não é designado por incontinente, mas apenas o que se entrega a uma determinada espécie de prazer. Também é o caso,

quando definimos a noite como uma sombra sobre a terra, o terramoto como um movimento da terra, a nuvem como uma condensação do ar, ou o vento como um movimento do ar. É também preciso dizer a quantidade, a qualidade, o lugar e a causa. Igual observação quanto aos casos análogos: quando se omite uma diferença, seja ela qual for, não se consegue indicar a quididade do objecto. E importa orientar o ataque contra o que se acha omisso na definição — um movimento da terra, compreendido independentemente da sua natureza e da sua amplitude, não será um terramoto; um movimento do ar, com omissão da sua natureza e da sua amplitude, também não será vento.

No caso dos desejos, é preciso ver se cometemos a omissão da palavra *aparente*, e o mesmo se diz dos demais casos em que isto se aplica; se dissemos, por exemplo, que
147 a vontade *é um desejo do bem*, ou apetite *um desejo do agradável*, sem indicar que nos referimos ao *bem* ou ao *prazer aparente*. Muitas vezes, quando se deseja, não se liga ao bom ou ao agradável, de modo que não é necessário que o objecto seja bom ou agradável, bastando que pareça tal. Também devíamos formular a definição observando este limite. Por outro lado, mesmo se o termo em causa foi acrescentado à definição, cumpre

trazer a terreiro as ideias do opositor, que sustenta a existência das ideias. Não há, com efeito, ideia de nada disso que é aparente, antes parece que a ideia se diz sempre em relação a uma ideia, por exemplo: o apetite em si mesmo é o do agradável em si mesmo, e a vontade em si mesma do bem em si mesmo; não podem, portanto, ter como objecto um bem aparente, nem um prazer aparente, pois a existência de um bem absolutamente *aparente* ou de um prazer absolutamente *aparente* é um absurdo.

9

Além disso, se a definição tiver por objecto o hábito, é preciso considerar o sujeito que o possui; e se a definição é a do sujeito que possui o hábito, é preciso considerar o hábito. E o mesmo se diz dos outros casos deste género. Se o agradável, por exemplo, for idêntico ao útil, também um homem que sente prazer extrai utilidade. Numa palavra, nas definições deste modelo, sucede, ao que define, definir numa certa acepção vários objectos em vez de um só; definindo a ciência, definimos também de certo modo a ignorância e, paralelamente, ainda *sábio* e *ignorante*, e ainda *saber* e *ignorar*. De facto, esclarecido o primeiro termo, também o resto de algum modo se esclarece. Portanto, é preciso evitar,

em todos os casos deste género, qualquer discordância, para tanto nos servindo dos princípios elementares extraídos da consideração dos termos contrários e dos termos comprendidos em uma mesma série.

No caso dos termos relativos, é preciso ver se a espécie se formula como relativa à espécie da qual o género em si mesmo é relativo. Se, por exemplo, a crença for relativa ao objecto da crença, cumpre ver se uma dada crença é relativa a um dado objecto de crença; e se o múltiplo é relativo ao submúltiplo, cumpre ver se um dado múltiplo é relativo a um dado submúltiplo; se estas relações não forem enunciadas, é evidente que errámos na definição.

Cumpre ver ainda se o oposto do termo tem definição oposta, isto é, se a definição de metade é o oposto da definição de dobro, pois se o dobro é o que ultrapassa uma quantidade igual, a metade é o que é ultrapassada por um quantidade igual. Dos contrários, a regra é a mesma: ao termo contrário aplicar-se-á a definição contrária, segundo um dos modos da composição dos contrários. Se útil, por exemplo, é *o que produz o bem*, daninho *é o que produz o mal* ou *o que destrói o bem*, pois uma destas últimas expressões
147 b é necessariamente o contrário do termo inicial. Se nem uma nem outra for o contrário

do termo inicial, é claro que nenhuma das definições formuladas em último lugar seria a definição do contrário do termo inicialmente definido; logo, a definição inicial não foi correctamente formulada. E como, em certos contrários, um só é designado pela privação do outro, como, por exemplo, a desigualdade parece ser a privação da igualdade — pois se chamam desiguais as coisas que não são iguais — é evidente que o contrário designado em função da privação deve ser necessariamente definido pelo outro, enquanto o outro não é definível pelo termo designado segundo a privação, pois nesse caso sucederia que, cada um deles, seria conhecido pelo outro. Portanto, é preciso ter cautela, nos casos dos termos contrários, para evitar um erro deste quilate, definindo, por exemplo, igualdade como *o contrário de desigualdade*, pois isso significa definir em função do termo que designa a privação. Além disso, se assim definirmos, seremos obrigados a servir-nos do próprio definido na definição, e isto é evidente se ao nome substituirmos a definição. Dizer *desigualdade* nada difere do dizer *privação de igualdade*; assim definida, igualdade será o contrário de privação da igualdade, pelo que teremos utilizado o próprio termo que tínhamos de definir. Admitamos que nenhum dos dois contrários é designado

pela privação, mas que, no entanto, a definição é formulada tal como antes; se, por exemplo, definimos bem como *o contrário do mal*; então, como é evidente que o mal também será o contrário do bem (pois a definição dos objectos deste modo contrários deve formular-se do mesmo modo), o resultado será, ainda aqui, que utilizamos o próprio definido; porque o bem acha-se contido na definição do mal. Se, portanto, o bem é o contrário do mal, e se o mal não difere do contrário do bem, o bem será o contrário do contrário do bem. Vemos, pois, como nos servimos do próprio termo a definir.

Por outro lado, cumpre ver se, aduzindo o termo designado segundo a privação, omitimos o termo de que ele é privação, isto é, o hábito, ou o contrário, ou qualquer outro objecto de que ele é privação; e ainda, se omitimos a junção do termo no qual a privação é natural, já não juntando qualquer termo, já não juntando o sujeito primeiro, no qual a privação ocorre por natureza. É o caso, por exemplo, se, ao definirmos ignorância como *uma privação*, não dissemos que é uma privação de sabedoria; ou se não juntámos o sujeito no qual ela se produz por natureza; ou se, mesmo juntando o sujeito, não juntámos o sujeito primeiro no qual ela tem lugar: se dissemos, por exemplo, que ela está,

não na faculdade racional da alma, mas no homem, ou na alma. Se faltámos a alguma destas regras, errámos. O mesmo acontece, se não dissemos que a cegueira é uma privação da vista num olho, pois, para definir correctamente, é preciso dizer ao mesmo 148 a
tempo de que é privação, e qual é o sujeito desta privação.

Cumpre ver ainda se definimos pela privação um termo que não se diz segundo a privação, por exemplo: no caso da ignorância, um erro deste tipo se crê geralmente se comete quando se julga que a ignorância não é uma simples negação. O sujeito que não detém a ciência não ignora, ao que parece; antes é o que se enganou. Eis porque não dizemos, nem dos inanimados, nem das crianças, que se enganam. A ignorância não deve, por isso, formular-se segundo a privação da ciência [1-0].

10

Vejamos também se as inflexões semelhantes à definição concordam com as inflexões semelhantes do nome definido; se, por exemplo, *útil* significa produtivo de saúde, *utilmente* significa *produtivamente de saúde*, tendo sido útil o que produziu a saúde.

É preciso examinar ainda se a definição indicada também será aplicável à ideia. Em

certos casos, esta equivalência não se verifica, por exemplo: quando Platão adita o termo mortal à definição de animais, porque a ideia, por exemplo, homem em si mesmo, não pode ser mortal, pelo que a definição não é aplicável à ideia. Absolutamente falando, sempre que se juntem os termos *capaz de agir* ou capaz de *ser agido*, há necessariamente discordância da definição com a ideia, porque para os que professam o ser das ideias, elas são, ao que parece, apáticas e imóveis. É contra estes teóricos que, mesmo os argumentos deste género, são úteis. Quanto ao mais, temos de ver se, nos termos utilizados por homonímia, formulámos uma só definição comum a todos os significados. Porque só os termos sinónimos têm uma só definição da sua comum denominação; logo, a definição formulada não se adequa a nenhum dos termos contidos no termo homónimo, pois ela aplica-se de igual modo a tudo quanto se acha compreendido neste termo. Ora, é este o vício da definição que Deniz [121] enunciou da vida, ao dizer que ela é um movimento de um género de seres nutrível, congenitamente presente nele. Este carácter não se aplica mais aos animais do que às plantas, enquanto a vida, ao que parece, não tem um só significado, mas é uma nos animais, e outra nas plantas. Talvez se queira delibera-

damente formular a definição daquele modo, considerando que a vida é um termo sinónimo, e sempre utilizado para significar uma só espécie de objectos; mas também pode acontecer que, mesmo percebendo a homonímia, e desejando formular uma definição de um só dos dois significados, não nos apercebamos que formulámos uma definição inadequada ao significado que nos propúnhamos definir, mas que é comum a ambos os significados. Seja como for, cometemos erro. E como, por vezes, os termos homónimos escapam à atenção, importa que o que interroga deles se sirva como se fossem sinónimos, porque a definição de um dos significados não será aplicável ao outro, de modo que o que responde não dará a impressão de o ter definido como convém, porque o termo sinónimo deve ser aplicável a tudo quanto ele compreende, enquanto que o que responde deve, pelo contrário, distinguir os diferentes significados do termo. Além disso, como alguns dos respondentes, por um lado chamam *homónimo* ao *sinónimo*, quando a definição não se adequa a tudo o que se acha contido no definido, e, por outro lado, chamam sinónimo o que realmente é homónimo, quando a definição se aplica aos dois significados do termo, então, nestas condições, cumpre acordar previamente com o opositor estes 148 b

pontos, ou, se não for possível, demonstrar previamente que o termo é homónimo, ou sinónimo, conforme o caso. O acordo é mais fácil, quando não se prevê a consequência. Se, no entanto, não se obteve qualquer acordo, e se pretende que o realmente sinónimo é homónimo, embora a definição não se adeque ao segundo significado, cumpre ver se a definição do segundo significado se adequa também aos restantes significados; se assim for, é evidente que este significado deve ser sinónimo dos restantes, caso contrário haveria várias definições desses restantes significados, pois se lhes aplicam duas definições diferentes, para a explicação do termo, a formulada antes e a formulada depois.

Por outro lado, se, ao definir um termo compreendido em várias acepções, a definição não se aplica a todas elas, o opositor pretendesse, não que o termo é homónimo, mas que o nome não se aplica adequadamente a todas as acepções, precisamente porque não faz a sua definição, nesse caso cumpre replicar a tal opositor que, embora em certos casos não nos devamos exprimir vulgarmente, temos, não obstante, de nos servir da terminologia tradicional e comum, não transtornando os significados de tal maneira.

11

Caso tenhamos formulado uma definição de um termo complexo, cumpre tomar em separado a definição de um dos elementos do termo complexo, e verificar se o resto da definição define o resto do termo; caso contrário, é claro que a totalidade da definição também não define o termo total. Por exemplo: se definimos *linha recta* como *o limite de um plano limitado em que o centro está no alinhamento dos extremos*; e se a definição de *linha finita* é o ela ser *o limite de um plano finito*, o resto, isto é, isso cujo centro está no alinhamento dos extremos, deve ser a definição de recto. Ora, a linha infinita não tem centro nem limites, e por isso é recta. Logo, este resto não define o resto do termo.

Além disso, quando o termo definido é uma noção composta, cumpre ver se a definição é formada de tantos elementos como o definido. Dizemos que uma definição é formada de tantos elementos como o definido, quando o número de elementos compreendidos no definido é igual ao número de nomes e de verbos compreendidos na definição; em casos deste género, é inevitável que haja simples troca de termo a termo, seja para todos os termos, seja de alguns pelo menos, pois não

149 a se utilizam mais termos agora do que antes. Quando se define, é necessário que os termos sejam dados por frases, de preferência todos, senão a maior parte; porque, deste modo, até os termos simples poderiam ser definidos por uma simples troca de nome, pondo, por exemplo, *manto* em lugar de *capa.*

O erro é ainda mais grave quando se substituem os termos primeiros por termos menos comuns, se, por exemplo, em vez de *homem branco* dissemos *mortal cândido*; aí não definimos e, de facto, esta expressão é menos clara.

Também cumpre ver se, na comutação dos termos, o significado não é o mesmo, por exemplo: se definimos *ciência teorética* como uma *concepção teorética*, porque a concepção não é o mesmo que ciência, como o deveria ser, se o todo devesse também ser o mesmo, pois ainda quanto o termo teorético é comum a ambas as expressões, não obstante, o resto é distinto.

Na mutação de um dos termos, cumpre ver se mudámos o género e não a diferença, como no exemplo acabado de dar, porque o termo *teorético* é menos conhecido do que o termo *ciência*, visto que este último é o género e o outro a diferença, e de todos os termos o mais conhecido é o do género. Por conseguinte, o que seria necessário mudar não

é o género, mas a diferença, por ser menos conhecida. É verdade que se poderia considerar ridícula a nossa repreensão. Nada obsta, com efeito, a que a diferença não se exprima pelo termo mais conhecido, e não pelo género; seja como for, é evidente ser do género, e não da diferença, que cumpre mudar o nome. Se, todavia, substituímos ao nome, não apenas um nome, mas toda uma expressão, é claro que é mais da diferença que do género que a definição é dada, porque a diferença é menos conhecida do que o género.

12

Caso hajamos dado a definição da diferença, temos de ver se a definição enunciada é também comum a algum outro objecto, por exemplo: quando dissemos que *o número ímpar é um número com um termo médio*, é necessária uma definição ulterior, pela qual ele tem um *termo médio*, porque o termo *número* é comum às duas expressões, e a frase foi posta aqui em vez do termo ímpar. Ora, uma linha e um corpo têm um médio e, no entanto, não são ímpares, pelo que aquela não seria a definição de ímpar. Se, por outro lado, a expressão *com um termo médio* apresenta vários significados, temos de definir qual é, neste caso, o significado de *com*

um termo médio. Daqui resultará, ou repreensibilidade da definição formulada, ou a prova de que não se deu qualquer definição.

Depois, há que ver se, isso cuja definição se formulou, é entre as coisas que são, embora o conteúdo sob a definição não seja entre as coisas que são, se, por exemplo, definimos *branco* como sendo *uma cor mesclada com o*
149 b *fogo.* É deveras impossível que um incorpóreo se misture com um corpo, de modo que não poderia haver uma cor misturada com o fogo, enquanto o branco existe de verdade.

Por outro lado, sempre que, no caso dos relativos, não distinguimos com rigor isso de que cada objecto é relativo, e englobamos este correlativo num grande número de objectos, equivocamo-nos, ou total, ou parcialmente, por exemplo: se afirmámos que *medicina é a ciência do que é.* Se Medicina não for ciência do que é, logo é evidente que o erro é total; se, pelo contrário, for a ciência de algo de real, mas não de outra qualquer coisa, o erro é parcial, porque Medicina deve ser ciência de tudo o que é, caso entendamos em si, e não por acidente, a ciência do que é. O mesmo ocorre com os demais relativos, pois todo o objecto de ciência é um termo relativo à ciência. E o mesmo ocorre quanto aos outros relativos, pois os relativos são todos convertíveis. Se o modo correcto de

enunciar a definição de algo é expressá-la tal como esse algo é, não em si mesmo, mas por acidente, então cada um dos termos relativos e todos eles se utilizariam em relação, não a um só objecto, mas a múltiplos, pois nada obsta a que o mesmo objecto seja simultaneamente real, e branco, e bom, de modo que relacionar o objecto com uma qualquer das suas determinações, constituiria uma definição verdadeira, caso a definição por acidente fosse a boa definição. Acrescento ser impossível que uma tal definição seja adequada ao termo aduzido, porque, já a Medicina, já a maior parte das outras ciências, se dizem em relação ao que é, pelo que cada uma das ciências é a ciência do que é. Temos, por conseguinte, que uma definição deste modo não é definição de nenhuma ciência, importando que a definição seja própria do definido, e não comum a outros.

Por vezes definimos, não o objecto, mas o objecto em condições boas, ou em perfeito estado; são estas as definições de *retórico* e de *ladrão,* quando definimos o retórico como *o que é capaz de inteligir o que é mais persuasivo em todas as circunstâncias, sem nada omitir,* e ladrão *como o que rouba em segredo*; é claro que, sendo ambos assim definidos, um será o bom retórico e outro o bom ladrão, embora na verdade o ladrão seja, não

o que rouba em segredo, mas o que deseja roubar em segredo, que é ladrão.

Ainda assim, cumpre ver se expressámos o que é desejável em si mesmo, em vez do que o desejável produz ou faz, ou, de um modo geral o definimos como o desejável por causa de outra coisa; se dissemos, por exemplo, que *justiça é a salvaguarda das leis,* ou *sabedoria a causa da felicidade* — pois o que produz ou salvaguarda inclui-se no desejável por outra coisa. No entanto, não é menos defeituoso o definir assim o que é desejável em si mesmo, pois o melhor de cada objecto acha-se na sua essência, e é melhor uma coisa ser desejável em si mesma, do que ser desejável por outra coisa, de modo que este predicado é o que a definição deve de preferência conter.

13

150 a Há que olhar ainda a se, ao enunciarmos uma definição, definimos o objecto como sendo *isto e aquilo,* ou como sendo um produto *de isto e daquilo,* ou como sendo *isto mais aquilo.*

Se definimos como *isto e aquilo,* sucederá que a definição será verdadeira de ambos ao mesmo tempo, mas não será verdade de um separado do outro, se, por exemplo, definimos

justiça como sendo *temperança e coragem*. Supondo dois homens, se cada um deles possuir somente um destes predicados, ambos serão justos e nenhum deles o será, porque os dois assumidos em conjunto possuem a justiça e, assumidos em separado, nenhum deles a possui. Ainda quando o que acabamos de dizer não pareça, até certo ponto, totalmente absurdo, porque de facto se dão também outros casos deste tipo — já que é completamente possível que dois homens tenham uma mina entre eles, embora nenhum deles por si mesmo a tenha — contudo, pelo menos, parece totalmente absurdo que possam deter predicados contrários. E, não obstante, é o que acontecerá, se um destes homens possuir a temperança e a cobardia, e o outro a coragem e a intemperança, pois, neste caso, ambos possuirão a justiça e a injustiça; se justiça é temperança e coragem, injustiça será cobardia e intemperança. De uma forma geral, os argumentos destinados a provar que o todo não é idêntico às suas partes, podem ser utilizados em vista da presente discussão, porque, ao definirmos desta maneira, parecemos dizer que as partes são idênticas ao todo. Estes argumentos são deveras adequados aos casos em que a unificação das partes é evidente, como acerca de uma casa, ou de outra coisa deste género; aí, de facto, é claro que

nada obsta a que as partes sejam sem que o todo seja, de modo que as partes não se identificam com o todo.

Todavia, se dissemos que o definido é, não isto e aquilo, mas o produto *disto e daquilo,* temos de ver, antes de mais, se não há uma objecção natural à produção de um só objecto por estes termos; com efeito, algumas coisas acham-se relacionadas umas com as outras de tal modo, que delas nada se produz, por exemplo, uma linha ou um número. Por outro lado, temos de ver se o definido se encontra, por causa da sua natureza, num só sujeito primeiro, embora os termos dos quais dizemos ele provir não se achem num só sujeito primeiro, sendo, cada um deles, num sujeito distinto. Nesse caso, é evidente que o definido não derivaria destes termos, pois onde as partes estão, também é o todo, pelo que o todo se acharia, não em um só sujeito primeiro, mas em vários. Se, por outro lado, as partes e o todo se acham ao mesmo tempo num só sujeito primeiro, temos de ver se este sujeito não é o mesmo, mas se é outro para o todo, e outro para as partes. Há ainda que ver se as partes se destroem com o todo, porque, inversamente, tem de acontecer que, destruídas as partes, o todo se destrói também, mas se o todo for destruído, não há necessidade de que as partes sejam destruí-

das. Mais, cumpre ver se o todo é bom ou mau, embora as partes não sejam, nem boas, nem más; ou, na inversa, se as partes são boas ou más, embora o todo não seja, nem bom, nem mau. Não é possível que, de coisas nem boas nem más, derive algo de bom ou de mau, nem que, de coisas boas ou más, derive algo que nem é bom nem mau. Mais, 150 b
temos de ver se, caso um dos elementos seja melhor, outro é pior, o que deriva destes elementos não é, contudo, também ele, melhor do que pior. Por exemplo, é o caso, quando definimos a impudícia como produto *da coragem e da pseudo opinião.* Aqui, *coragem* é melhor do que *pseudo opinião é pior,* por conseguinte, seria também necessário que o produto de ambas seguisse a espécie do melhor e fosse absolutamente bom, isto é, melhor do que pior. Podemos dizer que esta consequência só é necessária se cada uma destas qualidades for em si mesma boa ou má, porque muitas coisas que produzem outras não são boas em si mesmas, mas apenas quando compostas com outras; na inversa, cada coisa tomada em separado não pode ser boa, e, composta com outras, má, ou nem boa, nem má. Quanto dissemos é evidente em casos como a saúde e a doença; alguns remédios actuam de tal modo, que cada um deles tomado em separado é bom,

mas, sendo administrados em conjunto, são maus.

Por outro lado, cumpre ver se o todo, derivado de um elemento melhor e de um elemento pior, não é pior do que o melhor, e melhor do que o pior. Podemos dizer que isto não acontece necessariamente, a não ser que os elementos de que o todo se compõe sejam bons em si mesmos; de outro modo, nada obsta a que o todo não seja bom, como nos casos acabados de mencionar.

Além disso, cumpre examinar se o todo é sinónimo de uma das suas partes, pois não o deve ser, como também no caso das sílabas, em que a sílaba nunca é sinónimo de nenhuma das letras de que se compõe.

Depois, temos de ver se omitimos a indicação da forma de composição, pois não basta, para dar algo a conhecer, mencionar os elementos de que procede. De facto, a essência de cada composto não consiste apenas nos elementos de que se compõe, mas também no modo pelo qual estes elementos se reúnem, como vemos no exemplo de uma casa: não há casa, se não levarmos em conta o modo pelo qual os materiais são combinados.

Se definimos algo como sendo *isto mais aquilo,* temos de começar por dizer que isto mais aquilo é o mesmo que *isto e aquilo* ou

o produto *disto e daquilo;* com efeito, dizer *mel mais água* é dizer *mel e água,* ou o *produto de mel e água,* por conseguinte, se admitimos que *isto mais aquilo* é idêntico a qualquer uma das outras duas expressões, as mesmas objecções que indicámos atrás serão também aplicáveis neste caso. A seguir, depois de termos distinguido os diferentes significados, segundo os quais dizemos uma coisa mais outra coisa, temos de ver se não podemos dizer isto mais aquilo em nenhum dos significados. Por exemplo: se a expressão *uma coisa mais outra coisa* significar que elas são, já num mesmo sujeito capaz de as receber (como a justiça e a coragem pela alma) já no mesmo lugar, já no mesmo tempo, e se nenhum destes significados for verdadeiro para os termos em causa, é evidente que a definição enunciada não seria aplicável, pois não há maneira de podermos dizer *isto mais aquilo.* Mas se, entre os diferentes significados acima distinguidos, for verdadeiro que cada 151 a
um dos termos se acha ao mesmo tempo que o outro, temos de ver se um e outro não se dizem relativamente ao mesmo, como no caso, por exemplo, de definirmos *coragem como uma audácia do mais recto juízo.* É possível, na verdade, que possuamos audácia no roubo e recto juízo sobre os remédios; mas ainda não somos corajosos quando possuí-

mos, ao mesmo tempo, a primeira qualidade sem a segunda. Além disso, mesmo se estas qualidades se afirmarem ambas em relação ao mesmo, por exemplo, em relação aos remédios (pois nada obsta a que não haja simultaneamente audácia e recto juízo nos remédios) nem por isso se é corajoso quando possuímos uma mais a outra. As duas qualidades não devem referir-se a um objecto ocasional idêntico, e também cada um deles não deve referir-se a um objecto distinto; antes devem referir-se ao próprio escopo da coragem, aos perigos de guerra, por exemplo, ou a qualquer outra coisa que, propriamente falando, seja mais o seu fim.

Algumas das definições desta forma não se enquadram de modo nenhum nesta classificação, por exemplo, se definimos *ira como uma tristeza acompanhada do sentimento de desprezo.* O que esta definição quer dizer é que é devido a um sentimento deste tipo que a tristeza se produz; mas dizer que algo se produz por causa de outra, não significa dizer uma mais outra, em nenhum dos sentidos acima indicados.

14

Além disso, se descrevemos o todo como a composição das suas partes, por exemplo,

um animal como uma composição de alma e de corpo, temos de ver em primeiro lugar se omitimos referência à forma da composição; se, por exemplo, definimos *carne* ou *osso* como *uma composição de fogo, de terra e de ar*. Não basta dizer que isto é uma composição, temos de dizer que espécie de composição; porque estes elementos não formam a carne sem ter em conta o modo da sua composição, mas que, quando se combinam de um modo formam a carne, de outro modo o osso. Parece, aliás, que nenhum destes mencionados compostos é idêntico a uma composição, pois toda a composição tem por contrário uma decomposição, embora nenhuma das coisas mencionadas tenha contrário. Além disso, se for igualmente provável que todo o composto é uma composição, ou que nenhum deles é, e que toda a espécie de seres vivos, mesmo sendo um composto, não é uma composição, nesse caso nenhum dos outros compostos seria também uma composição. Por outro lado, se os contrários podem predicar qualquer sujeito em virtude da sua natureza, e se o objecto só foi definido por um dos dois, é claro que o objecto não foi definido. De outro modo, o mesmo objecto teria várias definições; que motivo haveria para preferir a definição por um dos contrários à definição pelo outro, caso ambos se achem, de igual

modo, predicando o mesmo sujeito? Esta é
151 b a definição de alma, quando a definimos como *uma substância capaz de adquirir ciência,* visto que também é capaz de adquirir ignorância.

Ainda assim, quando não se possa atacar a totalidade da definição, por não se conhecer a sua totalidade, temos de atacar pelo menos uma das suas partes, caso a conheçamos e caso vejamos que não foi correctamente formulada. Uma vez destruída a parte, toda a definição fica também destruída. Sempre que as definições são obscuras, temos, em primeiro lugar, de as corrigir e de as reformular para esclarecermos qualquer aspecto e extrair daí apoio para as atacar, procedendo então à sua análise. O que responde deve necessariamente, ou aceitar o que lhe é proposto pelo que questiona, ou explicar-lhe com clareza tudo o que a sua definição pode significar. Tal como nas assembleias é costume, quando se propõe uma nova lei, abrogar a anterior se a nova for melhor, assim temos de proceder também quanto às definições, propondo nós mesmos uma outra; se ela parecer melhor e melhor exprimir o objecto a definir, então a definição anterior será preterida, por não poder haver várias definições do mesmo objecto.

Ao combater as definições, o princípio

nunca desdenhável é o de atinar por si mesmo, com rigor, uma definição do objecto em causa, ou adoptar uma definição já correctamente enunciada, pois temos necessariamente, e como que contemplando um modelo, de entender simultaneamente os elementos que faltam na definição, e o que foi inutilmente acrescentado; de forma que, assim, ficamos melhor providos de argumentos para a refutação.

Quanto ao que às definições se refere, seja isto suficiente.

LIVRO VII

1

Se duas coisas forem idênticas ou diferentes, na máxima das acepções indicadas para o termo *idêntico* (e dissemos que idêntico [122], na acepção superior, se diz do que é uno em número) é questão a examinar mediante os seus casos, os seus conjugados e os seus opostos. Se *justiça* é idêntica a *coragem*, também *justo* é idêntico a *corajoso*, e *justamente* a *corajosamente*. E o mesmo vale para os opostos: se esses termos são idênticos, também os respectivos opostos são idênticos, seja qual for a espécie de oposição considerada. De facto, pouco importa que aduzamos o oposto de um ou de outro, pois que eles são idênticos. A análise deve fazer-se ainda a partir
52 a dos factores de produção ou de destruição dos objectos considerados, da sua geração e da sua destruição [123], e, de um modo geral,

de tudo quanto se refere de modo análogo a cada um deles. Quando os objectos são simplesmente os mesmos, as respectivas gerações e corrupções são também as mesmas, e bem assim os factores de produção e de destruição.

Também há que ver, quando um dos dois objectos em causa se diz ser um objecto qualquer em grau superlativo, se outro destes mesmos objectos também é dizível, sob o mesmo ponto de vista, no grau superlativo. É por esta forma que Xenócrates demonstra como a vida eudemónica e a vida virtuosa são o mesmo, porque, de todas as vidas, a virtuosa é a mais desejável, o mesmo se dizendo da vida feliz, pois a expressão *o mais desejável* se aplica a uma só coisa, pois equivale a dizer *o maior*. E o mesmo sucede nos outros casos deste tipo. Com efeito, cada uma das coisas qualificadas de *o maior* ou de *o mais desejável* são uma em número. Senão, não teremos demonstrado ser a mesma, pois de os peloponésios e de os lacedemónios serem os mais corajosos dos gregos, não se segue necessariamente que os peloponésios sejam o mesmo que os lacedemónios, visto não haver unidade numérica, nem de peloponésios, nem de lacedemónios; o que de facto se segue, apenas, é que um dos termos deve ser compreendido sob o outro, como os lacedemónios sob os peloponésios, isto é: se um des-

tes povos não for compreendido sob o outro, sucederá que eles serão reciprocamente os melhores, tanto um como o outro. Os peloponésios são então necessariamente melhores que os lacedemónios, porque um destes povos não se acha compreendido sob o outro; porque eles são melhores que todos os outros; e, por sua vez, os lacedemónios são também necessariamente melhores que os peloponésios, pois são, também eles, melhores que todos os outros; pelo que, neste caso, cada um destes povos será reciprocamente melhor do que o outro. Vemos, por isso, que o que se diz *o melhor*, *o maior*, deve ser um em número, caso desejemos demonstrar a identidade dos termos. É por isso também que a demonstração de Xenócrates é inconsequente, pois não há unidade numérica de vida feliz e de vida virtuosa, pelo que não se segue necessariamente, por ambas serem as mais desejáveis, que sejam o mesmo, mas apenas que uma se acha compreendida sob a outra.

Cumpre ainda ver se, ao supormos que uma de duas é a mesma que uma terceira, a outra é também a mesma que esta terceira, pois se as duas não forem as mesmas desta mesma, então também não são as mesmas entre elas.

Além disso, as duas coisas devem ser vistas com base nos acidentes, ou com base nas

coisas de que são acidentes, porque tudo o que é acidente de uma deve também ser acidente de outra; e as coisas que uma delas predica por acidente, devem também ter a outra por acidente. Se, num destes casos, houver discordância, é porque, obviamente, as coisas consideradas não são idênticas.

Mais, temos de ver se as duas, em vez de pertencerem a uma só categoria, significam uma, a qualidade, e a outra, a quantidade, ou
152 b a relação. Há ainda que ver se o género de cada uma delas não é o mesmo, mas se o género de uma é *boa* e o de outra *má*, ou de uma *virtude* e de outra *ciência*; ou ainda, se o género é o mesmo, enquanto as diferenças predicadas de cada uma delas não são as mesmas, diferenciando-se uma, como ciência teorética, e outra, como ciência prática. E assim sucessivamente.

Quanto ao grau *mais*, temos de ver se uma das coisas é capaz de *mais*, e outra não, ou se ambas admitem aquele grau, embora não ao mesmo tempo; é por isso que o que ama mais não tem um apetite mais intenso de comércio carnal, pelo que não há identidade de eros e de cupidez [124].

Também temos de nos socorrer da adição, e ver se, adicionando cada uma das duas coisas em questão à mesma coisa, não obtemos por resultado o mesmo todo, ou se, sub-

traindo a mesma coisa de cada uma delas, obtemos um resto diferente; se, por exemplo, afirmámos que *dobro de metade* é idêntico ao *múltiplo de metade*; nesse caso, restando a cada uma das expressões o termo *metade*, os restos deveriam ter o mesmo significado; ora, não significam o mesmo, porque *dobro* e *múltiplo* não significam o mesmo.

Há ainda que ver, já se alguma consequência impossível resulta directamente da proposição, já se esta impossibilidade pode resultar de uma hipótese; é o que acontece a quem pretende que *vazio* é idêntico a *cheio de ar*. É evidente que, supondo o ar uma vez expulso, não haveria vazio menor, mas, pelo contrário, vazio maior, mesmo já não havendo cheio de ar. Assim, mediante uma hipótese, que aliás pode ser verdadeira ou falsa, pouco importa, uma das coisas é destruída e não a outra, pelo que não são idênticas.

De um modo geral, temos de ver se há alguma discordância entre os predicados afirmados de um modo qualquer de cada um dos dois termos, e nas coisas de que estes termos são eles mesmos afirmados, pois tudo o que é predicável de um deve ser predicável do outro, e de tudo quanto um é predicado deve também ter o outro como predicado.

Além disso, visto que o termo *idêntico* se assume em diversas acepções, temos de

ver se também as coisas são as mesmas em diferentes acepções. Com efeito, não é necessário, nem sequer possível, que os objectos especificamente ou genericamente os mesmos, sejam também numericamente os mesmos; ou se o que temos de considerar é se eles são os mesmos nesta última acepção, ou se não são os mesmos.

Enfim, cumpre ver se pode haver um dos dois objectos sem o outro, pois nesse caso eles não serão o mesmo.

Tal é o número de tópicos relativos ao idêntico.

2

De quanto acabámos de dizer segue-se que todos os lugares de identidade válidos na refutação também podem servir para refutar a definição, conforme já dissemos mais acima [125], porque, se o que é significado pelo nome e pela sua expressão não são o mesmo, 153 a é claro que a expressão enunciada não poderia ser uma definição. Por outro lado, nenhum dos lugares válidos para construir é útil para construir a definição, pois não basta demonstrar a identidade do que se acha compreendido na expressão e no nome, para fazer com que a expressão seja uma definição, mas a definição deve também possuir os outros predicados já mencionados.

3

Este é o modo e estes são os silogismos com os quais sempre tentamos refutar uma definição. Mas se o nosso intento for o de construir uma definição, temos de saber, antes de mais, que nunca, ou só raramente, se atinge, nas disputas, uma definição por razoamento, mas sempre se toma a definição como ponto de partida, pois é assim que se procede em Geometria, em Aritmética, e nas outras análogas disciplinas. Em seguida, temos de saber com rigor o que é uma definição, e de que se deve formular, mas isto pertence a outro tratado [126] que não a este. Por agora, baste-nos considerar apenas o que nos pode ser útil; por conseguinte, tudo o que temos a dizer é que é possível obter por raciocínio a definição e a essência. Se, na verdade, uma definição é uma expressão que designa a essência do objecto; se é necessário que os predicados incluídos na definição sejam os únicos predicáveis do objecto na sua essência; e se os géneros e as diferenças também são deste modo afirmados nas categorias da essência; então, considerando os predicados unicamente afirmados do objecto na sua essência, a expressão que contiver estes predicados será necessariamente uma defini-

ção; porque é impossível que alguma outra coisa seja uma definição, suposto não haver outra coisa que se predique do objecto na categoria da essência.

É evidente que uma definição deve conseguir-se assim, mediante o raciocínio. No que inere aos meios através dos quais ela se deve formular, já foram indicados noutro local [127] com maior precisão, mas, quanto à nossa actual pesquisa, serão estes os mesmos lugares de que vamos servir-nos. Cumpre-nos iniciar o exame dos contrários e dos outros opostos, considerando as expressões, já na sua totalidade, já nas suas partes, porque, se a definição oposta é a do termo oposto, a definição deve ser necessariamente a do termo proposto. Contudo, como há múltiplas composições dos contrários, é preciso escolher entre estas composições de contrários aquela cuja definição contrária nos parecer mais clara. Assim, temos de considerar as definições na totalidade, tal como indicámos. Quanto ao exame das partes, procede-se do seguinte modo. Primeiro, ver se o género foi correctamente proposto, pois se o objecto contrário se achar no género contrário, e se o sujeito não se acha no mesmo género, é porque se acha no género contrário, porque os contrários estão necessariamente, ou no mesmo género, ou nos géneros contrários.

Também as diferenças afirmadas dos contrários serão contrárias, por exemplo, as do *branco* e do *preto,* pois uma é o diacrítico e, o outro, o sincrítico da visão. Se, neste caso, 153 b as diferenças contrárias se afirmam do termo contrário, as diferenças enunciadas na definição também se afirmarão do termo em causa. Por conseguinte, como o género e a diferença foram correcta e simultaneamente enunciados, é claro que a definição formulada será uma definição perfeita. Replicar-se-ia não ser necessário que as diferenças contrárias se afirmem dos contrários, salvo se os contrários não pertencerem ao mesmo género; quanto aos objectos cujos géneros são em si mesmos contrários, nada obsta a que a mesma diferença não se afirme de ambos, por exemplo, da justiça e da injustiça, porque uma é uma virtude, e a outra um vício da alma, pelo que o termo *da alma* é a diferença entre os dois casos, visto que também o corpo tem a sua virtude e o seu vício. O que, todavia, e pelo menos, é verdadeiro é que as diferenças dos contrários são, ou contrárias, ou idênticas. Se a diferença contrária se afirmar do termo contrário e não do termo proposto, é claro que a diferença proposta deve ser afirmada deste último. De uma forma geral, porque a definição se constrói a partir do género e das diferenças, se a definição do termo con-

trário for evidente, a definição do termo proposto também será evidente. Como o seu contrário se acha, já no mesmo género, já no género contrário, e como também as diferenças afirmadas dos contrários são contrárias ou idênticas, é claro que do termo proposto se afirmará, ou o mesmo género do seu contrário, embora as diferenças sejam contrárias às do seu contrário, sejam todas, sejam pelo menos algumas delas, continuando as demais idênticas; ou, inversamente, as diferenças serão as mesmas, e os géneros serão contrários; ou ainda, ambos serão contrários, isto é, os géneros e as diferenças, pois que os géneros e as diferenças sejam idênticos, é uma impossibilidade, senão os contrários teriam a mesma definição.

Além disso, há também que olhar para os casos e para as conjugações, porque os géneros devem corresponder necessariamente aos géneros e as definições às definições. Assim, se *olvido é a perda do conhecimento, olvidar* será *perder o conhecimento*, e *ter olvidado ter perdido o conhecimento.* Sendo concedido qualquer um destes termos, tudo o mais deve também ser concedido. Se a destruição é uma dissolução da essência, *ser destruído* é *ter a essência dissolvida*, e *destrutivamente* é *dissolvidamente*; e se *destrutivo é dissolvente da essência*, a *destruição é também uma dis-*

solução da essência. E assim por diante. De modo que, uma vez proposto um destes termos, todo o resto deve ser admitido. Também temos de olhar a partir das coisas que se acham nas mesmas relações de uma com a outra, porque se *são* é o *que produz a saúde, saudável* será *o que produz a boa saúde,* e *útil o que produz o bem*: cada um dos termos citados comporta-se de modo análogo em relação ao seu próprio fim, pelo que, 154 a
se um dos dois se definir como produtivo deste fim, isso será também a definição de cada um dos restantes termos.

Além disso, cumpre considerar os graus de superioridade e de igualdade, e ver de que modos podemos formular a definição, comparando os termos aos pares, por exemplo: se uma definição define melhor um objecto que uma outra definição define um outro objecto, e se a definição que define menos bem seja todavia una, enquanto a que define melhor é também una. E se essa definição define um objecto no mesmo grau que outra definição define outro objecto; e se esta outra definição define este outro objecto, a restante definição também define o restante objecto. Pelo contrário, quando temos de comparar uma única definição a dois objectos, ou duas definições a um único objecto, não podemos extrair qualquer utilidade da consi-

deração da superioridade, pois não é possível que possa haver uma só definição para dois objectos, ou duas definições para o mesmo objecto.

4

Os tópicos mais aptos são os que indicámos, e bem assim os que se extraem dos termos conjugados e dos casos. Por isso mesmo, são estes os que mais importa possuir e manejar, por serem estes os mais úteis, na maior parte dos casos. Entre os outros, os mais importantes são os que se consideram mais comuns, por serem os mais eficazes; é por isso que cumpre ter em conta os casos singulares e então analisar, quanto às espécies, se a definição é aplicável, visto que a espécie é sinónima com os indivíduos. Este tópico também serve para refutar os que admitem a existência das ideias, tal como dissemos atrás. Por outro lado, cumpre verificar se o opositor aduziu um termo em acepção metafórica, ou se o termo foi predicado de si mesmo, como se fora algo distinto. E se houve qualquer outro lugar que seja comum e eficaz, devemos socorrer-nos dele.

5

Veremos claramente, depois de quanto iremos dizer, como é mais difícil construir do

que destruir uma definição. Não é simples, deveras, ver por si mesmo e conseguir dos que interrogamos, proposições do género por exemplo, das seguintes: que *os elementos compreendidos na definição um é o género e outro a diferença,* e que apenas *o género e as diferenças são afirmados dentro da categoria da essência.* Todavia, sem estas prótases, é impossível conseguir uma definição racional, pois se alguns outros predicados forem afirmados do objecto dentro da categoria da essência, é incerto se a definição do sujeito é esta expressão indicada, ou se é outra expressão diferente, porque uma definição é o que exprime a essência de um sujeito. Esta regra é evidente por causa desta prova: é mais fácil extrair uma única conclusão do que muitas. Ora, ao refutarmos uma definição, basta que argumentemos contra uma única das suas partes (pois ao destruirmos uma única, seja ela qual for, teremos desde logo destruído a definição), mas, para a construir, havemos necessidade de concluir todas as partes da definição que pertencem ao sujeito. Além disso, quando formularmos uma definição, devemos basear-nos numa conclusão universal, porque a definição deve ser predicada de tudo isso de que o próprio
[b] termo é predicado, e também deve ser convertível, caso desejemos que a definição for-

mulada seja adequada ao sujeito. Na refutação, pelo contrário, não é necessário provar o universal, bastando provar que a expressão da definição não é verdadeira quanto a um dos sujeitos compreendidos pelo nome. E mesmo que fosse necessário refutar mediante uma proposição universal, até nesse caso não seria necessário provar a inversa da proposição, para refutar a definição; para a refutar universalmente basta mostrar que a expressão não é predicável de nenhuma das coisas às quais o termo se atribui, não sendo necessário provar a inversa, mostrar que o termo não se afirma dos objectos cuja expressão se afirma. Além disso, mesmo que ela se aplique a tudo quanto se acha compreendido pelo mesmo termo, e não se aplicar somente a este, a definição fica por si mesma destruída.

Isto mesmo vale para o próprio e para o género, pois, tanto em um como em outro, a refutação é mais fácil do que a construção. Quanto ao próprio, isso resulta do que dissemos. As mais das vezes, com efeito, o próprio é aduzido em ligação com outros termos, pelo que podemos refutá-lo pela destruição de um só termo, enquanto que, para o construir, temos necessariamente de os demonstrar racionalmente a todos. E quase todas as outras normas relativas à definição

serão também aplicáveis ao próprio. Quando formulamos um próprio, temos de mostrar que ele predica todos os sujeitos compreendidos sob o termo em causa, enquanto que, se o refutamos, basta mostrar apenas que ele não predica um só dos sujeitos. Além disso, mesmo se o próprio pertencer a todos os sujeitos compreendidos sob o termo, mas não somente a eles, mesmo assim a refutação fica realizada, tal como, acerca da definição, dissemos. No que respeita ao género, há um só modo de o formular, e consiste em mostrar que ele predica a totalidade do sujeito, mas quanto à refutação, é de dois modos possível: porque se demonstrámos, ou que não lhe pertence nunca, ou que não lhe pertence em algum caso, desde logo fica destruído o que, no início, propusemos como género. Pelo mais, para formular o género, não basta demonstrar que ele predica o sujeito, cumprindo ainda mostrar que o predica enquanto género; pelo contrário, ao refutarmo-lo, é suficiente mostrar que ele não lhe pertence em algum caso singular, ou que não pertence a nenhum. Parece que, tal como sucede em outros domínios, onde é mais fácil destruir do que construir, também aqui é mais fácil contradizer do que afirmar.

No que se refere ao acidente: se ele for universal, é mais fácil de refutar do que de

afirmar; para o afirmar, temos de mostrar que predica a totalidade do sujeito, mas, para o refutar, basta mostrar que não predica um só dos casos compreendidos no sujeito. Pelo contrário, se o acidente for singular, é mais fácil de afirmar do que de refutar: para o afirmar, basta mostrar que ele predica um
155 a caso singular, enquanto que, para o refutar, cumpre demonstrar que não predica nenhum caso.

Vemos então como o mais fácil dos problemas é o de refutar uma definição. Dado ser ela que contém maior número de elementos, faculta-nos, por isso mesmo, um grande número de pontos para a atacar, e a multiplicidade de elementos favorece ainda mais o raciocínio, pois bem parece que o erro é mais frequente quando o número de coisas é grande do que quando é pequeno. Além disso, para atacar a definição, também podemos servir-nos das outras regras estabelecidas, porque, ou a expressão não seja própria do sujeito, ou o termo aduzido não seja o género, ou um dos elementos da definição não predique o sujeito, de qualquer modo a definição fica destruída. Pelo contrário, na refutação de outros problemas, não os podemos atacar, nem mediante os tópicos extraídos das definições, nem mediante todos os demais que restam; só os tópicos relativos ao aci-

dente são comuns a todas as espécies de predicados a que nos referimos.

Enquanto cada uma das espécies de predicados acima indicadas deve predicar o sujeito em causa, o género pode predicá-lo somente enquanto próprio, sem por isso ser destruído. De igual modo, não é necessário que o próprio predique o sujeito enquanto género, nem o acidente como género ou como próprio, bastando que haja predicação. Por conseguinte, não é possível servir-nos de uns contra os outros, excepto na definição. Vemos ainda que o mais fácil de todos os problemas, é o de refutar uma definição, enquanto o mais difícil é o de a estabelecer, por ser necessário formular ao mesmo tempo todos estes elementos pelo raciocínio (isto é: que todos os predicados mencionados predicam o sujeito, que o termo proposto é o verdadeiro género, e que a expressão é apropriada ao sujeito) e, ainda, além disto, que a expressão explica deveras a essência do objecto; e tudo isto formulado com rigor.

Dos outros problemas, o mais semelhante à definição é o próprio. É mais fácil refutá-lo, porque as mais das vezes se compõe de vários termos, enquanto o mais difícil é afirmá-lo, uma vez ser necessário provar vários elementos, e que, além disso, temos de provar que ele predica somente o sujeito com o qual

é convertível. O mais fácil de todos os problemas é o de formular o acidente, porque, nos outros casos, é preciso não somente mostrar que o predicado predica o sujeito, mas também que o predica de tal ou tal modo, enquanto que, para o acidente, basta mostrar que ele predica apenas o sujeito. Pelo contrário, o mais difícil de refutar é o acidente, por ser ele o que apresenta menor número de elementos; porque, ao propor-se um acidente, não se explica de que modo ele predica o sujeito. Por conseguinte, enquanto que, noutros casos, podemos refutar por dois modos, mostrando, ou que o predicado não pertence ao sujeito, ou que não lhe pertence segundo um determinado modo, no caso do acidente só o podemos refutar, demonstrando que não predica o sujeito.

Os tópicos, em virtude dos quais ficaremos munidos de silogismos para arguir acerca de cada problema, foram objecto de uma enumeração que julgamos suficiente na prática.

LIVRO VIII [128] 155 b

1

Em continuação, falta tratar da disposição e do método a seguir nas interrogações. Em primeiro lugar, quando nos propomos formular interrogações, convém escolher o tópico a partir do qual o ataque deve partir; em segundo lugar, formular as interrogações e dispô-las uma por uma, para si mesmo; em terceiro e último lugar, apresentá-las ao adversário. A selecção e a invenção dos tópicos é a mesma, tanto para o filósofo como para o dialecta, mas logo que tenhamos disposto e formulado as interrogações, a tarefa é própria do dialecta, porque em tudo isto se trata de referências com o adversário. Isto não incumbe ao filósofo, nem ao que investiga por si mesmo: pouco lhe importa que as premissas do seu raciocínio, mesmo que verdadeiras e conhecidas, sejam rejeitadas pelo respondente, porque elas são vizinhas da

questão inicial, e porque com isso prevê o que se irá deduzir delas, caso as admita ou conceda. Ainda mais: deve procurar que os axiomas sejam os mais conhecidos e os mais próximos da questão, por ser deles que os raciocínios epistemónicos procedem.

Já indicámos mais atrás as fontes onde é necessário procurar os tópicos da argumentação; cumpre-nos, agora, versar a disposição e a formulação das interrogações, e, em primeiro lugar, distinguir as premissas que, além das necessárias, temos de adoptar. Entendemos por premissas necessárias as que nos servem para construir o raciocínio. As adoptadas, além daquelas, são de quatro espécies: elas servem já por indução, para tornar aceite a premissa universal, já a amplificar o argumento, já a dissimular a conclusão, já a esclarecer o argumento. Além destas, não é necessária qualquer outra premissa, sendo estas as únicas mediante as quais é preciso tentar amplificar e formular as questões. Quanto ao resto, as proposições destinadas a dissimular a conclusão só se utilizam mediante as necessidades da controvérsia; mas, dado que uma tarefa desta natureza se dirige sempre contra um opositor, também temos de nos servir delas.

As premissas necessárias mediante as quais o raciocínio se processa não devem ser

imediatamente propostas, importando partir de proposições o mais possível afastadas daquelas, por exemplo: se queremos obrigar o opositor a conceder que a ciência dos contrários é uma e a mesma, pedir-lhe-emos que admita, não os contrários, mas os opostos: se esta última proposição for concedida, concluiremos que a ciência dos contrários é também uma e a mesma, uma vez que os contrários são opostos; e, se não for concedida, temos de tornar admitida a proposição mediante a épagoge, apoiando-nos em contrários singulares. Temos de garantir a aceitação das premissas necessárias, já por silogismo, já por indução, ou umas por indução e outras por silogismo, com a reserva de que as proposições demasiado óbvias devem ser propostas de imediato. A conclusão a encontrar é sempre mais difícil de discernir a distância pela 156 a
indução, e, ao mesmo tempo, caso não sejamos capazes de obter as necessárias premissas por este método, nada obsta a que as proponhamos em si mesmas.

Quanto às premissas distintas das premissas necessárias, de que falámos mais atrás [129], devem ser assumidas em vista destas premissas necessárias, e a seguir dizemos como as devemos utilizar. A épagoge procede dos casos singulares para o universal e do conhecido para o desconhecido, e os objectos

sensíveis são mais conhecidos, já por todos, já pela maioria. A dissimulação da conclusão faz-se pela formulação através de prossilogismos, de premissas pelas quais a prova do problema inicialmente colocado possa obter-se, importando formular o maior número possível de premissas. Poderemos levar isso a cabo, se conseguirmos provar por silogismo, não somente as premissas necessárias, mas também algumas das que são úteis à formulação destas últimas. Por outro lado, não é necessário enunciar as conclusões destes prossilogismos, mas há que as deduzir logo uma após outra, por ser desta forma que manteremos o opositor à maior distância possível da tese inicial. De um modo geral, ao pretendermos utilizar a dissimulação, temos de interrogar por forma a que, visando a interrogação a totalidade do argumento, e uma vez estabelecida a conclusão, o interlocutor ainda continue à procura *do porquê* [130]. Ora este efeito será obtido através do método descrito. Enunciando apenas a conclusão final, deixamos na penumbra o método pelo qual a obtivemos, porque o que responde não viu antecipadamente quais as proposições de onde ela deriva, uma vez que os silogismos anteriores não lhe foram expostos em pormenor, uma vez que o silogismo da conclusão é o menos pormenorizado possível, porque propusemos,

não apenas as proposições que o formam, mas somente aquelas das quais estas proposições são extraídas.

É também útil não respeitar a ordem própria das proposições requeridas pela formação dos silogismos, mas cumpre tomar alternadamente as que levam a uma conclusão e as que levam a outra, porque se as que são próprias a cada conclusão forem dispostas umas a seguir às outras, a conclusão resultante será desde logo óbvio. Também é preciso, na medida do possível, garantir a concessão da premissa universal através de uma definição que refira, não os termos em causa propriamente ditos, mas os seus conjugados; porque os que respondem caem por si mesmos no erro, quando a definição envolve um termo conjugado, julgando que não concedem a proposição universal. Seria este, por exemplo, o caso, se tivéssemos de tornar aceite que homem irado deseja a vingança por causa da ofensa, e se lhe fizéssemos admitir que a ira é um desejo de vingança causado por uma ofensa; por ser óbvio que, uma vez esta última proposição aceite, teríamos obtido o que queríamos em acepção universal. Pelo contrário, se enunciarmos as premissas referindo os próprios termos, acontece muitas vezes que o respondente recusa concedê-los, porque o termo em si mesmo se oferece melhor à sua objec-

ção, por exemplo: que o homem irado não deseja a vingança, pois ficamos irados com os nossos pais, sem por isso desejarmos a vingança. A objecção não é, sem dúvida, válida, porque, para certa gente, a vingança é bastante para causar uma pequena dor, ou o arrependimento; mas, ainda assim, tem certa
156 b plausibilidade e algo de razoável para negar a proposição. Pelo contrário, quando é a ira que se define, não é fácil encontrar uma objecção.

Além disso, cumpre formular a proposição como se a formulássemos, não por si mesma, mas mediante outra, porque os que respondem estão precavidos contra tudo o que possa servir a sua tese. Absolutamente falando, importa tornar tão obscuro quanto possível o saber se é a proposição adiantada ou se é o seu oposto o que desejamos seja concedido; porque, se o que serve à argumentação permanecer incerto, os que respondem predispõem-se mais a dizer o que pensam.

Ainda assim, podemos tentar a interrogação servindo-nos da similitude, pois esta forma de interrogar é persuasiva, e o universal escapa melhor à atenção. É, por exemplo, o caso de levar a admitir que, mesmo que a ciência ou a ignorância dos contrários sejam a mesma, também assim a sensação dos contrários é a mesma; ou inversamente, uma vez

que a sensação é a mesma, a ciência também é a mesma. Este argumento é semelhante à indução, embora não lhe seja idêntico, porque na indução é a partir de casos particulares que tiramos o universal, enquanto que, no caso da semelhança, o que tomamos não é o universal sob o qual se acham compreendidos todos os semelhantes.

Por vezes, é boa regra propor a si mesmo uma objecção: porque os que respondem abrandam a sua posição de cautela face aos que parecem argumentar com imparcialidade. É também útil acrescentar que o que se sustenta é uma proposição geralmente aceite, porque os que respondem receiam confrontar-se com a opinião geral, quando não dispõem de objecção contra ela; e como, ao mesmo tempo, se servem de argumentos deste género, evitam refutá-los. Além disso, não convém insistir num argumento, por muito útil que seja, porque a insistência reforça a oposição do adversário. Outra regra: cumpre adiantar a proposição como se fosse uma simples comparação, porque o que se propõe por outra coisa e não é útil por si mesma, é aceite com mais facilidade. Também não é necessário enumerar a proposição cuja aceitação nos é necessária, mas antes convém enunciar uma proposição de que a primeira é a necessária consequência: o opositor aceita mais facil-

mente esta proposição, porque não se apercebe bem de qual será a consequência; e caso a última tenha sido aceite, a outra também o terá sido. Mais, só em último lugar se deve perguntar o que acima de tudo desejamos ver concedido, porque os que respondem são particularmente levados a negar as primeiras questões, porque a maior parte dos que interrogam falam em primeiro lugar do que lhes é mais caro. Pelo contrário, perante certos adversários, é preciso avançar desde logo com estas proposições, porque as gentes de mau génio aceitam mais facilmente o que se lhes propõe em primeiro lugar (a menos que a conclusão a resultar não lhes salte de imediato à vista), enquanto que é para o final do argumento que mostram mais o seu mau génio. Esta mesma atitude tem de ser observada perante os que se julgam espertos nas respostas, porque, depois de admitidas as coisas propostas em primeiro lugar, levantam argúcias para o fim, pretendendo que a conclusão não se segue das proposições aduzidas. Mas aquiescem facilmente, confiando no seu carácter, imaginando que não lhes acontecerá qualquer con-
157 a tratempo. Por outro lado, é bom alongar o argumento, inserindo nele temas sem utilidade para a discussão, como fazem os que desenham falsas figuras geométricas, porque a abundância de pormenores impede a visão do

lugar onde se acha o erro. É também por este motivo que, por vezes, os que interrogam não se apercebem de que avançaram nesta obscuridade das coisas que, apresentadas em si mesmas, não teriam sido concedidas.

O método de ocultação apela às regras das quais acabamos de falar. Para ornamentar o discurso, procedemos por indução e pela divisão das noções pertencentes ao mesmo género. O que seja a indução, eis o que é fácil de ver. A divisão é, por exemplo, dizer que tal ciência é melhor do que tal outra, já pelo seu maior rigor, já pela elevação do seu objecto; ou que umas ciências são teoréticas, outras práticas, e outras poéticas. Cada uma destas distinções acrescenta um novo ornamento à discussão, embora não sejam necessárias à enunciação, que tem em vista a conclusão.

Quanto à claridade da discusão, cumpre aportar paradigmas e parábolas [131], mas paradigmas adequados e extraídos das coisas conhecidas, como em Homero, e não como em Querilo [132]. Desta forma, a proposição enunciada pode resultar mais clara.

2

Nas controvérsias dialécticas, cumpre que nos socorramos mais do silogismo com os dialectas do que com o vulgo; pelo contrário,

com o vulgo, é preciso que nos socorramos mais da épagoge. Aliás, este aspecto já foi anteriormente versado [138]. Na épagoge podemos, em certos casos, propor a interrogação na sua forma universal, mas, em outros, não é propício, por não haver um nome comum fixo para todas as semelhanças; assim, quando necessitamos de aduzir o universal, servimo-nos da expressão e em todos os casos deste tipo. Todavia, o que é mais difícil, é determinar quais são, entre os objectos propostos, os que são deste tipo, e os que não são deste tipo; e daí deriva, muitas vezes, que nos enganamos mutuamente nas discussões, afirmando uns a semelhança das coisas dissemelhantes, outros duvidando da semelhança de coisas semelhantes. Por este motivo, temos de procurar cunhar nós mesmos uma palavra aplicável a todos os objectos da espécie discutida, para que não se permita, nem ao que responde duvidar e dizer que o objecto proposto não se assume numa acepção semelhante, nem ao que interroga sugerir falsamente que o objecto se assume em acepção semelhante, visto que muitas coisas parecem ser assumidas numa acepção semelhante, e na verdade não são tal.

Quando se processou uma indução relativa a múltiplos casos, e quando o respondente rejeita conceder a proposição universal,

é lícito pedir-lhe a objecção. Todavia, a menos que não se tenham indicado os casos em que o objecto é de tal modo, não é lícito pedir-lhe que declare em que caso o objecto não é de tal modo; primeiro temos de induzir e, só então, pedir a objecção ao opositor. Além disso, cumpre exigir que as objecções não se refiram ao próprio objecto proposto, a menos que esse objecto não seja o único da sua espécie, como, por exemplo: a díade é, entre os números pares, o único número pri- 157 b
meiro; porque é preciso que o que objecta refira a objecção a outro objecto, salvo se não puder afirmar que o objecto discutido é o único da sua espécie. Os que objectam a uma proposição universal, referindo a objecção, não ao objecto em si mesmo, mas a um homónimo, e que sustentam que se pode ter uma cor, ou um pé, ou mão distintos dos seus próprios (pois o pintor pode ter uma cor que não é a sua, e o cozinheiro um pé que não é o seu) [134] temos, antes de mais, em casos deste género, de só propor a questão uma vez a distinção efectuada; porque, enquanto a homonímia estiver oculta, a objecção à proposição parecerá válida. Se a objecção, já relativa, não a um homónimo, mas ao próprio objecto, puser a interrogação em causa, o que interroga deve pôr de lado a parte ferida de objecção e propor o resto no modo universal, até

conseguir a concessão do que lhe interessa; é este o caso, por exemplo, para o *olvido* e para *ter olvidado*, porque os opositores recusam admitir que o que perdeu o conhecimento haja olvidado, porque, objectam, se o objecto muda, perdeu-se o conhecimento, mas não se esqueceu. Nesse caso, o que há a fazer é retirar a parte ferida de objecção, e defender o resto; dizer, por exemplo, que, continuando o objecto a subsistir, se perdeu o conhecimento, nesse caso se esqueceu. O mesmo comportamento é válido perante os que objectam à proposição que a um bem maior se opõe um mal maior, porque alegam que à saúde, que é um bem menor que a boa constituição, um mal maior se opõe, visto que a doença é um maior mal do que a debilidade. Portanto, é preciso retirar, também aqui, a parte ferida de objecção, porque, uma vez retirada esta parte, o opositor estará mais disponível para conceder à proposição, isto é, no nosso exemplo: que a um maior bem se opõe um maior mal, salvo se um dos dois bens não implicar o outro, pois que a fortaleza implica a saúde. Devemos proceder assim, não apenas quando o opositor formula uma objecção, mas ainda quando, mesmo não objectando, nega o que propomos, porque prevê formular uma proposição deste género. Uma vez retirado o ponto a que

objecta, o opositor ver-se-á compelido a conceder à nossa proposição, porque não consegue prever no resto qualquer caso que não seja como foi dito; e se recusar a concessão, pedir-lhe-emos uma objecção, e ele não a conseguirá formular. Pertencem a este tipo todas as proposições parcialmente falsas e parcialmente verdadeiras, para as quais é possível, retirando uma parte, deixar que o resto continue verdadeiro. E se, quando a proposição é extensiva a vários casos, o opositor não ergue objecção, temos de julgar que ele a admitiu, porque, na dialéctica, é válida uma premissa que assim se aplica a vários objectos, não suscitando uma objecção contra ela.

Quando se puder atingir a mesma conclusão, já sem redução ao absurdo, já por redução ao absurdo, nesse caso, se demonstrarmos, e se não discutirmos dialecticamente, é indiferente concluir por um ou por outro dos métodos; mas se discutirmos dialecticamente com um adversário, não devemos socorrer-nos do raciocínio por absurdo. Se raciocinámos sem a redução ao absurdo, nenhuma dúvida pode ser levantada pelo opositor; mas se, pelo contrário, concluímos uma proposição impossível, o adversário, salvo se a sua falsidade não for por demais evidente, põe em causa a sua impossibilidade, e os que 158 a

interrogam não conseguem ver aceite o que pretendem.

Importa adiantar todas as proposições aplicáveis a uma pluralidade de casos, em conformidade com o que dissemos, e aos quais percebamos não haver qualquer objecção, seja de modo absoluto, seja, pelo menos, à primeira vista, porque, se não formos capazes de perceber os casos em que as coisas não são como dissemos, o adversário concede a proposição como verdadeira.

A interrogação não deve conter a conclusão, senão, no caso de o opositor a negar, parece que não raciocinámos. Muitas vezes, até quando ela não é posta como uma interrogação, mas apresentada como uma consequência, os opositores negam-na, e, procedendo assim, parecem não estar refutados por aqueles que não vêem ser ela a consequência das premissas concedidas. Quando, por isso, sem mesmo se dizer que ela é uma consequência, a propomos como uma questão, e quando o opositor a nega, é como se o raciocínio tivesse falhado.

Nem toda a interrogação universal, segundo parece, é uma proposição dialéctica, por exemplo: *que é o homem*? ou, *quantos são os significados de bem*? Porque uma proposição dialéctica é aquela a que se responde com *sim* ou com *não*, e isto não o podemos

fazer com as proposições mencionadas. É por este motivo que as questões deste género não são dialécticas, salvo se o que interroga não efectuou as distinções ou as divisões antes de as enunciar, dizendo, por exemplo: *o bem é entendido neste* ou *naquele sentido?* Às questões desta espécie é fácil de responder com uma afirmação ou com uma negação. Daí ser sob esta forma que convém propor as proposições deste género. Ao mesmo tempo, talvez seja lícito perguntar ao interlocutor em quantas acepções *bem* é entendível, quando, o que puser a questão, tendo-as distinguido e formulado, o opositor recusa firmemente concedê-las.

O que interroga apenas acerca de uma questão durante muito tempo é um mau inquiridor, pois, se assim procede, ainda que o interrogado responda ao que se lhe pergunta, é evidente que, ou ponha-lhe várias questões diferentes, ou ponha-lhe várias vezes a mesma questão, daí resultará, ou uma verborreia, ou ausência de raciocínio, pois o raciocínio se constitui sempre a partir de um pequeno número de premissas. Se, pelo contrário, assim proceder porque o opositor não responde, então faz mal, ou porque não o repreende, ou porque não põe termo à discussão.

3

Há determinadas hipóteses simultaneamente difíceis de atacar e fáceis de defender: tais são as coisas primeiras e as coisas últimas da ordem natural. As primeiras carecem de definição, e as últimas concluem-se mediante múltiplos termos intermédios por quem pretende garantir uma demonstração contínua a partir dos primeiros princípios; de contrário, sem isso, toda a discussão em torno delas parece simplesmente sofística, pois somos incapazes de demonstrar algo, se não tomarmos como ponto de partida os princípios que lhe são próprios, e se não encadearmos a série de raciocínios até à última conclusão. Ora, definir os primeiros princípios é o que os que respondem não pensam fazer, e não prestam qualquer atenção ao que interroga, quando ele define; e, portanto, até o que se propõe ficar claro, não o podemos atacar
158 b com facilidade. É isto o que sucede, sobretudo nos casos dos princípios, porque, enquanto as outras proposições se demonstram pelo termo intermédio, os princípios não podem ser demonstrados por outras coisas fora deles — temos de conhecer cada uma das proposições deste género mediante uma definição.

É também difícil combater as proposições que se acham muito próximas do princípio, porque não se conseguem obter muitos argumentos contra elas, dado haver poucos termos intermédios entre a conclusão e o princípio, sendo por estes termos intermédios que as proposições subsequentes devem ser necessariamente provadas. Entre todas as definições, as de ataque mais difícil são as que utilizam termos que, em primeiro lugar, não sabemos bem se são aduzidos na acepção simples ou em várias acepções, ou que, por outro lado, não sabemos se são aduzidos em acepção literal, ou por metáfora, por quem define. É em virtude da sua obscuridade que não se torna possível argumentar contra estes termos; e como se ignora se essa obscuridade é devida ao carácter metafórico, torna-se impossível refutá-los.

Resumindo, sempre que um problema é difícil de atacar, convém supor a necessidade de uma deefinição; entre ele, ou nas coisas com várias acepções ou em acepção metafórica; ou ainda, que não se ache afastado dos princípios; ou ainda que não nos apercebamos desde logo disso, a que modalidades das acima enumeradas se refere o que nos embaraça; uma vez esclarecido o modo cuja dificuldade se apresenta, é evidente que nos cumpre definir, ou distinguir, ou procurar as

proposições intermédias, pois é dessa forma que as conclusões finais se demonstram.

Sucede com frequência, por a definição não se formular com rigor, que não é fácil discutir e atacar as teses, por exemplo: se um objecto tem ou não tem múltiplos contrários. Uma vez definidos os contrários, como importa, é fácil de concluir se ao mesmo objecto é possível ter ou não ter vários contrários. Procede-se também de igual modo quanto aos demais termos que carecem de definição. Parece também, nas matemáticas, que a dificuldade na demonstração das figuras se deve por vezes a um defeito da definição; quando, por exemplo, provamos que a recta que corta o plano paralelo a um lado divide de modo semelhante a linha que corta a superfície; mas se a definição tiver sido dada, o que se diz torna-se desde logo óbvio, porque as superfícies suportam o mesmo corte das linhas; e esta é a definição de mesma proporção. De maneira simples, os primeiros princípios elementares, uma vez as definições propostas, por exemplo, a natureza da linha e a natureza do círculo, são de fácil prova; os argumentos suscitáveis a respeito de cada uma delas não são numerosos, por não haver muitos termos intermédios. Em contrapartida, se as definições dos princípios não foram formulados, a prova é difícil, e pode, até, ser

completamente impossível. O que sucede nas noções matemáticas aplica-se também aos conceitos dialécticos. 159 a

Podemos ter a certeza, quando a tese é difícil de discutir, de que isso resulta de ela apresentar um dos defeitos acabados de mencionar. Mas quando é mais difícil discutir o postulado, ou seja, a premissa, do que discutir a tese em si mesma, podemos perguntar-nos se importa propor ou não tais proposições; porque, se não concedemos o postulado, mas pretendemos sujeitá-lo também à discussão, imporemos ao opositor uma tarefa mais árdua do que a de provar a tese proposta no início; se, pelo contrário, o concedermos, o opositor extrairá a sua opinião de elementos menos dignos de crédito. Se, portanto, é indispensável não tornar o problema mais difícil, temos de conceder o postulado; se, por outro lado, é indispensável raciocinar mediante premissas mais conhecidas, não o devemos propor. Por outras palavras, quando procedemos a uma pesquisa séria, não o devemos propor, salvo se ele for mais conhecido do que a conclusão; mas, no exercício dialéctico, cumpre propô-lo, na condição de que se esteja convencido de que parece verdadeiro. Vemos, assim, que o modo pelo qual tais postulados são pedidos não é o mesmo, conforme o que interroga, ou o que ensina.

4

Quanto à formulação das questões e ao modo de as dispor, o que dissemos parece suficiente para o mostrar.

Acerca da resposta, cumpre saber, antes de mais, o que temos de fazer para responder com rigor, e ainda o que temos de fazer para interrogar correctamente. A tarefa do que interroga é a de orientar a controvérsia, por forma a levar o que responde a sustentar os mais extravagantes paradoxos, que são a consequência necessária da tese; pelo contrário, a tarefa do que responde é a de proceder de modo a que o que diz de absurdo ou de paradoxal pareça provir, não dele, mas da sua tese. De facto, há uma diferença entre a falta que consiste em propor como ponto de partida o que como tal não deve ser proposto, e a que consiste em não garantir a conveniente defesa do objecto da proposta.

5

Considerando que ainda ninguém definiu as regras a observar pelos que argumentam unicamente para se exercitarem e ensaiarem (porque o propósito não é o mesmo para os que ensinam ou se instruem, e para os que

se entregam a um debate, tal como o propósito destes últimos não é o mesmo para os que discutem em conjunto em vista de uma pesquisa; porque o que se instrui deve propor sempre o que lhe parece verdadeiro; e, de facto, nunca se procura ensinar-lhe o que é falso. Num debate dialéctico, pelo contrário, o propósito do que interroga é o de parecer, por todos os meios, que efectua uma refutação, e o propósito do que responde, de parecer que não é afectado; por outro lado, nas reuniões dialécticas, onde se argumenta, não para debater, mas para ensaiar forças e inquirir, ainda não se definiu bem o propósito a visar pelo que responde, e que coisas ele deve ou não deve conceder para a correcta ou incorrecta defesa da sua tese), dado que os nossos predecessores nada nos ensinaram, temos de dizer por nós mesmos algo acerca deste tema [135].

Importa que o que responde sustente a disputa, propondo uma tese, seja ela provável, ou improvável, ou não seja nem provável nem improvável; e que seja provável ou improvável, já absolutamente, já restritamente, por 159 b
exemplo, por alguma pessoa dada, ou pelo que responde, ou por qualquer outro. Qual destes dois modos, se a tese é provável ou improvável, pouco importa, porque a forma de responder correctamente, admitindo ou

não admitindo o solicitado, será a mesma em ambos os casos. Logo, se a tese do respondente for improvável, a conclusão solicitada pelo interrogante deve ser provável, sendo improvável mediante uma tese provável — pois a conclusão extraída pelo interrogante é sempre oposta à tese proposta. E se o que tiver sido proposto não for, nem provável, nem improvável, também a conclusão será do mesmo tipo. Posto que quem razoa correctamente demonstra a conclusão que propõe a partir de premissas mais prováveis e mais conhecidas do que ela, é evidente que, se a tese for absolutamente improvável, o que responde não deve conceder, nem o que é absolutamente improvável, nem o que, mesmo provável, é menos provável do que a conclusão do interrogante. Se a tese do respondente é improvável, a conclusão do interrogante será provável, pelo que as premissas aduzidas pelo interrogante deverão ser todas prováveis e mais prováveis do que a conclusão que propõe, uma vez que temos de concluir o menos conhecido através de premissas mais conhecidas. Logo, se alguma das interrogações aduzidas não for deste tipo, o que responde não deve conceder. Se a tese do que responde for absolutamente provável, a conclusão do que interroga será absolutamente improvável. Nesse caso, o que

responde deve conceder em tudo o que for provável, e, em tudo o que não for provável, deve conceder em todas as que são menos improváveis do que a conclusão do interrogante; pois aí pensar-se-á que ele argumentou de maneira satisfatória. De igual modo, se a tese do que responde não for, nem provável, nem improvável, porque ainda aí, temos de conceder em tudo o que for provável, e entre o que não for provável, tudo o que for mais provável do que a conclusão do interrogante, já que, por este processo, os argumentos serão mais prováveis. Se a tese proposta for absolutamente provável, deve ser assumido como termo de comparação; mas se não for absolutamente provável nem absolutamente improvável, sendo provável ou improvável apenas para o que o responde, o termo de comparação pelo qual o que responde tem de julgar o que é improvável ou não provável e conceder ou rejeitar o solicitado, é ele mesmo. Se o que responde defender a opinião de outro, é a opinião deste último que deve considerar para conceder ou rejeitar os diferentes pontos de vista. É esta a razão porque também os que se tornam introdutores das opiniões alheias, por exemplo, que o bem e o mal são idênticos, como diz Heraclito [136], se negam a admitir a impossibilidade de que os contrários pertençam simultaneamente ao mesmo su-

jeito, não porque eles mesmos não creiam isso, mas porque, atendo-se a Heraclito, têm de o dizer assim. É também deste modo que procedem os que defendem reciprocamente as teses um do outro, pois tendem a exprimir-se conforme ao que propôs a tese.

6

O que deve ter em mente quem responde, é óbvio, seja a sua tese absolutamente provável ou apenas provável para uma determinada pessoa.

Como toda a interrogação tem de ser necessariamente, ou provável, ou improvável, ou nem provável nem improvável, e como tem de se referir ao argumento, ou de não se referir ao argumento, se a interrogação for provável sem apresentar relação com o argumento, o respondente terá de admitir que ela
160 a é provável. Se não for provável, e não apresentar relação com o argumento, tem de admitir, mas dizendo também que ela não é provável, para que não seja considerado um simplista. Se ela apresentar relação com o argumento e se for provável, terá de dizer que é provável, mas que se encontra muito próxima da tese inicial, e que, se for admitida, o problema proposto se desvanece. Se o que o interrogante pretende estiver em relação com o argumento, mas for deveras improvável, o

que responde deverá admitir que, se ela for concedida, a conclusão desejada se infere, embora a proposição seja muito simplista para ser concedida. Se a proposição não for, nem improvável, nem provável, no caso de ela não ter qualquer relação com o argumento, cumpre admiti-la sem restrições; mas se estiver em relação com o argumento, o que responde deve acrescentar o comentário de que, se ela for admitida, o problema inicial se desvanece. Cumprindo estas regras, o que responde não dará aso a que seja considerado ele mesmo responsável pelo que ocorra, caso preveja a consequência de cada uma das proposições concedidas e, além disso, o que interroga poderá chegar a uma conclusão, porque todas as premissas mais prováveis do que a conclusão lhe foram admitidas. Agora, os que tentam extrair uma conclusão a partir de premissas mais improváveis do que a conclusão, não raciocinam com rigor, como é óbvio, por isso que não as devemos conceder aos que as solicitam.

7

Ao que responde às questões temos de o refutar de modo análogo, nos casos em que os termos forem obscuros, ou seja, tiverem múltiplas acepções. Como ao que responde sempre se permite, caso não compreenda,

dizer que não compreende, e como a uma questão de múltiplas acepções nunca é obrigado a responder *sim* ou *não*, torna-se claro, antes de mais, que, se a expressão não for clara, ele não deve hesitar em dizer que não a compreende; porque, muitas vezes, encontramos dificuldades quando respondemos a questões que não foram claramente propostas. Se compreender a expressão, ainda que esta tenha múltiplas acepções, então, se a expressão for em todas as acepções, ou verdadeira ou falsa, ele deve admiti-la ou rejeitá-la totalmente; se, pelo contrário, for parcialmente falsa e parcialmente verdadeira, deve declarar que a expressão é compreensível em várias acepções e ainda que, numa das acepções ela é verdadeira e, noutra, falsa; porque, se fizer esta declaração no final, ficamos na dúvida se, também no início, ele percebeu ou não a homonímia. Se o que responde não se apercebeu previamente da homonímia, dando assentimento à questão, tendo em mente apenas uma única das acepções, nesse caso deve dizer ao opositor que está a orientar a questão noutro sentido, que não era esse o sentido que considerara, mas outro, ao admitir a proposição. Se um termo ou uma expressão abarcam várias coisas, a homonímia produz-se com facilidade. Se, todavia, a questão for clara e simples, basta responder ou *sim*, ou *não*.

8

Dentro de um silogismo, a prótase é sempre, ou uma das proposições a partir das quais o silogismo se constrói, ou uma proposição formulada para estabelecer uma destas proposições construídas (e vemos sempre quando ela se assume em vista de uma outra proposição, uma vez que várias questões análogas foram propostas, pois é através da épagoge, ou por analogia, que, quase sempre atingimos o universal), pelo que o que responde pode admitir todas as proposições particulares, se forem verdadeiras e prováveis. Contra 160b
a proposição universal devemos tentar formular uma instância [137], pois, sem uma objecção deste género, real ou aparente, o acto de estorvar o desenvolvimento do silogismo constitui uma perturbação. Se recusarmos admitir a proposição universal obviamente resultante de muitos paradigmas singulares, sem que se apresente qualquer instância, é evidente que isso equivale a um estorvo. Se, além disso, nem sequer se pode demonstrar, mediante contra argumento, que a proposição não é verdadeira, mais daremos a impressão de nos entregarmos a má intenção, ainda que esse contra argumento não seja suficiente, pois, muitas vezes, somos postos face a argu-

mentos contrários das opiniões comuns, e cuja solução é difícil. É o caso, por exemplo, do argumento de Zenão acerca da impossibilidade do movimento, ou sobre a impossibilidade de atravessar o estádio. Mesmo assim não há qualquer razão para não adoptar os opostos destas proposições.

Portanto, se, sem qualquer objecção, nem contra argumento, recusarmos admitir a proposição do opositor, é evidente que temos uma duscolia [138]. Entendo por duscolia, nas disputas, uma resposta formulada de modo diferente daquelas de que acabámos de falar, e destrutiva do raciocínio.

9

Antes de se sustentar uma tese ou uma definição, o que responde deve pôr-se a si mesmo todas as objecções, já que lhe cumpre assumir o contrário dos argumentos mediante os quais os que interrogam refutam as suas propostas.

Evitará sustentar uma hipótese improvável. Uma tese pode ser improvável de dois modos: é improvável, quando resulta de proposições impossíveis, por exemplo, se disséssemos que *tudo se move* ou que *nada se move.* São também improváveis as que fossem escolhidas apenas por gentes de costumes

depravados e que são implicitamente contrários aos sentimentos humanos, por exemplo, que *o prazer é um bem,* e que *fazer injustiça* é melhor do que *padecer injustiça.* Detestamos os que sustentam estas máximas, pensando que as sustentam, não por exigência das disputas, mas porque é isso que pensam.

10

Para todos os argumentos que conduzem ao pseudo-silogismo, a solução correcta é a de rebater o ponto de onde o erro procede, porque a supressão de um ponto qualquer não restabelece o silogismo, mesmo se o suprimido for falso. O argumento pode conter mais de um erro. Admitamos, por exemplo, que tomámos as seguintes premissas: *o que está sentado escreve,* e *Sócrates está sentado* — consequência: *Sócrates escreve.* Suprimindo a premissa *Sócrates está sentado,* não nos aproximaremos da solução do silogismo, uma vez verificar-se que a proposição solicitada é falsa, dela não dependendo, todavia, a falsidade do argumento. Se alguém estiver sentado mas não escrever, será impossível, em tal caso, aplicar a mesma solução. Logo, esta proposição não é a que temos de rebater, pois o que está sentado nem sempre escreve. A solução total a dar ao silogismo consiste em

suprimir o ponto de onde o erro procede, e se soubermos que é deste ponto que o argumento depende, logo conhecemos a solução, tal como sucede no caso das falsas figuras. Não basta objectar, mesmo se o ponto suprimido for um erro, mas cumpre ainda demonstrar a causa do erro; deste modo, veremos claramente se, ao pôr-se a objecção, a consequência foi ou não foi prevista.

161 a Há quatro modos possíveis de impedir a conclusão de um silogismo. Ou suprimindo o ponto de onde o erro procede. Ou pondo uma objecção ao que interroga, porque mesmo quando não se possa encontrar uma solução, o que interroga torna-se incapaz de prosseguir a sua argumentação. Em terceiro lugar, a objecção pode constituir uma instância ao interrogante, pois é possível que a conclusão desejada pelo interrogante não derive das interrogações propostas, porque as interrogações foram viciosas, enquanto o aditamento de algum outro elemento conduziria à conclusão. Se o que interroga for incapaz de levar a argumentação por diante, a objecção será proposta contra o que interroga, mas se for capaz de prosseguir o silogismo, a objecção valerá contra as suas questões. A quarta e pior espécie de instância é a que se orienta para o tempo permitido à disputa: há, de facto, gente que levanta objecções tais, que

a sua análise exigiria mais tempo do que o disponível para a disputa.

Deste modo, como dissemos, há quatro modos de objectar; mas só o primeiro constitui uma verdadeira solução, os outros não sendo mais do que impedimentos e obstáculos ao achamento das conclusões.

11

A repreensão [139] dirigida contra um argumento não é a mesma quando visa o argumento em si mesmo e o argumento apresentado sob a forma de questões. O mau andamento da argumentação decorre, muitas vezes, do que interroga, porque este rejeita admitir as proposições de onde legitimamente se poderia extrair um argumento contra a tese por si proposta; pois não está somente ao alcance de um dos dois opositores o satisfazer a tarefa a ambos comum. Portanto, é necessário, por vezes, atacar o próprio interlocutor e não a sua tese, sempre que o respondente se atém na expectativa de tudo quanto é contrário ao interrogante; porque, em virude destas diatribes, as discussões transformam-se em contenciosas e perdem a natureza dialéctica. Além disso, como os argumentos deste género são formulados para exercício e provação, não para instrução,

claro que temos de concluir, o verdadeiro e também o falso, e proceder, não sempre mediante premissas verdadeiras, mas algumas vezes mediante premissas falsas. De facto, com frequência, quando se propõe uma premissa verdadeira, somos compelidos, durante a disputa, a destruí-la, de modo que temos de adiantar premissas falsas. Por vezes também, quando se propõe uma premissa falsa, temos de a destruir mediante proposições falsas; nada obsta a que um opositor julgue mais o que não é do que o que é verdadeiro, de onde resulta que, se o argumento depender de proposições que lhe parecem verdadeiras, o persuadiremos ou o ajudaremos com maior facilidade. Todavia, o que desejar transitar correctamente do verdadeiro para o falso ou do falso para o verdadeiro, tem de efectuar dialecticamente esta transição, que nunca pode efectuar eristicamente, ao modo do geómetra, que razoa segundo a Geometria, quer a conclusão seja verdadeira, quer seja falsa. Quais os silogismos dialécticos já o dissemos mais atrás [11].

O princípio, de acordo com o qual um mau opositor é o que impede a obra comum, também se ajusta à disputa, pois, com efeito, há nos argumentos um propósito comum a que nos cometemos, excepção feita aos que só discutem por causa da agonística em si

mesma, dado que uns e outros não seriam capazes de prosseguir o mesmo fim, uma vez que a vitória não pode ser atribuída a mais do que a um. Aliás, pouco importa que seja 161 b
ao que responde ou ao que interroga — o que propõe interrogações erísticas é tão mau dialecta como o que, respondendo, não dá a resposta que lhe parece verdadeira, ou recusa definitivamente a compreensão do ponto acerca do qual versa a indagação do interrogante. Assim, conforme ao que acabámos de dizer, não se pode criticar do mesmo modo o argumento em si mesmo e o interrogante, nada obstando a que o silogismo esteja viciado, e que o interrogante haja discutido o melhor que podia com o que responde; face aos maus disputadores, não se pode raciocinar como se quer, mas apenas como se pode.

Enquanto se não definiu quando se tomam os contrários, e quando se toma o que foi proposto no início — porque, muitas vezes, quando as pessoas falam para si mesmas, admitem os contrários, e depois de rejeitarem uma premissa, acabam por a admitir — sendo por este motivo que, quando interrogados dão o assentimento aos contrários e ao que inicialmente foi proposto — os argumentos apresentam-se necessariamente viciados. Em todo o caso, o que está em causa é o que responde, quando recusa admitir uns pontos e aceita

admitir outros da mesma classe. Assim, é evidente que a crítica não deve portar-se de igual modo face aos interrogantes, e face aos argumentos.

Um argumento em si mesmo é passível de cinco espécies de críticas. Primeiro, quando, das questões aduzidas, não se extrai a conclusão proposta, nem qualquer outra conclusão, e quando são falsas ou improváveis, senão todas, pelo menos a maior parte das premissas nas quais a conclusão assenta, e quando, além disso, nem por subtracções, nem por adições, nem por subtracções e adições conjuntas, conseguimos obter a conclusão. A segunda crítica, é quando o raciocínio não pode efectuar-se em relação à tese, ainda que constituída sobre premissas deste tipo, e segundo os métodos antes indicados. A terceira, é quando algumas adições permitem obter a conclusão, mas estas adições são todavia inferiores às questões propostas, ou seja, menos prováveis do que a conclusão. Outra espécie de crítica: quando, tendo-se feito algumas supressões, a conclusão não é obtida, dado que, por vezes, adiantamos mais premissas do que as necessárias, de modo que o raciocínio não se efectua por causa da sua presença. Por fim, a última crítica: é quando, se as premissas são mais improváveis e menos persuasivas do que a conclusão, ou se, embora

verdadeiras, são mais difíceis de demonstrar do que o próprio problema.

Não se deve pretender que os problemas sejam igualmente prováveis e persuasivos, pois uma consequência imediata do ser das coisas é a de que alguns sujeitos são de abordagem mais fácil, e outros de mais difícil abordagem, pelo que, se concluímos, baseando-nos nas opiniões mais prováveis, que o sujeito possa admitir, discutimos correctamente. Assim, verificamos que, mesmo considerando o próprio argumento, a crítica é diferente conforme ele se considere em relação ao problema ou em relação a si mesmo — pois nada obsta a que o argumento seja em si mesmo criticável e que, não obstante, seja louvável em relação ao problema; ou ainda, na inversa, em si mesmo louvável e 162 a
criticável quando ao problema, sempre que haja várias proposições ao mesmo tempo prováveis e verdadeiras, das quais se poderia facilmente extrair uma conclusão. Pode até acontecer, por vezes, que um argumento, mesmo conclusivo, seja menos bom do que um argumento não-conclusivo, e isto acontece quando o primeiro extrai a conclusão de premissas frágeis, enquanto o problema não é frágil, e quando o segundo, mesmo necessitando destas adições, só as exige como adições prováveis e verdadeiras que, além do

mais, não são a solução para o nó do problema. Os que concluem o falso mediante premissas falsas não são licitamente criticáveis, porque, enquanto o falso se conclui sempre e necessariamente mediante premissas falsas, o verdadeiro pode ocasionalmente ser concluído mediante premissas falsas, tal como pudemos verificar nos *Analíticos*.

Sempre que se demonstra algo pelo argumento estatuído, e se houver outra coisa que não apresenta qualquer relação com a conclusão, o mesmo argumento não demonstrará simultaneamente esta outra coisa; e se der a ilusão de a demonstrar equivalerá a um sofisma, nunca a uma demonstração.

O *filosofema* [141] é um silogismo demonstrativo; o *epiquerema* [142] é um silogismo dialéctico; o *sofisma* [143] é um silogismo erístico; um *aporema* [144] é um silogismo dialéctico da contradição.

Se tivermos que demonstrar algo com base em premissas ambas prováveis, mas não igualmente prováveis, nada obsta a que a conclusão demonstrada seja mais provável que cada uma das duas; mas se uma das premissas for provável e a outra não for, nem provável, nem improvável, ou se uma for provável e a outra improvável, nestes casos, se as duas premissas forem do mesmo grau, também haverá igualdade de grau para a con-

clusão; mas se uma for superior à outra, a conclusão seguirá o grau da superior.

Cometemos também uma falta nos silogismos, e é a seguinte: quando a prova se efectua através de um grande número de termos intermédios, embora se pudesse efectuar mediante menor número, e pelos que se acham compreendidos no argumento; se, por exemplo, desejando mostrar que uma opinião é mais opinião que uma outra, propuséssemos os seguintes postulados: *A em si mesmo é mais plenamente A do que qualquer outra coisa; há genuinamente um objecto de opinião em si mesmo* — o que vem a dar por conclusão: *o objecto de opinião em si mesmo é mais plenamente um objecto de opinião do que os objectos particulares da opinião.* E depois: *um termo relativo é mais plenamente ele mesmo, quando o seu correlativo é mais plenamente ele mesmo,* e *há uma genuína opinião em si mesma que será opinião num sentido mais rigoroso, do que as opiniões particulares.* Ao mesmo tempo foi proposto: *há uma opinião genuína em si mesma* e *A em si mesmo é mais plenamente A do que qualquer outra coisa;* de onde se conclui: *a opinião em si mesma será mais plenamente uma opinião.* Qual o vício do silogismo? É o de que simplesmente dissimula a causa *do argumento.*

12

Um argumento é perspicaz, antes de mais, e de acordo com o senso comum, quando a conclusão é tal, que não admite outra questão depois dela. Noutro sentido, que também é o habitual, é quando as proposições aduzidas são tais, que a conclusão se revela necessariamente, e quando o argumento se conclui através de premissas que são, em si mesmas, conclusões. Em último sentido, é quando o argumento silencia um elemento muito provável.

162 b

Dizemos que um argumento é falso de quatro modos. Primeiro, quando parece concluir, sem deveras concluir; a isto se chama *silogismo erístico.* Segundo, quando obtém uma conclusão, mas esta não é a conclusão proposta; é este o caso, sobretudo, das reduções ao absurdo. Terceiro, quando o argumento leva à conclusão proposta, mas não de acordo com o método próprio do sujeito; é o que acontece, quando um argumento não-médico parece médico, ou um argumento não-geométrico geométrico, ou um argumento não-dialéctico dialéctico, seja a conclusão verdadeira ou falsa. Enfim, o último modo, é quando a conclusão se obtém através de falsas premissas; e a conclusão deste tipo

pode ser umas vezes verdadeira e outras vezes falsa; porque, enquanto uma conclusão falsa é sempre o efeito de premissas falsas, uma conclusão verdadeira pode extrair-se de premissas que não são verdadeiras, tal como já antes dissemos [145].

A falácia deriva mais de um erro do arguente do que do próprio argumento, por isso, nem sempre é falta do arguente, sendo-o apenas quando ele não se apercebeu de que incorre em falácia; pois admitimos amiúde, pelo seu valor, preferentemente a muitos outros verdadeiros, um argumento que refuta uma proposição verdadeira, caso faça isso a partir de premissas prováveis o mais geralmente possível. Um argumento deste tipo é uma demonstração de outras coisas que são verdadeiras, porque uma das premissas aduzidas não devia sê-lo, dela resultando a demonstração. Mas se uma conclusão verdadeira for obtida através de premissas falsas e muito simplistas, o argumento será bem inferior a muitos argumentos que levam a uma falsa conclusão, embora um argumento conducente a uma falsa conclusão possa também ser deste tipo. Vemos, portanto, que há que analisar, antes de mais, num silogismo em si mesmo, se há uma conclusão; depois, se a conclusão é verdadeira ou falsa; em terceiro lugar, de que espécie de premissas ele pro-

cede; porque, se as premissas forem falsas, mas prováveis, o argumento é dialéctico; se forem verdadeiras, mas improváveis, é falacioso; se forem ao mesmo tempo falsas e muito improváveis, é claro que é falacioso, tanto em si mesmo, como em relação ao objecto questionado.

13

Nos nossos *Analíticos*[146], já tratámos, segundo o critério da verdade, o modo pelo qual a petição de princípio e a petição de contrários são cometíveis pelo interrogante. Falta agora falar disso segundo o critério da opinião.

Segundo parece, podemos cometer petição de princípio de cinco modos. O primeiro, e mais óbvio, é quando se postula o próprio sujeito a demonstrar — isto é uma falta que dificilmente escapa à atenção, sempre que é o próprio termo em causa que se postula; mas é mais difícil de desvelar no caso dos sinónimos, ou de um termo e de uma expres-
163 a são com o mesmo significado. O segundo, é quando se postula universalmente um sujeito que carece de demonstração particular, se, por exemplo, tentando provar que a ciência dos contrários é una, disséssemos que a ciência dos opostos em geral é una; porque então,

parece que o sujeito a provar por si mesmo, é postulado juntamente com outros. Terceiro, quando postulamos particularmente o que propomos provar universalmente, se, por exemplo, propondo-nos provar que a ciência dos contrários é sempre una, se postulasse isto a respeito de certos pares de contrários; porque, também aqui, parece que o sujeito a provar com outros, é proposto em separado. Há também petição de princípio se postularmos o problema depois de o termos dividido, se, por exemplo, tendo de provar que a Medicina é a ciência do são e do molesto, aduzíssemos estas duas qualidades separadamente. Enfim, se postularmos uma de duas proposições que se implicam necessariamente uma à outra; se, por exemplo, tendo de provar que a diagonal é incomensurável com o lado, disséssemos que o lado é incomensurável com a diagonal.

Há tantas petições de contrários como petições de princípios. Em primeiro lugar, quando propomos a afirmação e a negação opostas. Em segundo lugar, se aduzimos os termos contrários de uma antítese, por exemplo, que *o mesmo objecto é bom e mau.* Em terceiro lugar, se, tendo aduzido uma contradição universal, pedimos a sua contraditória para um caso singular; se, por exemplo, tendo dito que *a ciência dos contrários é una,* pre-

tendessemos que *é diferente* nos casos da saúde e da doença. Mais ainda, se, tendo postulado esta última proposição, tentássemos assumir universalmente a antítese. Por fim, se postularmos o contrário da conclusão extraível necessariamente das premissas aduzidas, e isto mesmo se, sem tomar as premissas opostas em si mesmas, postulássemos duas premissas tais, que a proposição oposta à primeira conclusão seria deduzível.

A diferença entre a petição dos contrários e a petição de princípio é a de que, nesta última, a falácia ocorre relativamente à conclusão — pois é considerando a conclusão que dizemos que a questão inicial foi proposta —, enquanto a petição de contrários ocorre relativamente às premissas, ou seja, a uma certa relação de uma para com a outra.

14

O melhor para nos exercitarmos e provarmos nos exercícios deste tipo, consiste, em primeiro lugar, em nos acostumarmos à conversão dos argumentos, porque, deste modo, seremos mais capazes de discutir as proposições questionadas, e, depois de algumas tentativas, conhecermos muitos argumentos em profundidade. A conversão de um argumento consiste em propor a inversa da conclusão

com as proposições pedidas que restam, destruindo uma das admitidas; porque daí se segue necessariamente que, se a conclusão não for verdadeira, uma das premissas é destruída, porque, estando dadas todas as premissas, a conclusão tem necessariamente de extrair-se. No estudo de uma tese, seja ela qual for, cumpre questionar os argumentos pró e contra, e, uma vez identificados, procurar 163 b saber o modo de os refutar; porque, deste modo, se verá imediatamente que nos exercitámos ao mesmo tempo tanto a propor questões como a responder às questões. E se não tivermos ninguém com quem discutir, fá-lo-emos com nós mesmos. Temos, ainda assim, de escolher os argumentos pelos quais podemos combater a mesma tese, pondo-os em paralelo com os presentes — pois isso equivale à aquisição de abundantes argumentos para constranger o opositor, e também a uma poderosa ajuda para refutar, ficando bem provido de argumentos pró e contra, assim nos achando armados contra as proposições contrárias à que desejamos estabelecer. Uma outra vantagem: no que se refere ao conhecimento e à prudência filosófica, não é negligenciável o poder abarcar, com um simples olhar, ou o ter já abarcado, as consequências resultantes de uma e de outra das hipóteses, pois então só nos resta escolher justamente

entre as duas. Para uma tarefa como esta, é precisa uma feliz disposição natural, e esta feliz disposição natural consiste apenas na recta faculdade de escolher o verdadeiro e de evitar o falso. É precisamente disto que os indivíduos honestos são capazes, pois, em virtude de uma tendência, ou de uma feliz repugnância, face ao que se lhes propõe, sabem avaliar o melhor.

Quanto aos problemas mais frequentemente suscitados na disputa, é útil conhecer em profundidade os argumentos a aduzir, mormente quando estão causa os princípios, pois, ao discuti-los, os que respondem sofrem, muitas vezes, revés. Por outro lado, convém dispor de abundância de definições, manejando as mais prováveis e as que são primeiras, por ser através delas que os silogismos se constroem. Também importa dispor dos lugares comuns sob os quais os argumentos a maior parte das vezes se encontram, pois, tal como em Geometria é bom ser versado no conhecimento dos elementos, e, em Aritmética, saber na ponta do dedo a multiplicação dos dez primeiros números — o que é muito importante também para o conhecimento dos múltiplos dos outros números — também nos argumentos é uma grande vantagem deter os princípios e conhecer as premissas de cor. Assim como os lugares atribuídos à memória

bastam para nos fazer lembrar de imediato a lembrança das coisas em si mesmas, assim as disposições de que falamos agora nos tornarão mais capazes de raciocinar, uma vez que temos presentes as proposições definidas em número. Aliás, é preferível confiar à memória uma premissa comum, por não ser grande a dificuldade na posse abundante de princípio ou de hipótese.

Por outro lado, cumpre habituarmo-nos a desdobrar um único argumento em vários, dissimulando o melhor possível esta operação. Tamanho efeito atingir-se-á mantendo-nos o mais longe possível dos tópicos próximos do sujeito do argumento; os argumentos mais universais são os que melhor podem surtir este efeito, por exemplo: a proposição 164 a
de que não pode haver uma única ciência de várias coisas, pois é isto que se verifica simultaneamente quanto aos relativos, aos contrários e aos termos coordenados.

As recensões das disputas anteriores devem ser efectuadas de modo universal, mesmo quando a argumentação do opositor haja arguido acerca do singular, pois, deste modo, de um único argumento extraíremos vários. A mesma norma aplica-se ainda, em Retórica, aos *entimemas* [147]. Quanto a nós, temos de evitar na medida do possível a apresentação dos nossos silogismos sob uma forma univer-

sal. E temos de examinar sempre se os argumentos se apoiam em princípios do saber comum, pois todos os argumentos particulares são também universalmente demonstrados, isto é, numa demonstração particular reside sempre uma demonstração universal, uma vez não podermos construir qualquer silogismo sem utilização dos universais.

Há que utilizar a prática dos silogismos epagógicos contras os noviços, e a prática dos silogismos dedutivos contra os peritos [14]. Cumpre tentar, além disso, a aceitação das premissas pelos que raciocinam de modo dedutivo, e das comparações pelos que raciocinam de modo dedutivo, e das comparações pelos que raciocinam por modo indutivo, por ser neste ponto que eles se exercitaram. De um modo geral também, dos seus exercícios dialécticos temos de nos esforçar por extrair, seja um silogismo acerca de qualquer sujeito, seja um elenco, seja uma premissa, seja uma instância, seja um aditamento sobre a questão de saber se a interrogação foi bem ou mal proposta por si mesmo ou por outro, e o motivo porque foi bem ou mal proposta. É daí
164 b que se colhe a energia, e é em vista da aquisição desta energia que nos exercitamos, sobretudo no que se refere às proposições e às objecções. Numa palavra, um dialecta é o que se acha apto a formular proposições e objec-

ções. Ora, formular uma proposição é unir várias coisas em uma só (pois temos de assumir numa geral acepção, como uma coisa única, a conclusão a que o argumento conduz), enquanto formular uma objecção é desdobrar uma só coisa em várias, pois aí dividimos ou destruímos, admitindo tal ponto, e recusando tal outro, das proposições aduzidas.

Convém não discutir com toda a gente, nem praticar a dialéctica com o primeiro que aparece, porque, face a certas pessoas, os silogismos degeneram sempre. Contra um opositor que procura todos os meios para evitar a derrota, é lícito tentar chegar a uma conclusão por todos os meios, mas este método carece de dignidade. Por isso, é preferível não nos entregarmos de ânimo leve a disputas com o primeeiro que nos aparece, porque então, e sem remédio, gera-se uma disputa infeliz. E os que assim procedem são incapazes de impedir uma discussão que acaba em altercação.

Enfim, cumpre deter os argumentos preparados para este tipo de problemas em que, com módicos recursos, deles nos poderemos servir no maior número possível de casos. Tais são os argumentos universais, e aquilo que é mais difícil de encontrar, através da ajuda da experiência corrente.

NOTAS

NOTAS

[1] O livro intitulado Τά τοπικά ou Τοπικῶν — *Tópicos* — é considerado um escrito autêntico de Aristóteles, pesem embora as indecisões sobre o livro V, e sobre alguns trechos que o texto apresenta, como se constituíssem interpolações. A redacção de alguns livros é anterior à dos *Analíticos*, testemunhando a favor desta anterioridade a ainda patente ignorância da arte demonstrativa (elevada à perfeição nos citados *Analíticos*) e a constância das motivações extraídas da dialéctica, conforme ela se achava nos tempos de Platão, e nas técnicas da academia platónica. Tem viabilidade a hipótese de que o livro dos *Tópicos*, incluindo o *Elencos Sofísticos* (que, afinal de contas, é um mero apêndice, ou um nono livro do grupo incluído em *Tópicos*) é obra de juventude, redigida logo a seguir ao tratado sobre as *Categorias*. Se esta hipótese fosse confirmada, teríamos deduzido duas importantes conclusões, a saber: *a*) que a ordenação do *Organon* deveria ser logicamente reformulada; *b*) que Aristóteles construiu a lógica nova, constante dos *Analíticos*, depois de ter estudado a gramática da sua língua (*Categorias*, *Periermeneias*) e os lugares comuns do grego enquanto língua

de expressão e de comunicação de uma sociedade e de uma cultura. Sendo assim, Aristóteles estudou a gramática nos dois primeiros livros orgânicos, efectuou a hermenêutica da dialéctica em *Tópicos* e *Elencos*, e construiu a lógica, a partir dos prévios estudos, nos livros dos *Analíticos*.

O tema dos oito livros contidos neste tratado é a dialéctica, assumida como técnica antiga, mas pelo autor transformada em sistemática da teoria das probabilidades e dos opináveis. Os oito livros constituem quatro partes bem definidas: uma introdução, uma exposição geral dos temas, uma compilação dos tópicos ou lugares comuns derivados dos argumentos, — que ocupa a maior parte da obra — e uma norma sobre a formação dialéctica e a prática desta arte, constante, por exemplo, de todo o sétimo livro. Uma análise contextual mais estrita mostra que a introdução consta dos três primeiros capítulos do primeiro livro. A segunda parte, sobre a exposição geral dos temas, inicia-se no capítulo quarto do livro primeiro; a terceira parte engloba os livros terceiro a sétimo, inclusive, sobre os tópicos (acidente, género, propriedade, definição, identidade); a quarte parte, versando a dialéctica prática e o exercício da dialéctica, ocupa todo o livro oitavo e bem assim o nono livro, os *Elencos*, que, por motivos editoriais e normativos, tem sido separado do grupo dos *Tópicos*. Em síntese, estes oito livros constituem uma propedêutica dialéctica à teoria demonstrativa e epistemológica, que a lógica formal levaria às últimas instâncias.

[2] Sobre o silogismo cf. *Analíticos Anteriores*, I, 1, 24 b.

[2] Premissas evidentes e primeiras, isto é, prótases, ἐξ ἀληθῶν καὶ πρώτων. O adjectivo ἀληθῶν, análogo do substantivo ἀλήθεια, diz que a premissa é evidente ou revelada, não carecendo de demonstração para ser aceite como verdade, já pelo senso crítico, já pelo senso comum. O indemonstrável é o que não carece de demonstração para ser aceite comummente enquanto é. O silogismo demonstrativo parte de premissas evidente e primeiras.

[4] O silogismo dialéctico parte de premissas prováveis, não evidentes, que podem ser meras opiniões demonstráveis, ἐνδόξων συλλογιζόμενος.

[5] Silogismo erístico, ἐριστικὸς συλλογισμὸς, ou silogismo contencioso, ou silogismo sofístico. Cf. *Elencos Sofísticos*, 11, 171 b.

[6] Paralogismo, παραλόγισμο, de algum modo equivalente ao silogismo, chamado ἀγεώμετρητος, que não faz correcto uso demonstrativo dos princípios da geometria. Cf. *Analíticos Posteriores*, I, 12, 77 b. Este silogismo é também chamado pseudógrafo, por constituir uma descrição mentirosa. «Silogismo pseudógrafo é aquele que, da matéria própria de alguma ciência, deduz uma conclusão, não, porém, de premissas verdadeiras, mas que parecem verdadeiras e necessárias, como neste exemplo: as coisas, cuja circunscrição é igual, são iguais; ora o triângulo e o quadrado, que resultam de uma linha igual, têm uma circunscrição igual; logo, são iguais. A matéria deste silogismo é nitidamente geométrica. Na verdade, a proposição maior, ainda que pareça verdadeira e necessária, é sem dúvida falsa». (Pedro da Fonseca, *Instituições Dialécticas*, VIII, 1).

[7] Na interpretação de Pedro da Fonseca

(*ob. cit.*, VII, 1) o silogismo simples apresenta-se em quatro géneros: demonstrativo (cujo fim é fazer ciência, *efficere scientiam*), dialéctico (cujo fim é o de produzir a opinião, *gignere opinionem*), pseudógrafo (ou falso juízo, à maneira de ciência) e sofístico (pura falácia, engano, *deceptionem*).

[8] No texto latino da edição Didot lê-se: «Est autem utilis ad tria, ad exercitationem, ad congressus, ad scientias philosophicas». Como exercício: πρὸς γυμνασίαν; nos encontros casuais; πρὸς τὰς ἐντεύξεις; nas ciências filosóficas: πρὸς τὰς φιλοσοφίαν ἐπιστήμας.

[9] Aristóteles utiliza os nomes *doxa* (δόξα) e *dogma* (δογμα) para designar, por um lado, as opiniões estranhas e, por outro, as opiniões próprias, pelo que, no contexto, *dogma* e *doxa* são sinónimos, enquanto etimológica e conceptualmente não há sinonímia entre dogma e opinião.

[10] A aporia, ἀπορία, é o confronto de duas opiniões contrárias, mas ambas racionais, em resposta a um mesmo problema, ou questão. O desenvolvimento da aporia é uma diaporia, do verbo διαπορῆσαι. Aristóteles socorre-se frequentemente do método diaporemático. Cf., por exemplo, os exercícios diaporemáticos do livro B da *Metafísica*.

[11] O adjectivo do texto é ἐξεταστική, que Didot traduz pelo termo latino *indagatrix*.

[12] O capítulo III, embora identificado como tal, acha-se incluído, na edição de Didot, no capítulo II. Análoga situação ocorre com outros capítulos, pelo que, em vista de uma clara visão da sequência capitular, autonomizámos todos os capítulos, em conformidade com as mais modernas edições, e conforme já fizemos nos res-

tantes volumes desta tradução. Aliás, como se sabe, a introdução de capítulos numerados no texo de Aristóteles é uma convenção artificial dos editores e das escolas.

[13] Faculdades, δυνάμεων. A dialéctica é uma arte, ou faculdade, ou dinâmica, δύναμις.

[14] Considerar o método, θεωρητέον... ἡ μεθοδος, ver, teorizar o método.

[15] Próprio, carácter, propriedade, ἡ ἴδιον. Diz-se maximamente próprio de uma coisa o que dela é recíproco. O próprio é duplo, complexo e simples, «duplex est complexum, e simplex». Complexo enquanto se divide em definição e oração; simples, enquanto acidental. (P. da Fonseca, *ob. cit.*, II, 6).

[16] Definição, ἡ ὅρον. «Definitio est oratio, quae essentiam aliquam naturamve declarat» (Fonseca, *ob. cit.*, V, 1). Diz-se que a definição é oração, porque um só nome não pode ser definido de um sujeito, havendo apenas uma definição para cada sujeito. Sobre as regras da definição cf. *Analíticos Posteriores*, II, 10; *Tópicos*, VI; Fonseca, *ob. cit.*, V, 9-13.

[17] Género, ἡ γένος. «Genus itaque est universale quiddam, sub quo species collocatur» — «o género é um universal sob o qual se coloca a espécie» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 3).

[18] Acidente, ἡ συμβεβηκός. É o que se predica acidentalmente de uma coisa — «nomine... quicquid de re accidentaliter praedicatur» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 7). Espécie é o que se coloca imediatamente sob algum género — «species est id quod proxime sub aliquo genere collocatur» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 4).

[19] São estes — próprio, definição, género, acidente — os predicados gerais, também ditos

voces, vozes, ou *modi praedicandi* — com que se elaboram as proposições e os argumentos.

[20] O próprio, à semelhança da definição, diz-se apenas do nome definido (μόνῳ) e de todo o definido (παντί), mas só lhe exprime a quididade, διαθέσις, não lhe exprimindo a essência.

[21] Isto é: próprio, definição, género, acidente.

[22] Cf. *Tópicos*, I, 1, 101 a.

[23] Idêntico, ταὐτό, *eodem*. Cf. *Metafísica*, Δ, 9, 1017 b.

[24] Cf. *Tópicos*, I, 7, 103 a.

[25] Indução, épagoge, ἐπαγωγή, ou exame dos casos particulares.

[26] Predicáveis são, pois, as diferenças, compreendidas nos quatro termos — próprio, definição, género, acidente — objecto deste livro. «Diferença pode dizer-se a forma pela qual uma coisa difere, ou de si, em tempos diferentes, ou de outra» (Fonseca, *ob. cit.*, II, 5).

[27] Cf. *Categorias*, 4, 1 b-2 a.

[28] O termo εὐσία é, neste caso, sinónimo de τί ἐστι.

[29] Isto é, dez, dado serem dez as categorias. Cf. *Categorias*, 4, 1 b - 2 a.

[30] Leia-se também: os problemas e as proposições dos argumentos dialécticos.

[31] Proposição dialéctica, πρότασις διαλεκτική.

[32] Problema dialéctico, πρόβλημα διαλεκτικόν.

[33] Cf. *Periermeneias*, 14, 23 b; *Tópicos*, II, 7, 113 a.

[34] O problema dialéctico é um teorema, θεώρημα, ou, como se diz na nomenclatura latina, uma *quaestio tendens aut expetendum et fugiendum aut ad veritate et cognitionem*.

[35] Tese, θεσις, Cf. *Analíticos Posteriores*, 1, 2,

72 a. A tese apresenta dois predicados próprios: é um juízo contrário à opinião comum, e é um problema.

[36] Antístenes, filósofo (455-360 ou 365 a.C.), discípulo de Sócrates e contemporâneo de Platão, presumível fundador da Escola Cínica, negou o valor dos universais e da arte dialéctica, privilegiando a teoria da felicidade, eudemonia.

[37] Esta tese de Heraclito aparece referenciada nos doxógrafos, e nos comentadores. Cf. Platão, *Crátilo*, 402 a e Aristóteles, *Física*, θ, 3, 253 b 9. No texto, Aristóteles diz πάντα κινεῖται, *tudo se move*.

[38] Melisso de Samos, Frag. 5.

[39] Epagoge ou indução, ou introdução, através dos particulares.

[40] Cf. *Tópicos*, I, 1, 100 a.

[41] Ou contraditores, ἀντιλογικούς.

[42] Cf. *Tópicos*, I, 4.

[43] Cf. *Tópicos*, I, 10, 104 a.

[44] Método da apostila, e também da glosa, técnica tornada exaustiva na escolástica medieval, que aprendeu muito bem esta lição de Aristóteles.

[45] Empédocles, Frag. 6. A melhor doxografia da tese de Empédocles sobre o quaternário elementar é a de Simplício (*Física*, 25, 21). Os elementos (στοιχεῖα, sing. στοιχεῖον) são o fogo, o ar, a água e a terra.

[46] Isto é, segundo a ἀλήθεια, verdade, do verbo ἀληθεύω.

[47] Justiça e coragem, δικαιοσύνη καὶ ἀνδρία. Coragem não traduz com rigor a noção de ἀνδρεία, o próprio do homem, a virilidade, já que coragem inere ao coração.

[48] Literalmente, no texto: branco (λευχός)

e preto (μέλας), adjectivos que, em português, não se ajustam aos termos adjectivados.

[49] Os predicados *bem* e *ser* aplicam-se em todas as categorias. Cf. *Ética a Nicómaco*, I, 4, 1096 a; *Metafísica*, Γ 2, 1003 a.

[50] No texto: ὄνος, que tanto significa *burro*, animal, como *burro* (cabrestante).

[51] Diáfora, ou diferença. O termo merece relação exegética com áfora, anáfora, metáfora, e outros nomes da mesma genealogia.

[52] Prudência, φρόνησις, *fronése*; temperança, σοφροσύνης, sofrosine.

[53] A expressão de Aristóteles diz: νοῦς ἐν ψυχῇ, «o *nous* é na psiqué».

[54] A teoria perifísica do ar, do éter e do vento acha-se versada com rigor epistemológico noutros escritos de Aristóteles. Cf. *Metafísica*, H, 2, 1043 a, a propósito das teses de Arquitas de Tarento.

[55] Universal, καθόλου; Particular, μερος.

[56] Isto é, a lição, lectio, λέξιν.

[57] O género afirma-se sempre da espécie; e a espécie afirma-se sempre em relação subordinada ao género, por exemplo, o género *animal* afirma-se da espécie *homem*.

[58] Justo e injusto enquanto termos contrários.

[59] Dobro e metade enquanto termos relativos.

[60] Cegueira e vista enquanto termos de privação e de possessão.

[61] Ser e não-ser, τοῦ εἶναι καὶ μὴ εἶναι. Aristóteles utiliza os termos em acepção verbal, isto é, como verbo ser afirmativo e verbo ser negativo, e, portanto, como verbos contraditórios.

[62] Injuriar a Deus, θεον ἀδικεῖν, ser injusto para Deus, do verbo δικαιόω, raiz do substantivo δίκη, justiça.

[63] Contra a tese, ou como antítese.

[64] Da categoria de relação, πρός τι.

[65] Leia-se também: exactidão e erro. Aristóteles escreve: ορθῶς καὶ μὴ ὀρθῶς.

[66] Ou parónimos.

[67] Eudemonia, εὐδαιμονία, traduzido por felicidade. Na raiz, significa ser assistido por um bom anjo (δαίμων).

[68] O autor joga com os substantivos εὐδαιμων e δαίμον, conforme ao gosto de Xenócrates. Cf. Xenócrates, Frag. 81 (Heinze).

[69] Gáudio, χαρὰν; deleitação, τέρψιν; hilaridade, ou eufrosine, εὐφροσύνην. Ver a relação com sofrosine.

[70] Sobre a oposição dos contrários, cf. *Periermeneias*, 14.

[71] A virtude é um meio termo entre o defeito e o excesso. Cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, II, 8, 1108 b.

[72] Cf. *Categorias*, 10.

[73] Inflexões, casos ou flexões, πτώσις.

[74] Cf. *Tópicos*, I, 8, 113 b.

[75] Adição, aumento, πρόσθεσις.

[76] Povo do norte da Trácia.

[77] Isto é, simpliciter, ἁπλῶς.

[78] Leia-se, causa final, τέλος, *télos*, raiz de teleologia, a teoria dos fins do que é e do que existe, pois nada existe em vão, ou seja, sem a contemplação de um fim. Importa, não obstante, distinguir teleologia e finalismo.

[79] Problema indefinido é que não tem efectiva dependência de universalidade (προσδιορισμός

πᾶς), nem de particularidade (τις). Cf. *Peri hermeneias*, 7, 17 b.

[80] Xenócrates, Frag. 60 (Heinze). Aristóteles visa o ideísmo pitagórico e o idealismo platónico.

[81] Aristóteles, ao modo platónico, estabelece uma relação dependencial entre os conceitos de prazer, ἡδονή, e de bondade, ἀγαθός. Cf. Platão, *O Simpósio*, *O Fedro*, e outros diálogos, em torno da *areté* e da *païdeia*.

[82] Cf. Platão, *Fedro*, 245 c, sobre a automibilidade da alma.

[83] Ente e Uno, τὸ ὄν καὶ τὸ ἕν. O nome ἕν, ἑνός, neutro, deriva de εἷς, a unidade, o uno, a mónada. O nome ὄν, ὄντος, significa o ente, o ser, isso que é, e não pode deixar de ser. Para ulterior informação, cf. Aristóteles, *Metafísica*, I, 1.

[84] Ou opinável, *ente opinable*.

[85] No texto: ἀρχὴ πρῶτον, significando *primus*, primeiro, e πρῶτον ἀρχή, princípio, primeiro arcano, primeiro princípio.

[86] O trecho entre parênteses constitui, segundo alguns autores, uma repetição de algo já dito no princípio de 122 a. Pode constituir uma interpolação, ou um aditamento.

[87] Contíguo, τὸ ἐχόμενον, é o género de contínuo, ou seja, contíguo é uma espécie de contínuo. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, K, 12, 1068 b.

[88] Platão, *Teeteto*, 181 d.

[89] Tese contra Platão e Xenócrates.

[90] No texto: ἀναισθησία, falta de sentido. Estesia, αἴσθησις é a posse de sentido.

[91] Negação do género e da espécie.

[92] Caso dativo, τινί.

[93] Caso genitivo, τινός.

[94] Mansão da ciência, τῆς ἐπιστήμας μονή, do verbo μένω, repousar.

[95] A citação de Aristóteles diz: «σαπὲν ἐν ὕλῃ ὕδωρ». Cf. Empédocles, Frag. 81.

[96] Em algumas edições, o capítulo 6 não aparece autonomizado. A edição de Didot, todavia, distingue-o, muito embora, como já dissemos, apresente outros não autonomizados.

[97] Aristóteles refere-se às noções que, na escolástica, também se designam por transcendentais, que não são, nem géneros, nem diferenças.

[98] Isto é: não-ser não é género e, por isso, não pode conter espécie.

[99] Leia-se: *per se*.

[100] Segundo Tricot, na esteira de anteriores especialistas, o lugar natural deste trecho entre parênteses seria logo a seguir a 129 a.

[101] Leia-se: problemas disputáveis, λογικὰ προβλήματα.

[102] Cf. *Tópicos*, V, 1, 128 b.

[103] Ou seja, quanto à homonímia e à anfibologia.

[104] Cf. *Tópicos*, V, 2, 129 b.

[105] Ser vivente, ou ser animado. É, por essência, τοῦ ζῴου ἴδιον.

[106] Terra na acepção de porção de terra, πάσης γῆς, a qual entra em queda por efeito de gravidade.

[107] Em potestade, ou em potência, δύναμις.

[108] Cf. *Tópicos*, I, 4, 101 b.

[109] Pelo exposto, cinco são os vícios de que a definição pode sofrer, pelo que, em face da presença desses vícios a definição será incorrecta: a) a definição não se aplica universalmente, *omni definito*; b) não indica o género; c) não se aplica especificamente ao definido, *soli definito*; d) não indica a essência; e) está for-

mulada de modo irregular. Se a definição tiver um destes cinco vícios não é definição.

[110] A descrição a que Aristóteles alude, como sendo de Platão, pode achar-se em alguma obra perdida de Platão, já que não se encontra em nenhum dos livros platónicos do *corpus;* ou, o que seria possível, Aristóteles teria ouvido essa descrição de viva voz na Academia platónica, da boca de Platão.

[111] A definição correcta é clara é definitiva. Se os termos disponíveis para a definição não forem claros, podemos recorrer à técnica da *metalepse,* pelo uso de um termo mais evidente e mais conhecido, do qual podemos extrair vocábulos mais claros e evidentes. Por isso, a metalepse equivale à *locus transumptionis.* Cf. P. da Fonseca, *ob. cit.,* VII, 15.

[112] Cf. *Fedro,* 245 e. O termo número é supérfluo, e nada acrescenta à definição de *psiqué.*

[113] Xenócrates, Frag. 7 (Heinze) que, deste modo, incorre em truísmo, ou em tautologia.

[114] No texto: διδασκαλία και μαθησις.

[115] Esta passagem visa a crítica do ideísmo de Platão e de Xenócrates, como sucede noutros passos deste mesmo livro.

[116] Leia-se: θεωρητική... και ποιητική... και πρακτική.

[117] Não haveria identidade de definição e de definido.

[118] O mesmo sujeito é passível de ser e de não ser, de afirmação e de negação.

[119] Ou causa final, τέλός.

[120] Aristóteles implica, neste passo, uma distinção entre a ignorância κατ' απόφασιν, que é definível como privação de saber, e a ignorância

κατὰ διάθεσιν, que não é uma privação, mas uma disposição de alma, como que anóia, ἄγνοια, potência de dianóia, o acto de conhecimento.

[121] Deniz, o Sofista, acerca de quem nada mais se conhece. Aristóteles também o cita no tratado *Da Fisiognomia*, 3, 808 a.

[122] Sobre *idêntico*, cf. I, 7, 103 a; *Metafísica*, Δ, 9.

[123] Leia-se: γενέσις καὶ φθορά. Aristóteles escreveu um tratado especial sobre este tema, Περὶ γενέσεως καὶ φθορᾶς *Da Geração e da Corrupção*, que a escolástica baptizou com o título latino *De Horto et Interitu*.

[124] Cupidez, ἐπιθυμία.

[125] Cf. *Tópicos*, I, 5, 102 a.

[126] Cf. *Analíticos Posteriores*, II, 3.

[127] Cf. *Analíticos Posteriores*, II, 13, e *Metafísica*, Z, 17.

[128] Este livro também se chamou περὶ ἐρωτήσεως καὶ ἀποκρίσεώς, ou περὶ τάξεως καὶ ἀποκρίσεως.

[129] Cf. *Tópicos*, VIII, I, 155 b.

[130] Isto é, à procura de saber porque é que a conclusão deriva das premissas.

[131] Paradigmas e parábolas, παραδείγματα καὶ παραβολάς.

[132] Poeta menor, também citado por Aristóteles na *Retórica*, III, 14, 1415 a.

[133] Cf. *Tópicos*, I, 12, 105 a.

[134] O enigma reside em que o pintor pode utilizar uma tinta cuja cor não é a sua cor, isto é, se o pintor for branco e usar tinta preta; ou o cozinheiro, que pode cozer um pé, que não é o seu, mas o de um animal.

[135] Aristóteles insiste, como já fizera em *Elencos Sofísticos*, *in fine*, sobre a originalidade da sua teoria lógica e dialéctica.

[136] Heraclito, frag. 58.
[137] Ou objecção.
[138] Ou iniquidade, δυσκολία.
[139] Ou επιτίμησις, epitimese.
[140] Cf. *Tópicos*, II, 1, 100 a.
[141] Filosofema, φιλοσόφημα. É o método próprio dos filósofos, «philosophorum propria ratio». Cf. Pedro da Fonseca, *ob. cit.*, VII, 2.
[142] Epiquerema, επιχείρημα. É um silogismo dialéctico, que quer dizer *ataque*, servindo para travar a discussão. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, VII, 6.
[143] Sofisma, σόφισμα, ou silogismo sofístico, em que as coisas parecem prováveis, sem o serem. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, VIII, 2.
[144] Aporema, ἀπόρημα.
[145] Cf. *Tópicos*, VIII, 11, 162 a.
[146] Cf. *Analíticos Anteriores*, II, 16.
[147] *Cf. Analíticos Anteriores*, II, 27.
[148] Noviços, νέον, peritos, ἔμπειρον.

ÍNDICE

Digitized by Google

Pág.

Livro I 9

Livro II 49

Livro III 85

Livro IV 109

Livro V 147

Livro VI 197

Livro VII 257

Livro VIII 275

Notas 323

Composto e impresso
em Junho de 1987
nas oficinas de
GUIMARÃES EDITORES
(Lucas & C.ª, Ld.ª)
Rua Diário de Notícias, 61
1200 Lisboa

Depósito Legal n.º 16 016 / 87

LIVRARIA E EDITORA
VOZES

Ramiro Barcelos, 390 FONE: 21-6522
Riachuelo, 1280 FONE: 26-3911
Joaquim Nabuco, 543 NH FONE: 93-8143

LIVRO : Um veículo sempre prático, moderno e econômico.

VOZES : 80 anos a serviço da cultura.

Organon. V Tópi
R$ 30
1E539

154849
Organon V
Aristóteles

ORGANON

Primeiro Volume

I. CATEGORIAS
II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

V. TÓPICOS

Quinto Volume

VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

COLECÇÃO DE FILOSOFIA E ENSAIOS

A UTOPIA, de Tomás Morus
ELOGIO DA LOUCURA, de Erasmo
ESTÉTICA, de Hegel (7 vols.)
A CIDADE DO SOL, de Campanela
O BANQUETE, de Kierkegaard
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russell
VIDA NOVA, de Dante
MONARQUIA, de Dante
O PRÍNCIPE, de Maquiavel
UM HOMEM NA SUA HUMANIDADE, de Fid. Figueiredo
A CONQUISTA DA FELICIDADE, de B. Russel
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO, de Hegel
A VERDADE DO AMOR, de Soloviev
ESCOLA FORMAL, de Álvaro Ribeiro
REFLEXÃO, de Agostinho da Silva
INTRODUÇÃO À MEDICINA EXPERIMENTAL, de C. Bernard
AS DUAS ESPANHAS, de F. Figueiredo
ENTRE DOIS UNIVERSOS, de F. de Figueiredo
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, de Descartes
AS APROXIMAÇÕES, de Agostinho da Silva
OS CAVALEIROS DO AMOR, de Sampaio Bruno
O ENIGMA PORTUGUÊS, de F. da Cunha Leão
INICIAÇÃO FILOSÓFICA, de K. Jaspers
ECCE-HOMO, F. Nietzsche
A REPÚBLICA, de Platão (3 vols.)
O HOMEM, de J. Rostand
ASSIM FALAVA ZARATUSTRA, de F. Nietzsche
A GAIA CIÊNCIA, de F. Nietzsche
UMA INTERPRETAÇÃO DE FERNANDO PESSOA, de Pradelino Rosa

GUIMARÃES EDITORES, LDA.